



Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL MILITAR E 1ª AUDITORIA

RELATÓRIO GERAL

RESULTADOS DE 2024

RESOLUÇÃO CNJ N° 309/2020

Resultados obtidos resultantes do
planejamento Estratégico 2021-2026 por
todos os setores do TJMRS



(51) 3214-1000



www.tjmrs.jus.br

SUMÁRIO

03

Presidência

- Mensagem da Presidência - **04**
- Secretaria da Presidência - **06**
- Assessoria Jurídica - **20**
- Assessoria de Comunicação Social - **30**
- Assessoria Militar - **61**
- Secretaria do Plenário - **65**

69

Núcleo de Gestão Estratégica

83

Núcleo de Auditoria Interna

90

Vice-Presidência

119

Corregedoria-Geral

- Ouvidoria - **136**

139

Direção-Geral

- Coordenadoria Administrativa Financeiro/ Contratos - **141**
- Coordenadoria Administrativa Financeiro/ Licitações - **151**
- Coordenadoria Administrativa Financeiro/ Orçamento - **156**
- Setor de Material - **164**

172

Núcleo de Biblioteca e Memória

186

Escola Judicial Militar (EJM)



RELATÓRIO ANUAL

Gabinete da Presidência

2024

É com enorme honra que me dirijo a todos os magistrados, servidores e terceirizados da Justiça Militar estadual, assim como aos jurisdicionados e, modo geral, à sociedade civil.

O estado do Rio Grande do Sul, é de conhecimento global, foi severamente castigado por recente evento climático que ceifou vidas, devastou famílias, destruiu lares, prejudicou gravemente, se não perenemente, o funcionamento de muitas pessoas jurídicas de natureza privada, comprometendo, ainda, a funcionalidade de incontáveis instituições públicas em razão da paralisação absoluta dos relevantes serviços que prestam à sociedade. De fato, os danos causados à vida, à paz, à harmonia social e ao patrimônio, foram incomensuráveis, e, lamentavelmente, muitos ainda perduram nos dias atuais.

Os momentos de maior tensão social, felizmente, já se distanciam no passado. Mesmo com a emocionante mobilização nacional em prol do nosso estado, o que de tudo resultou é a constatação de que o povo gaúcho, afinal, é mesmo forte, aguerrido e bravo, na forma precisa do quanto exaltado no hino rio-grandense.

A Justiça Militar do estado também o é, graças, primeiramente, aos seus incansáveis servidores que, sem tergiversar, comprometeram-se de forma abnegada na reconstrução das nossas instalações físicas e sistemas, devolvendo-nos, o quão rápido foi possível, à consecução plena da missão que a Constituição Federal nos reserva, a de exercer a jurisdição militar.

Nesta quadra, igualmente há que mencionar o auxílio necessário e inestimável do Tribunal de Justiça do Estado que, enfatize-se por dever de justiça e lhanza, através de iniciativas próprias ou em acolhimento às nossas solicitações, nos momentos de incertezas e aflições decorrentes da tragédia não apenas cerrou fileiras com a justiça castrense, como, ainda, subsidiou-a com todos os recursos indispensáveis para o recomeço necessário.

Superamos o pior instante, embora ainda sintamos alguns efeitos da calamidade que assolou o estado. Não importa porque, cômicos das tarefas que nos competem, seguimos e sempre seguiremos adiante, com a certeza de que é nosso dever encarar os desafios, por maiores que se apresentem, como instrumentos de estímulo das nossas capacidades moral, ética e intelectual, de sermos a melhor Justiça Militar que pudermos.

Esta magistrada, por tudo isto, sente-se feliz, honrada e extremamente agradecida pela dedicação e parceira inestimável de todos, servidores, magistrados e terceirizados, em todos os momentos deste período em que exerce a presidência do Tribunal de Justiça Militar estadual.

Maria Emília Moura
Desembargadora Militar

Presidente do Tribunal de Justiça Militar do RS

A presidência do Tribunal de Justiça Militar, no uso da atribuição legal que lhe é outorgada no artigo 9º, inciso XXXI, do RITJMRS, e com o propósito de cumprir o dever de manter hígida e transparente a imagem institucional desta Corte de Justiça, apresenta o Relatório Anual da Presidência-2024.

1 Gabinete da Presidência

Presidente: Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva

Secretária da Presidência: Jacqueline Prates da Cunha Pires

Assessor Militar: Major Clóvis Medeiros Camargo

Coordenador da Assessoria de Comunicação: Jornalista Marcelo Nepomuceno

Gratificação Especial: Janice da Silva Sant'Ana

2 Secretaria da presidência

2.1 Estrutura

- Secretária da Presidência
- Assessoria de Comunicação Social
- Assessoria Jurídica
- Assessoria Militar
- Serviço de Segurança e Núcleo de Inteligência
- Serviço de Portaria
- Serviço de Transporte

2.2 Atribuições

Aos assessores lotados nos cargos estruturantes da Secretaria da Presidência incumbe, cada qual, nos lindes de suas atribuições, a prestação do auxílio indispensável para que a Presidente do Tribunal de Justiça Militar, no exercício do cargo, cumpra suas tarefas administrativas na forma legalmente designada.

Ao Secretário da Presidência, a quem compete coordenar a respectiva Secretaria, é atribuído o dever de assessorar o Presidente do Tribunal de Justiça Militar nos trabalhos que lhe são afetos, tais como:

- a) minutar ou redigir a correspondência da Presidência;
- b) preparar os expedientes encaminhados ao Gabinete para serem submetidos à despacho do Presidente;
- c) preparar despachos ordenados pelo Presidente;
- d) orientar os serviços dos Oficiais de Gabinete e do Pessoal Auxiliar do Gabinete, distribuindo e fiscalizando a sua execução;
- e) assinar a correspondência comum do Gabinete;
- f) promover diligências e solicitar informações necessárias ao encaminhamento ou solução dos assuntos de competência do Gabinete;
- g) auxiliar na recepção de pessoas que tenham assuntos a tratar com o Presidente do Tribunal;
- h) dirigir e coordenar as atividades protocolares, segundo as normas em vigor;
- i) outras competências e finalidades do Gabinete.

O relatório

Ao longo do transcurso do ano de 2024, o Gabinete da Presidência atuou no gerenciamento e nas atividades jurídicas e administrativas que aportaram à Presidência desta Corte de Justiça Militar, assessorando a Presidência na tomada das decisões administrativas e jurisdicionais que se afiguraram necessárias, minutando os respectivos atos e organizando a gestão dos expedientes administrativos internos da instituição.

Neste período, a Justiça Militar gaúcha, assim como outras instituições e a sociedade cível gaúcha, no mês de maio enfrentou imensurável catástrofe climática, que assolou o Estado do Rio Grande do Sul, quando a elevação sem precedentes das águas do lago Guaíba atingiram gravemente as instalações do Tribunal de Justiça Militar e suas Auditorias, trazendo com isso significativos danos materiais. Este cenário de devastação desencadeou a adoção de postura administrativa proativa e estratégica com o objetivo de implementar soluções que garantissem o atendimento contínuo às demandas internas e externas, permitindo, assim, que a gestão exercida pelo gabinete mantivesse a continuidade de relevantes atividades institucionais, ainda que em certos casos de forma remota, assegurando a funcionalidade dos serviços administrativos e jurisdicionais até o retorno integral ao formato presencial. Importante enfatizar que foi desempenhado pela presidência papel central no grupo de gerenciamento de riscos, consolidando informações e decisões de forma rápida e eficiente, sempre com foco na organização e no cumprimento das responsabilidades institucionais, mesmo com os percalços ensejados pela falta de energia elétrica na sede da Corte de Justiça, o que desencadeou afastamento por mais de cinquenta (50) dias, das atividades presenciais no TJMRS.

Necessário destacar, por igual, que o Gabinete da Presidência atual exerceu decisivamente papel relevante na interface do Tribunal de Justiça Militar com os demais poderes constituídos, tanto no âmbito estadual quanto no nacional, notadamente no que cinge às relações com o Poder Legislativo, Executivo Estadual e o Poder Judiciário Nacional, merecendo especial relevo à interação com o TJRS, TJMMG, TJMSP, STM, STJ, STF e CNJ, o qual, aliás, na pessoa do digno **Conselheiro Desembargador Alexandre Teixeira de Freitas Bastis Cunha**, esteve em visita institucional a esta Corte de Justiça para verificar, *in loco*, os danos causados às instalações pelas enchentes, no que pertine aos arquivos judiciais.

Ademais, as interações estabelecidas por meio de agendas institucionais e a aproximação com diferentes órgãos, resultaram no fortalecimento das relações desta Corte Castrense com os diversos segmentos da sociedade, com destaque para os protocolos de intenções celebrados com o Tribunal de Justiça, a Secretaria de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, entre outras instituições.

No que se refere ao assessoramento dos atos expedidos diretamente pela Presidência ou em conjunto com a Vice-Presidência, Corregedoria e o Colegiado do Pleno, foram editados diversos atos normativos em conformidade com as deliberações do Tribunal Pleno e alinhados com as recomendações do Conselho Nacional de Justiça. Tais medidas possibilitaram a manutenção do serviço forense e a preservação da hígidez física de nossos servidores.

A Presidência visando à melhoria contínua da gestão administrativa instituiu comissões com propósito de estudar, planejar e implementar ações estratégicas em áreas relevantes, além das ações controladas de auditoria, auditoria interna, de acordo com PAA2024, bem como foi estabelecido um canal aberto de diálogo com todos os setores da Corte Castrense, visando uma interconexão eficaz entre as partes envolvidas.

Por fim, a execução das tarefas se deu em plena consonância com as diretrizes emanadas da Presidência, resultando na honrosa obtenção, pelo Tribunal de Justiça Militar, do Selo Prata do CNJ, pelo segundo ano consecutivo, no âmbito do Prêmio Qualidade do CNJ. Tal êxito reflete o Labor incessante de todos os setores envolvido, sendo digno de destaque o papel impar de cada assessoria desta Secretaria.



O GRANDE DESAFIO

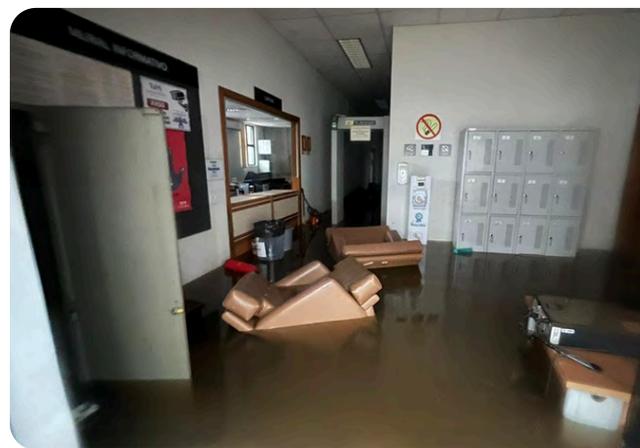


A CALAMIDADE DE MAIO DE 2024

Assim como todo o Estado do Rio Grande do Sul, o TJMRS foi severamente atingido pelas cheias de 2024.

Todo seu subsolo do prédio foi atingido, comprometendo o sistema elétrico e hidráulico, bem como boa parte da estrutura administrativa, tanto do prédio principal como as instalações da 2ª Auditoria com comprometimento total.

As consequências foram imensas, com cerca de dois meses de suspensão das atividades, além da perda material e de acervo processual.



O RECOMEÇO



QUANDO AS ÁGUAS BAIXARAM

Desde o início da calamidade, a administração, primeiramente, procurou saber da situação dos servidores, quais foram atingidos e que precisavam de ajuda.

No segundo momento, assim que as águas retrocederam, chegou o momento de avaliar os estragos e buscar soluções, o que foi possível graças a ajuda do TJRS e da mobilização dos servidores do TJMRS.

Terminado a fase de limpeza, conseguimos colocar o prédio em funcionamento com geradores e assim abrir caminho para a reestabelecer os serviços o mais rápido que foi possível



INOVAÇÃO



Explica Aí, Tchê
inteligência artificial da JMERS

PROJETOS DE INOVAÇÃO GANHAM DESTAQUE

O Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (TJMRS) lançou o “Explica Aí, Tchê”, com o objetivo de tornar a linguagem jurídica mais acessível e compreensível para o público em geral.

Concebido pelo Laboratório de Inovação do TJMRS (NUBE9), o “Explica Aí, Tchê” é uma unidade de inteligência artificial que traduz e resume decisões judiciais para uma linguagem simples e direta, facilitando assim a compreensão por parte dos jurisdicionados e cidadãos. A ferramenta está integrada à biblioteca OpenAI, também empregada pelo ChatGPT, o que assegura um alto nível de inteligência e eficiência.

A infraestrutura tecnológica foi desenvolvida pela equipe de desenvolvimento interno do TJMRS.



SUSTENTABILIDADE



AVANÇAMOS EM AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Mais que cumprir resoluções do CNJ, o TJMRS tem como prática da administração as questões ambientais e as boas práticas de sustentabilidade.

Além da busca de melhora nos indicadores Socioambientais da JME-RS, realizamos diversas ações e campanhas na temática, além de projetos que visam levar o tribunal a um patamar elevado no quesito sustentabilidade.

Foram realizadas ações de conscientização, iniciado projetos na área sustentável como implantação de energia fotovoltaica e coleta de água.

No final de 2024 o TJMRS iniciou seu trabalho na questão de redução de gases de efeito estufa, no projeto Marco Verde da Justiça Militar.

TJM
Justiça Militar
Estado do Rio Grande do Sul

MARCO VERDE

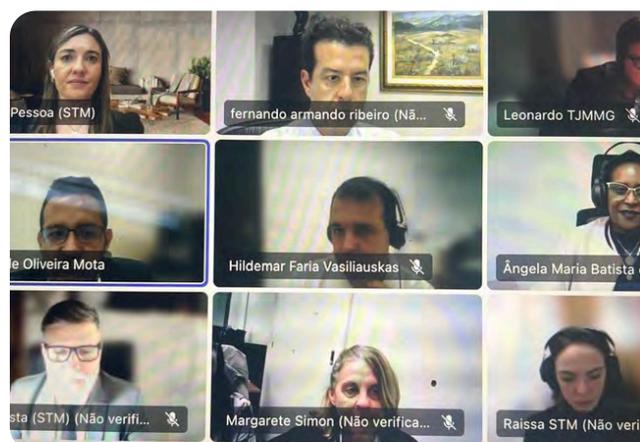
Tribunais de Justiça Militar começam a trabalhar pela redução de emissão de gases de efeito estufa (CO2)



DESTINO CERTO

Campanha de destinação correta dos resíduos sólidos

- Lixo Eletrônico
- Esponjas de Cozinha usadas
- Lâmpadas queimadas
- Pilhas e baterias



COMBATE A VIOLÊNCIA

O COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Por meio da Resolução Nº 307/2024 do TJMRS, a Justiça Militar do Rio Grande do Sul passa a contar com um Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança para o Enfrentamento da Violência Doméstica Praticada em Face de Magistradas e Servidoras. A iniciativa se alinha à política nacional liderada pelo CNJ voltada à garantia da proteção de magistradas e servidoras que atuam no Poder Judiciário

O documento detalha o conjunto de iniciativas a serem adotadas - ou continuadas - pela instituição, tais como: capacitação continuada, canais de denúncia, acompanhamento das vítimas, medidas de segurança.

Para um maior conhecimento de magistradas e servidoras, bem como dos jurisdicionados e público em geral, o TJMRS disponibiliza o protocolo em formato de cartilha.

**PROTOCOLO DE
PREVENÇÃO E MEDIDAS
DE SEGURANÇA
VOLTADO AO
ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR CONTRA
MAGISTRADAS E
SERVIDORAS**

Comissão de
Prevenção

ALESTRA

**CICLOS E
CÍRCULOS: A
NÃO-VIOLÊNCIA
EM FAVOR DA
MULHER**

23/8 - 14



Fingindo
que não
vê a
violência

OS E CÍRCULOS: A NÃO-VIOLÊNCIA EM FAVOR DA MULHER

COMBATE AO ASSÉDIO



O COMBATE AO ASSÉDIO MORAL

O Combate ao assédio é uma das demandas de maior relevância dentro da atual administração.

O TJMRS por meio da comissão de enfrentamento ao assédio realizou várias ações e campanhas institucionais durante o ano de 2024 visando esclarecer e principalmente conscientizar magistrados e servidores da importância do tema.

Foram realizados ciclos de palestras e debates sobre o tema, bem como a elaboração de uma cartilha disponibilizada ao público externo e externo do TJMRS.



Assédio e Violência Doméstica: quebrando os ciclos de abuso

Participantes:

ACESSIBILIDADE



GARANTINDO ACESSIBILIDADE

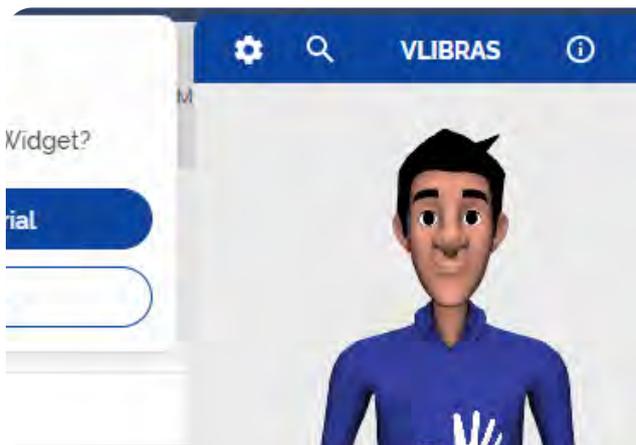
A Acessibilidade na JME é uma preocupação constante, nossas ações e estruturas são pautadas para que possam atender o público com necessidades especiais.

Além da acessibilidade tecnológica, com a ferramentas digitais disponíveis em nosso site em todas as ferramentas, da tradução em libras das sessões plenárias, O Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJMRS) iniciou um projeto para ampliar a acessibilidade física em suas instalações, garantindo condições adequadas de acesso a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O projeto está dividido em três fases. A primeira, já concluída, realizou a sinalização de vagas exclusivas de estacionamento, a adequação de espaços nos plenários de 1º e 2º grau e ajustes no elevador, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015). As próximas fases, previstas para 2025 e 2026, incluem a construção de uma rampa de acesso na entrada principal do TJMRS, a criação de vagas externas de estacionamento, a instalação de calçadas táteis e de mapas táteis em todos os andares do edifício.

Com essas medidas, o TJMRS busca assegurar acessibilidade física adequada e atender às necessidades de seus públicos.



Demarcação de esp



SAÚDE

SAÚDE DOS SERVIDORES

A saúde física e mental dos servidores foi uma preocupação em 2024, neste período foram realizadas palestras sobre o tema e campanhas internas de conscientização da importância do trato com a saúde.

Damos destaque a palestra realizada no tema Saúde e Aposentadoria. A atividade contou com palestra da psicóloga e magistrada aposentada Leila Torelly Fraga.



NOVA DESEMBARGADORA



PROCESSO DE ESCOLHA E POSSE

O processo de escolha para a vaga de desembargador foi um processo conduzido na gestão desta presidência que concluiu com a posse da advogada Gabriela John dos Santos Lopes no cargo de desembargadora militar. A cerimônia.

O evento contou com a presença de dezenas de autoridades: entre elas o chefe do Poder Judiciário Estadual, desembargador Alberto Delgado Neto, o secretário estadual da Justiça, Fabrício Perucchin, o presidente do TRE, desembargador Voltaire de Lima Moraes, o comandante-geral da BM, coronel Claudio Feoli, o corregedor dos Bombeiros, coronel Julimar Fortes; os desembargadores militares Clovis Santinon (TJMSP) e Osmar Duarte Marcelino (TJMMG) . (nominata completa após consolidação da matéria).

O plenário também contou com presença de familiares e amigos da nova magistrada do TJMRS.



EPROC

eproc

ATUALIZAÇÃO DA VERSÃO DO EPROC

Uma das grandes demandas do TJMRS em 2024 foi a atualização da versão do EPROC, um trabalho realizado pela coordenadoria de TIC que melhorou consideravelmente a gestão do sistema e o envio de informações ao CNJ.

As atualizações realizadas irão propiciar uma melhor leitura de nossa produtividade, melhorando nos indicadores de metas e avançando no prêmio CNJ de Qualidade.



TJMRS REFORMULA PESQUISA DE CONSULTA PROCESSUAL



INOVAÇÃO E GESTÃO

JUSTIÇA MILITAR PASSA A UTILIZAR A VERSÃO 9.10 DO EPROC

eproc



JUSTIÇA E JURISDICIONADOS



SESSÕES DIDÁTICAS

O Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul realizou várias edições do projeto das Sessões Didáticas. Os participantes acompanham uma tarde de julgamentos no Tribunal real e recebem explicações sobre o papel da Justiça Militar no ordenamento jurídico e sua importância para a disciplina e a hierarquia das forças de segurança.

A ação integra a estratégia do TJMRS de aproximar a Justiça Militar da sociedade e contribuir para a formação dos agentes de segurança pública, reforçando a transparência e o conhecimento sobre o sistema de justiça.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

Relatório Anual – 2024

Assessoria Jurídica – Direção-Geral

SUMÁRIO

1. Introdução.....	3
2. Estudos.....	3
3. Pareceres.....	3
4. Participação em Treinamentos e eventos.....	7
5. Outras Atividades.....	8

1. INTRODUÇÃO.

A Assessoria Jurídica guarda natureza nitidamente preventiva e orientativa sendo que, por meio de seu atuar, antecipa os efeitos jurídicos das ações administrativas que se lhe são encaminhadas, evitando vícios de legalidade que possam causar a revogação ou a nulidade de atos administrativos que lhes são submetidos para apreciação, ou ainda apresentar caminhos juridicamente adequados para que o Administrador ou Gestor Público adote as corretas medidas para o atendimento da necessidade da Administração Pública.

Cumpram destacar que rotineiramente vêm a esta Assessoria Jurídica diversos questionamentos, documentos e procedimentos administrativos de natureza jurídica e jurídico-administrativa para orientação e parecer jurídico, em especial, análise de minuta de edital, dispensa de licitação, inexigibilidade, contratos administrativos, convênios, aposentadoria, abono permanência, dentre outras vantagens de magistrados e servidores.

Segue o que realizado pela Assessoria Jurídica no ano de 2024:

2. ESTUDOS E TRABALHOS ESPECIAIS.

Foram realizadas as seguintes tarefas:

- 1) trabalhos no plano de carreira e sua revisão;
- 2) minutas de projetos de lei;

3. PARECERES JURÍDICOS.

Durante o ano, foram realizados 110 pareceres.

Detalhamento dos pareceres produzidos:

Parecer nº 001 - 2º termo aditivo - contrato nº 07.2021 - SEAORÇ - empresa Ambientalmax Soluções Ltda.;

Parecer nº 002 - Minuta de Contrato - Car House - Fornecimento de 01 veículo sedan;

Parecer nº 003 - Requerimento Quizie;

Parecer nº 004 - 3º termo aditivo - Contrato Nº 004 - SEAORÇ - empresa Sirmatech Comercio e Serviços Técnicos Ltda.;

Parecer nº 005 - 3º termo aditivo - Contrato Nº 006 - SEAORÇ - TJM/RS.2020 - empresa Cert Ltda.;

Parecer nº 006 - Requerimento informação;

Parecer nº 007 - 3º termo aditivo - Contrato Nº 005 - SEAORÇ - empresa Sirmatech Comercio e Serviços Técnicos Ltda. - com supressão;

Parecer nº 008 - 1º termo aditivo - Empresa Brasitur Eventos e Turismo Ltda.;

Parecer nº 009 - apostilamento ao contrato empresa Elevadores Alcer Ltda;

Parecer nº 010 - apostilamento ao contrato empresa Cert Ltda.;

Parecer nº 011 - apostilamento ao contrato empresa Vivo Telefonia Móvel;

Parecer nº 012 - apostilamento ao contrato empresa Geldson Nunes Silveira – ME;

Parecer nº 013 - ATS Magistrados;

Parecer nº 014 -Descumprimento Contratual - Empresa Algar – Advertência;

Parecer nº 015 -Descumprimento Contratual - Empresa Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A.- Advertência;

Parecer nº 016 - Termo de Cooperação Técnica - TJRS-avaliação;

Parecer nº 017 - nomeação Oficial de Gabinete;

Parecer nº 018 - Requerimento Aline Sanches;

Parecer nº 019 - Contrato DRC Procergs;

Parecer nº 020 - Dispensa art. 75, VIII, Lei 14.133-21;

Parecer nº 021 - selo qualidade CNJ;

Parecer nº 022 - Acordo de Cooperação Nº 086.2021-Termo Aditivo;

Parecer nº 023 – Inexigibilidade Art. 74, III, alínea f – curso Ajuris;

Parecer nº 024 – Termo Aditivo Excepcional – Ticket Log;

Parecer nº 025 – Programa Qualidade de Auditora;

Parecer nº 026 – Termo inicial Abono Permanência;

Parecer nº 027 - Licença Saúde 40%;

Parecer nº 028 - Serviço de Ouvidoria;

Parecer nº 029 - Gratificação Acervo Recuperação Fiscal;

Parecer nº 030 - 1º termo aditivo - PROCERGS - serviço gerenciamento suíte de escritório Microsoft Office 365;

Parecer nº 031 - Inexigibilidade - Lei 14.133.21 - Curso Zênite;

Parecer nº 032 - Dispensa art. 75, II, Lei 14.133-21;

Parecer nº 033 - Adesão ao acordo de Cooperação Técnica TRT4 22.2024;

Parecer nº 034 - Acordo de Cooperação Técnica CNJ Pacto Nacional Linguagem Simples;

Parecer nº 035- Avanços - servidora Carolina Vergutz;

Parecer nº 036 - Gratificação de acervo - minuta de Resolução;

Parecer nº 037 - Problema utilização de Software Teams;

Parecer nº 038- Capacitação servidor bacharel em direito;

Parecer nº 039 - Honorários Periciais;

Parecer nº 040 - 1º termo aditivo - Contrato nº 006.2023 - South Soluções LTDA. – EPP;

Parecer nº 041 - Concessão de licença-prêmio de servidores;

Parecer nº 042 - Minuta de Resolução Segurança e Controle de Acesso;

Parecer nº 043 - Dispensa de Licitação - Seguro de carro oficial;

Parecer nº 044 - Requerimento T Cel. Monteiro - indenização de férias;

Parecer nº 045 - GPS modalidade de licitação;

Parecer nº 046 - Concessão de vantagens de adicional 12% a servidora Ana Carolina;

Parecer nº 047 - Apostilamento Contrato 004-22 limpeza;

Parecer nº 048 - Portaria Designa responsáveis no TCERS;

Parecer nº 049- 3º termo aditivo - Contrato nº 002 - SEAORÇ - South Soluções Ltda.;

Parecer nº 050- Pagamento estagiários;

Parecer nº 051 - Inexigibilidade - Assinatura do Jornal Correio do Povo;

Parecer nº 052 - Termo de Cooperação FPE 896;

Parecer nº 053 - Inexigibilidade - Assinatura do Jornal Zero Hora;

Parecer nº 054 - 2º termo aditivo ao Contrato nº 04.2022 - Geldson Nunes Silveira ME.;

Parecer nº 055 - Defesa Prévia- empresa NS Serviços;

Parecer nº 056 - Conserto de Elevador TJMRS;

Parecer nº 056 - Conserto de Elevador TJMRS;

Parecer nº 057 - Conserto de Elevador TJMRS;

Parecer nº 058 - termo aditivo excepcional;

Parecer nº 059 - Inexigibilidade - Assinatura do Jornal do Comércio;

Parecer nº 060 - Convênio HOPE Educação - Cooperação Educacional;

Parecer nº 061- 3º Termo aditivo - PERGAMUM- Sistema Integrado de Bibliotecas;

Parecer nº 062 - Inexigibilidade - Lei 14.133.21 - Curso Ajuris;

Parecer nº 063- 3º Termo aditivo - CIEE-RS - Centro de Integração Empresa Escola;

Parecer nº 064 - Termo de Cooperação sistema audiência;

Parecer nº 065 - Termo de Cooperação sistema de Consultas Integradas – SSP;

Parecer nº 066 - baixa de bens móveis inservíveis;

Parecer nº 067 - Regra de Transição Gratificação Especial;

Parecer nº 068 - Inexigibilidade - Lei 14.133.21 - Vianna de Carvalho Cursos;

Parecer nº 069 - Colocação à Disposição Assessor Militar;

Parecer nº 070 - Colocação à Disposição Militar Assistente IV;

Parecer nº 071 - Direito à Certidão Onildo;

Parecer nº 072 - Colocação à Disposição Militar Estadual;

Parecer nº 073 - Gratificação 40% - portaria e permanência;

Parecer nº 074 - Inexigibilidade – Alura;

Parecer nº 075 - Nomeação CC nepotismo;

Parecer nº 076- Termo de Cooperação ações voltadas a violência de gênero contra a mulher;

Parecer nº 077 - Ata de Registro de Preços – TI;

Parecer nº 078 - Descumprimento de Cláusula Contratual - empresa CIEE;

Parecer nº 079- Termo de Cooperação o Rio Grande Te Escuta;

Parecer nº 080 - Concessão de licença-prêmio de servidores e magistrados;

Parecer nº 081 - Pregão - Aquisição de Licenças Antivírus Console;

Parecer nº 082 - Dispensa de Licitação - Zoom;

Parecer nº 083 - Inexigibilidade - Lei 14.133.21 – Ajuris;

Parecer nº 084 - Dispensa de Licitação - Contrato DRC 123-2024;

Parecer nº 085 - Declaração de Hóspede Oficial;

Parecer nº 086- Pregão - Aquisição Livros;

Parecer nº 087 - Inexigibilidade - Assinatura RT;

Parecer nº 088 - Inexigibilidade - Assinatura Revistas Jurídica, Síntese de Direito Civil e Processo Civil e Síntese de Direito Penal e Processo Penal - Editora IOB;

Parecer nº 089 - Inexigibilidade - 01 licença de acesso da ferramenta Banco de Preços;

Parecer nº 090 - Pregão - Aquisição de equipamentos de informática;

Parecer nº 091 - Inexigibilidade - Lei 14.133.21 - DPM Educação;

Parecer nº 092 - Pregão - Aquisição de materiais de consumo;

Parecer nº 093 - Teletrabalho Ricardo Tofani Santanna;

Parecer nº 094 - Dispensa de Licitação - Contrato DRC 124-2024 - Procergs - fornecimento de serviços de Gestão de Banco de Dados – GBD;

Parecer nº 095 - Inexigibilidade - contratação Zênite;

Parecer nº 096 - Pregão - Manutenção Elevador;

Parecer nº 097 - Inexigibilidade - equipamento de Armazenamento de Dados (Storage) da marca HPE;

Parecer nº 098 - Extensão de Garantia Storage;

Parecer nº 099 - 4º termo aditivo - CONTRATO Nº 004 - SEARQ - empresa Sirmatech Comercio e Serviços Técnicos LTDA;

Parecer nº 100 - Termo de acordo e quitação;

Parecer nº 101- Descumprimento de clausula contratual - empresa NS Serviços & Segurança Ltda. – Multa;

Parecer nº 102 - ARP - 25 Desktop-16Gb Ssd 512Gb;

Parecer nº 103 - ARP - Monitor LED 23;

Parecer nº 104 - ARP - 25 notebooks;

Parecer nº 105 - Repasse para a BM - Cobrança de 13º Salário;

Parecer nº 106 - Parecer nº 106 - Inexigibilidade - equipamento de Armazenamento de Dados (Storage) da marca HPE;

Parecer nº 107 - Contrato Passagens Aereas Cancelamento e Pagamento;

Parecer nº 108 - Inexigibilidade - DMAE;

Parecer nº 109 - Inexigibilidade -Curso sobre pesquisa de preços - DPM EDUCAÇÃO;

Parecer nº 110 - Inexigibilidade - CEEE.

Dentre os pareceres há os seguintes assuntos:

* Análise de minutas de contratos, termos aditivos e renovações de contratos;

- * Análise de editais de licitação e de atas de registros de preços;
- * Análise de apostilamentos dos contratos administrativos;
- * Análise sobre reajuste de preços em contratos administrativos;
- * Análise de garantias oferecidas em contratos administrativos;
- * Análise de demandas originadas da corregedoria geral: férias de magistrados entre outros assuntos;
- * Análise sobre descumprimento contratual;
- * Análise de convênios e termos de cooperação;
- * Análise de pedidos de magistrados e de servidores sobre férias, licenças, avanços etc.
- * Análise de atos normativos do Tribunal.

4. PARTICIPAÇÃO EM TREINAMENTOS E EVENTOS.

Considerando que o plano de capacitação e qualificação dos Magistrados e Servidores da Justiça Militar do Estado, alinhado ao Planejamento Estratégico desta Justiça especializada, tendo como fito desenvolver e aperfeiçoar os conhecimentos e as habilidades técnicas, administrativas e jurídicas, conforme dispõe a Resolução nº 192/2014 do Conselho Nacional de Justiça, os servidores desta Assessoria Jurídica participaram dos seguintes eventos e treinamentos:

Ana Carolina Miranda Guimarães:

1. Curso de Questões Práticas e Atuais do Direito Administrativo – Ajuris – (16 horas-aulas);
2. Curso Introdução aos Princípios Constitucionais da Administração Pública – CEDEP (140horas);
3. Disseminando boas práticas do Poder Judiciário – 11ª Edição – CNJ - (2 horas-aulas);
4. Acúmulo de Benefícios Previdenciários e Equilíbrio das Contas do RPPS Pós Calamidade - TCERS (7 horas-aulas);
5. Mulheres na Justiça: novos rumos da resolução 255 – CNJ (18 horas-aulas);
6. Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas às Políticas Judiciárias Pesquisa de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - CNJ - (2 horas-aulas);
7. gestão de contratos– CEDEP - (280 horas-aulas)

Jocelaine Gonçalves da Silva:

1. Curso de Questões Práticas e Atuais do Direito Administrativo – Ajuris – (16 horas-aulas);
2. 5º Congresso Brasileiro de Direito Militar – Escola Mineira de Direito – (12 horas-aulas);
3. 9º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos - Escola Mineira de Direito – (12 horas-aulas);
4. Curso Previdência Regime Geral - Escola Nacional de Administração Pública – Enap. (30 horas-aulas);
5. Evento Secreto - EMD - Nova Lei de Licitações E Contratos - Escola Mineira de Direito – (12 horas-aulas);
6. 1º Congresso Brasileiro de Direitos Humanos - Escola Mineira de Direito – (12 horas-aulas);
7. Disseminando boas práticas do Poder Judiciário – 11ª Edição – CNJ - (2 horas-aulas);
8. Seminário "Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas às Políticas Judiciárias Pesquisa de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal" - CNJ - (2 horas-aulas);
9. Mulheres na Justiça: novos rumos da Resolução n. 255 – 3ª edição - CNJ - (18 horas-aulas);
10. Disseminando Boas Práticas do Poder Judiciário” – Equidade Racial – CNJ - (2 horas-aulas);
11. Curso Compras sustentáveis e a nova lei de licitações - Escola Nacional de Administração Pública – Enap (20 horas-aulas);
12. Curso de Sustentabilidade na Administração Pública - Escola Nacional de Administração Pública – Enap (20 horas-aulas);
13. Curso sobre Como Elaborar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 – DPM – Educação.

Ricardo Tofani Sant’Anna:

1. Curso de Questões Práticas e Atuais do Direito Administrativo – Ajuris – (16 horas-aulas);

05. ATOS NORMATIVOS.

Análise, elaboração e revisão de minutas de atos normativos, tais como resoluções e portarias.

06. OUTRAS ATIVIDADES.

Abastecimento do eAdmin dos pareceres referentes ao ano de 2024;

Participação nos eventos, cursos e palestras realizadas por este Tribunal de Justiça Militar, como por exemplo: reuniões, comissões e palestras.

Porto Alegre, 19 de dezembro de 2024.


Ana Carolina Miranda Guimarães,
Analista Judiciária,
Id. Func. 3392694.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Marcelo Nepomuceno

Estagiária de jornalismo: Andressa Pufal

Na área de Comunicação Social, o Gabinete desenvolveu as atividades de assessoria de imprensa, produção gráfica e audiovisual, com a coordenação, execução e controle das atividades relativas à divulgação, à comunicação social, relações públicas internas e externas ao Tribunal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração.

À Comunicação coube ainda a coordenação editorial e produção da edição digital da Revista Justiça Militar e Memória, após oito anos.

Em 2024, foi intensificada a produção em vídeo nos canais do TJMRS, com destaque para especiais como o Conheça a Justiça Militar e Mulher No Judiciário, entre outros.

A Comunicação também elaborou planos de comunicação para instâncias como a Comissão de Prevenção ao Assédio e Comissão de Enfrentamento à Violência contra Magistrados e Servidores.

Produção de Conteúdo

Foram produzidas e/ou publicadas 282 matérias/notas e/ou artigos no site e/ou intranet entre os dias 1º de janeiro de 2024 e 30 de dezembro de 2024.

Lista de matérias publicadas

TOTAL: 282 PUBLICAÇÕES

Título	Categoria	Data	Link
Retorno do Expediente na Justiça Militar	Institucional	8/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/retorno-do-expediente-na-justica-militar-08-01-2024
Presidente Amilcar recebe convite para posse da nova administração da AJURIS	Institucional	8/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-amilcar-recebe-convite-para-posse-da-nova-administracao-da-ajuris-08-01-2024
8 de janeiro: CNJ reflete força das instituições na defesa da democracia	Outros	8/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/8-de-janeiro-cnj-reflete-forca-das-instituicoes-na-defesa-da-democracia-08-01-2024

Presidente do TJM prestigia posse de Mauro Pinheiro na Prefeitura de Porto Alegre	Institucional	10/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-do-tjm- prestigia-posse-de-mauro-pinheiro-na-prefeitura-de- porto-alegre-10-01-2024
Corregedoria da JME apresenta Sistema Eletrônico de Sorteio de Conselho de Justiça	Institucional	16/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/corregedoria-da- jme-apresenta-sistema-eletronico-de-sorteio-de- conselho-de-justica-16-01-2024
Expediente suspenso no Tribunal de Justiça Militar no dia 17 de janeiro	Institucional	17/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/expediente- suspenso-no-tribunal-de-justica-militar-no-dia-17- de-janeiro-17-01-2024
e-Revista CNJ: meio ambiente, eficiência e inteligência artificial no foco da 7.ª edição	Outros	18/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/e-revista-cnj-meio- ambiente-eficiencia-e-inteligencia-artificial-no-foco- da-7-edicao-18-01-2024
Cartilha sobre Equidade Racial	Institucional	18/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/cartilha-sobre- equidade-racial-18-01-2024
Lançamento do Guia das Ouvidorias	Institucional	18/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/lancamento-do-guia- das-ouvidorias-18-01-2024
Divulgação - Escola Judicial Militar	Institucional	22/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/divulgacao--escola- judicial-militar-22-01-2024
TJM recebe convite para a posse da nova administração do TJRS	Institucional	22/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjm-recebe-convite- para-a-posse-da-nova-administracao-do-tjrs-22-01- 2024
Divulgação TJRS: Integrantes da futura Administração entregam convites ao Governador do Estado e aos Presidentes do	Institucional	23/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/divulgacao-tjrs- integrantes-da-futura-administracao-entregam- convites-ao-governador-do-estado-e-aos- presidentes- do-trt4-e-tjm-23-01-2024

TRT4 e TJM			
Anteprojeto que cria cargos de Assessor Coordenador Judiciário na Justiça Militar é aprovado por unanimidade pelo Órgão Especial do TJRS	Institucional	23/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/anteprojeto-que-cria-cargos-de-assessor-coordenador-judiciario-na-justica-militar-e-aprovado-por-unanimidade-pelo-orgao-especial-do-tjrs-23-01-2024
Título	Categoria	Data	Link
Presidente realiza visita de cortesia ao Governador do Estado	Institucional	23/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-realiza-visita-de-cortesia-ao-governador-do-estado-23-01-2024
Ouvidor da Justiça Militar realiza visita institucional ao chefe do Estado Maior da BM	Institucional	23/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/ouvidor-da-justica-militar-realiza-visita-institucional-ao-chefe-do-estado-maior-da-bm-23-01-2024
Presidente Amílcar visita o Comandante-geral da BM	Institucional	24/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-amilcar-visita-o-comandante-geral-da-bm-24-01-2024
TJMRS e BM realizam reunião de alinhamento de projetos das Ouvidorias	Institucional	24/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-e-bm-realizam-reuniao-de-alinhamento-de-projetos-das-ouvidorias-24-01-2024
Decano do TJMRS recebe visita do Coronel Juarez Fernandes	Institucional	25/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/decano-do-tjmrs-recebe-visita-do-coronel-juarez-fernandes-25-01-2024
Palestra e visita institucional na agenda da presidência	Institucional	26/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/palestra-e-visita-institucional-na-agenda-da-presidencia-nesta-quinta-26-01-2024

nesta quinta			
Desembargador Antonio Vinicius recebe homenagem da Justiça Militar	Institucional	26/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/desembargador-antonio-vinicius-recebe-homenagem-da-justica-militar-26-01-2024
Presidente do TJM prestigia posse de novo juiz no TJRS	Institucional	26/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-do-tjm-prestigia-posse-de-novo-juiz-no-tjrs-26-01-2024
Presidente Amilcar prestigia posse de 14 novos desembargadores do TJRS	Institucional	30/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-amilcar-prestigia-posse-de-14-novos-desembargadores-do-tjrs-30-01-2024
Tribunal de Justiça Militar homenageia o procurador-geral do Estado	Institucional	31/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tribunal-de-justica-militar-homenageia-o-procurador-geral-do-estado-31-01-2024
TJMRS adquire carro oficial	Institucional	31/Jan/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-adquire-carro-oficial-31-01-2024
TJMRS publica revista de balanço da gestão	Institucional	1/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-publica-revista-de-balanco-da-gestao-01-02-2024
TJM e auditorias de Porto Alegre em regime de plantão nesta sexta (2/2)	Institucional	1/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjm-e-auditorias-de-porto-alegre-em-regime-de-plantao-nesta-sexta-2-2-01-02-2024
Nova Administração do TJ toma posse	Institucional	2/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/nova-administracao-do-tj-toma-posse-02-02-2024
Presidente do TJM homenageia comandante militar do sul	Institucional	2/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-do-tjm-homenageia-comandante-militar-do-sul-02-02-2024
Titulo	Categoria	Data	Link

Juiz Cristiano Vilhalba Flores assume a presidência da AJURIS	Institucional	6/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/juiz-cristiano-vilhalba-flores-assume-a-presidencia-da-ajuris-06-02-2024
CNJ lança #BlocoDoRespeito: campanha de conscientização contra o assédio no Carnaval	Institucional	6/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/cnj-lanca-blocodorespeito-campanha-de-conscientizacao-contra-o-assedio-no-carnaval-06-02-2024
Empossada administração do TJMRS para o biênio 2024-2025	Institucional	8/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/empossada-administracao-do-tjmrs-para-o-bienio-2024-2025-08-02-2024
Horários da Justiça Militar no Carnaval	Institucional	8/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/horarios-da-justica-militar-no-carnaval-08-02-2024
CNJ inscreve PCDs para pesquisa sobre acessibilidade no Poder Judiciário	Outros	8/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/cnj-inscreve-pcds-para-pesquisa-sobre-acessibilidade-no-poder-judiciario-08-02-2024
Estratégia Nacional do Poder Judiciário em pauta no TJM	Institucional	15/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/estrategia-nacional-do-poder-judiciario-em-pauta-no-tjm-15-02-2024
CNJ publica regulamento da 1.ª edição do Prêmio de Equidade Racial	Outros	15/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/cnj-publica-regulamento-da-1-edicao-do-premio-de-equidade-racial-15-02-2024
STF afasta limitação de vagas para mulheres em concursos da PM	Tribunais	16/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/stf-afasta-limitacao-de-vagas-para-mulheres-em-concursos-da-pm-16-02-2024
“Turma de 77” celebra 50 anos de ingresso na Brigada Militar	Institucional	19/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/turma-de-77-celebra-50-anos-de-ingresso-na-brigada-militar-19-02-2024
Programa da TV Justiça aborda o Direito Militar	Escola	20/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/programa-da-tv-justica-aborda-o-direito-militar-20-02-2024

Justiça Militar participa de webinar sobre o Ranking Transparência	Institucional	20/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/justica-militar-participa-de-webinario-sobre-o-ranking-transparencia-20-02-2024
Prêmio CNJ de Qualidade - TJMRS define responsáveis pelos eixos temáticos	Institucional	21/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/premio-cnj-de-qualidade---tjmrs-define-responsaveis-pelos-eixos-tematicos-21-02-2024
1ª Auditoria realiza o primeiro sorteio eletrônico para Conselhos de Justiça	Corregedoria Geral	21/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/1-auditoria-realiza-o-primeiro-sorteio-eletronico-para-conselhos-de-justica-21-02-2024
Magistrados do TJMRS prestigiam posse solene do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo	Institucional	23/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/magistrados-do-tjmrs-prestigiam-posse-solene-do-tribunal-de-justica-militar-de-sao-paulo-23-02-2024
Título	Categoria	Data	Link
Modernização dos sistemas de segurança e acesso ao Tribunal	Institucional	26/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/modernizacao-dos-sistemas-de-seguranca-e-acesso-ao-tribunal-26-02-2024
Presidente Maria Moura recebe presidência da AJURIS	Institucional	26/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-maria-moura-recebe-presidencia-da-ajuris-26-02-2024
Divulgação CNJ - Artigo: Quanto vale o Judiciário?	Outros	26/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/divulgacao-cnj---artigo-quanto-vale-o-judiciario--26-02-2024
Divulgação CNJ: Curso ensina participantes do Poder Judiciário a organizar aulas	Outros	29/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/divulgacao-cnj-curso-ensina-participantes-do-poder-judiciario-a-organizar-aulas-29-02-2024

Expediente nas sextas-feiras da Justiça Militar retorna ao horário normal	Institucional	29/Feb/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/expediente-nas-sextas-feiras-da-justica-militar-retorna-ao-horario-normal-29-02-2024
129 anos do Corpo de Bombeiros Militar do RS	Institucional	1/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/129-anos-do-corpo-de-bombeiros-militar-do-rs-01-03-2024
CNJ: Justiça 4.0 lança curso de Anotação de Dados para Modelos de IA no Judiciário	Outros	4/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/cnj-justica-4-0-lanca-curso-de-anotacao-de-dados-para-modelos-de-ia-no-judiciario-04-03-2024
Brigada Militar realiza evento Mulheres que Cuidam	Outros	5/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/brigada-militar-realiza-evento-mulheres-que-cuidam-05-03-2024
TJMRS recebe visita do presidente da AJUFERGS	Institucional	5/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-recebe-visita-do-presidente-da-ajufergs-05-03-2024
Presidente Maria Moura participa de reunião preparatória ao 3º Encontro do Colégio de Ouvidoras Judiciais das Mulheres	Institucional	6/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-maria-moura-participa-de-reuniao-preparatoria-ao-3-encontro-do-colegio-de-ouvidoras-judiciais-das-mulheres-06-03-2024
Campanha do CNJ enfatiza o papel da Justiça para as diferentes demandas das mulheres	Outros	6/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/campanha-do-cnj-enfatiza-o-papel-da-justica-para-as-diferentes-demandas-das-mulheres-06-03-2024
Modernização dos sistemas de segurança e acesso ao Tribunal	Institucional	7/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/modernizacao-dos-sistemas-de-seguranca-e-acesso-ao-tribunal-07-03-2024

TJMRS apresenta calendário de ações no Mês da Mulher	Institucional	7/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-apresenta- calendario-de-acoes-no-mes-da-mulher-07-03-2024
8 de março - Dia Internacional da Mulher	Institucional	8/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/8-de-marco---dia- internacional-da-mulher-08-03-2024
Título	Categoria	Data	Link
Justiça Restaurativa - Reunião da Comissão Executiva do Protocolo Interpoderes	Institucional	8/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/justica-restaurativa-- -reuniao-da-comissao-executiva-do-protocolo- interpoderes-08-03-2024
TJMRS presente na reunião preparatória ao 3º COJUM	Institucional	11/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-presente-na- reuniao-preparatoria-ao-3-cojum-11-03-2024
TJMRS realiza nova doação de tampinhas para a Kinder	Institucional	11/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza-nova- doacao-de-tampinhas-para-a-kinder-11-03-2024
TJMRS realiza reunião sobre o Prêmio Qualidade	Institucional	12/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza- reuniao-sobre-o-premio-qualidade-12-03-2024
#MêsDaMulher - Major da BM falará sobre carreira e desafios em evento no TJMRS	Institucional	13/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/mesdamulher--- major-da-bm-falara-sobre-carreira-e-desafios-em- evento-no-tjmrs-13-03-2024
#MêsDaMulher - Presidente Maria Moura apresenta a programação do mês da mulher	Institucional	15/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/mesdamulher--- presidente-maria-moura-apresenta-a-programacao- do-mes-da-mulher-15-03-2024
TJMRS presente ao Congresso Nacional de Oficiais Militares Estaduais	Institucional	15/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-presente-ao- congresso-nacional-de-oficiais-militares-estaduais- 15-03-2024

#MêsdaMulher - Evento reforça representatividade e da presença feminina na Justiça Militar Gaúcha	Institucion al	15/Mar/202 4	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/mesdamulher---evento-reforca-representatividade-da-presenca-feminina-na-justica-militar-gaucha-15-03-2024
16 de março - Dia do Ouvidor e da Ouvidora	Institucion al	18/Mar/202 4	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/16-de-marco---dia-do-ouvidor-e-da-ouvidora-16-03-2024
Podcast Em Pauta entrevista a tenente- coronel dos bombeiros Josiane Teloeken	Institucion al	18/Mar/202 4	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/podcast-em-pauta-entrevista-a-tenente-coronel-dos-bombeiros-josiane-teloeken-18-03-2024
Prêmio Qualidade - TJM discute avanços na Tabela Processual Unificada	Institucion al	18/Mar/202 4	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/premio-qualidade---tjm-discute-avancos-na-tabela-processual-unificada-18-03-2024
Administração do TJ recebe visita institucional de magistrados do TJM	Institucion al	18/Mar/202 4	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/administracao-do-tj-recebe-visita-institucional-de-magistrados-do-tjm-18-03-2024
Escola Judicial Militar discute Plano Anual de Capacitação	Institucion al	19/Mar/202 4	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/escola-judicial-militar-discute-plano-anual-de-capacitacao-19-03-2024
TJMRS presente na celebração dos 129 anos do Corpo de Bombeiros	Institucion al	19/Mar/202 4	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-presente-na-celebracao-dos-129-anos-do-corpo-de-bombeiros-19-03-2024
Título	Categori a	Data	Link
Novas ações para a segurança institucional	Institucion al	19/Mar/202 4	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/novas-acoes-para-a-seguranca-institucional-19-03-2024

Presidente do TRF4 recebe visita da nova administração do Tribunal de Justiça Militar do RS	Institucional	20/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-do-trf4-recebe-visita-da-nova-administracao-do-tribunal-de-justica-militar-do-rs-20-03-2024
Segurança - Reunião amplia a capacidade de controle de segurança via vídeo monitoramento das Auditorias do interior	Institucional	20/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/seguranca---reuniao-amplia-a-capacidade-de-controle-de-seguranca-via-video-monitoramento-das-auditorias-do-interior-20-03-2024
Dupla homenagem entre TJMRS e TJMMG	Institucional	21/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/dupla-homenagem-entre-tjmrs-e-tjmmg-21-03-2024
Magistrados do TJMRS prestigiam posse do novo presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais	Institucional	22/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/magistrados-do-tjmrs-prestigiam-posse-do-novo-presidente-do-tribunal-de-justica-militar-de-minas-gerais-22-03-2024
Quarto episódio da websérie Mulher no Judiciário	Institucional	22/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/quarto-episodio-da-webserie-mulher-no-judiciario-22-03-2024
Comissão discute segurança dos imóveis da Justiça Militar	Institucional	25/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-discute-seguranca-dos-imoveis-da-justica-militar-25-03-2024
Disponibilizada sinopses diárias do NIJM	Institucional	26/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/disponibilizada-sinopses-diarias-do-nijm-26-03-2024
Comissão de Jurisprudência discute iniciativas voltadas à Comunicação	Institucional	26/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-de-jurisprudencia-discute-iniciativas-voltadas-a-comunicacao-26-03-2024
Divulgação CNJ - Passo a passo orienta contribuinte sobre	Outros	26/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/divulgacao-cnj---passo-a-passo-orienta-contribuinte-sobre-como-apoiar-a-campanha-se-renda-a-infancia--26-03-2024

como apoiar a campanha “Serenda à infância”		4	03-2024
Porto Alegre 252 anos	Institucional	26/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/porto-alegre-252- anos-26-03-2024
TJM discute minuta de novo regimento interno	Institucional	26/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjm-discute-minuta- de-novo-regimento-interno-26-03-2024
Março Azul no TJMRS	Institucional	27/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/marco-azul-no- tjmrs-27-03-2024
TJMRS representado em reunião da AMB com corregedor nacional de justiça	Institucional	27/Mar/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-representado- em-reuniao-da-amb-com-corregedor-nacional-de-justica-27-03-2024

Título	Categoria	Data	Link
Expediente suspenso no TJMRS	Institucional	2/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/expediente- suspenso-no-tjmrs-02-05-2024
Grupo de segurança dos Tribunais discute ações de apoio frente à calamidade climática	Institucional	2/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/grupo-de-seguranca- dos-tribunais-discute-acoes-de-apoio-frente-a- calamidade-climatica-02-05-2024
TJMRS suspende expediente nesta sexta-feira, 3 de maio	Institucional	3/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-suspende- expediente-nesta-sexta-feira-3-de-maio-03-05-2024
Comissão de Gestão da Memória planeja ações para o próximo período	Institucional	3/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-de-gestao- da-memoria-planeja-acoes-para-o-proximo-periodo- 03-05-2024

Encontro entre líderes de Poderes foca em procedimentos e recursos direcionados à Defesa Civil	Institucional	3/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/encontro-entre- lideres-de-poderes-foca-em-procedimentos-e- recursos-direcionados-a-defesa-civil-03-05-2024
NOTA PÚBLICA	Institucional	3/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/nota-publica-03-05- 2024
Comunicado	Corregedoria Geral	3/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comunicado-03-05- 2024
Portaria suspende audiências, expediente presencial e prorroga prazos na Justiça Militar	Institucional	4/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/portaria-suspende- audiencias-expediente-presencial-e-prorroga-prazos- na-justica-militar-04-05-2024
Eproc volta a operar na Justiça Militar	Institucional	28/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/eproc-volta-a- operar-na-justica-militar-28-05-2024
Justiça Militar prorroga suspensão de prazos processuais e serviços judiciais até o dia 31 de maio	Institucional	28/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/justica-militar- prorroga-suspensao-de-prazos-processuais-e- servicos-judiciais-ate-o-dia-31-de-maio-28-05-2024
Informação	Institucional	28/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/informacao--28-05- 2024
TJMRS atua na recuperação das estruturas atingidas pelas enchentes	Institucional	30/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-atua-na- recuperacao-das-estruturas-atingidas-pelas- enchentes-30-05-2024
AbraceJME mobiliza arrecadações a servidores e terceirizados da Justiça Militar atingidos pela	Institucional	30/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/abracejme-mobiliza- arrecadacoes-a-servidores-e-terceirizados-da-justica- militar-atingidos-pela-enchente-30-05-2024

enchente			
Ato conjunto delibera sobre suspensão de prazos processuais,	Institucional	31/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/ato-conjunto-delibera-sobre-suspensao-de-prazos-processuais-audiencias-e-julgamentos-e-retorno-do-expediente-na-justica-militar-31-05-2024
Título	Categoria	Data	Link
audiências e julgamentos e retorno do expediente na Justiça Militar			
Corregedoria-geral da BM	Outros	31/May/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/corregedoria-geral-da-bm-31-05-2024
TJMRS adere ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples	Institucional	3/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-adere-ao-pacto-nacional-do-judiciario-pela-linguagem-simples--03-06-2024
Em debate sobre assédio, TJMRS discute os temas que calam a nossa voz	Institucional	4/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/em-debate-sobre-assedio-tjmrs-discute-os-temas-que-calam-a-nossa-voz-04-06-2024
Junho Vermelho	Institucional	5/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/junho-vermelho-05-06-2024
Linguagem Simples	Institucional	6/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/linguagem-simples-06-06-2024
Revista Direito Militar - Ed. 164/24	Artigos - Escola	6/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/revista-direito-militar---ed-164-24-06-06-2024
Revista Direito Militar traz entrevista com a Presidente do TJMRS	Institucional	7/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/revista-direito-militar-traz-entrevista-com-a-presidente-do-tjmrs-07-06-2024

Ato formaliza o repasse de R\$180 milhões do Judiciário aos Municípios em calamidade pública	Institucional	7/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/ato-formaliza-o-repasse-de-r-180-milhoes-do-judiciario-aos-municipios-em-calamidade-publica-07-06-2024
Comissão deverá adequar Resolução 219 na Justiça Militar Estadual	Institucional	11/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-devera-adequar-resolucao-219-na-justica-militar-estadual-11-06-2024
Ferramenta Explicai Tchê é apresentada na Comissão de Inovação do TJRS	Institucional	11/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/ferramenta-explicai-tche-e-apresentada-na-comissao-de-inovacao-do-tjrs-11-06-2024
Tribunal de Justiça Militar Participa da Central Cidadania	Institucional	14/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tribunal-de-justica-militar-participa-da-central-cidadania-14-06-2024
TJM inicia atendimentos na Central Cidadania	Institucional	17/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjm-inicia-atendimentos-na-central-cidadania-17-06-2024
19 de junho: 106 anos do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul	Institucional	19/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/19-de-junho-106-anos-do-tribunal-de-justica-militar-do-rio-grande-do-sul-19-06-2024
Tribunal de Justiça Militar discute Assédio e Violência Doméstica	Institucional	20/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tribunal-de-justica-militar-discute-assedio-e-violencia-domestica-20-06-2024
Ato Conjunto determina retorno do expediente presencial na Justiça	Institucional	24/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/ato-conjunto-determina-retorno-do-expediente-presencial-na-justica-militar-a-partir-de-25-de-junho-24-06-2024
Titulo	Categoria	Data	Link
Militar a partir de 25 de junho			

Justiça Militar Realiza Audiência do Caso Rai Duarte	Institucional	25/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/justica-militar- realiza-audiencia-do-caso-rai-duarte-25-06-2024
TJMRS realiza evento sobre violência doméstica e assédio	Institucional	25/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza-evento- sobre-violencia-domestica-e-assedio-25-06-2024
Tribunal de Justiça Militar retorna ao expediente presencial	Institucional	26/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tribunal-de-justica- militar-retorna-ao-expediente-presencial-26-06-2024
Servidoras do TJM participam de formação no Superior Tribunal Militar	Institucional	28/Jun/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/servidoras-do-tjm- participam-de-formacao-no-superior-tribunal-militar- 28-06-2024
Dia do Bombeiro	Institucional	2/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/dia-do-bombeiro-02- 07-2024
Audiência Pública - Metas Nacionais do Judiciário	Institucional	2/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/audiencia-publica--- metas-nacionais-do-judiciario-02-07-2024
Reunião da Comissão de Segurança	Institucional	2/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/reuniao-da- comissao-de-seguranca-02-07-2024
TJMRS abre consulta pública sobre as Metas do Judiciário	Institucional	2/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-abre-consulta- publica-sobre-as-metas-do-judiciario-02-07-2024
TJMRS lança campanha de Enfrentamento da Violência Doméstica	Institucional	3/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-lanca- campanha-de-enfrentamento-da-violencia- domestica--03-07-2024
Juiz das Garantias: Comissão do TJMRS reúne-se para discutir o	Institucional	5/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/juiz-das-garantias- comissao-do-tjmrs-reune-se-para-discutir-o-tema-05- 07-2024

tema			
Comissão da Memória discute plano de ações para o próximo período	Institucional	5/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-da-memoria-discute-plano-de-acoes-para-o-proximo-periodo-05-07-2024
Reunião discute pauta de atividades da Comissão de Inovação	Institucional	9/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/reuniao-discute-pauta-de-atividades-da-comissao-de-inovacao-09-07-2024
Enfrente, Em Frente	Institucional	10/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/enfrente-em-frente-10-07-2024
Desembargadores conhecem novo módulo de segurança do sistema eAdmin	Institucional	11/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/desembargadores-conhecem-novo-modulo-de-seguranca-do-sistema-eadmin-11-07-2024
Magistrado do TJMRS palestra em evento no Mato Grosso	Institucional	11/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/magistrado-do-tjmrs-palestra-em-evento-no-mato-grosso-11-07-2024
Título	Categoria	Data	Link
Segmento de Justiça Militar realiza audiência pública sobre metas do judiciário	Institucional	12/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/segmento-de-justica-militar-realiza-audiencia-publica-sobre-metas-do-judiciario-12-07-2024
Diretor da Escola Judicial do TJM palestra em Congresso de Direito Militar no Mato Grosso	Institucional	12/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/diretor-da-escola-judicial-do-tjm-palestra-em-congresso-de-direito-militar-no-mato-grosso-12-07-2024
Violência Patrimonial	Institucional	12/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/violencia-patrimonial-12-07-2024
Mitos da Violência Doméstica	Institucional	17/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/mitos-da-violencia-domestica-17-07-2024

Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul realiza Reunião de Monitoramento e Análise da Estratégia	Institucional	18/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tribunal-de-justica-militar-do-rio-grande-do-sul-realiza-reuniao-de-monitoramento-e-analise-da-estrategia-18-07-2024
Lançamento da Campanha “Conheça a Justiça Militar Estadual”	Institucional	19/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/lancamento-da-campanha-conheca-a-justica-militar-estadual--19-07-2024
Presidente Maria Moura realiza visita institucional ao TJRS	Institucional	19/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-maria-moura-realiza-visita-institucional-ao-tjrs-19-07-2024
Ciclo da Violência Doméstica	Institucional	23/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/ciclo-da-violencia-domestica-23-07-2024
24 de julho, aniversário da Justiça Militar do Rio Grande do Sul	Institucional	24/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/24-de-julho-aniversario-da-justica-militar-do-rio-grande-do-sul-24-07-2024
Decano do TJM destaca os 176 anos da Justiça Militar do RS	Institucional	24/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/decano-do-tjm-destaca-os-176-anos-da-justica-militar-do-rs-24-07-2024
Episódio 2 - Conheça a Justiça Militar	Institucional	25/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/episodio-2---conheca-a-justica-militar-25-07-2024
TJMRS realiza reunião para discutir as metas do segmento de justiça militar	Institucional	25/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza-reuniao-para-discutir-as-metas-do-segmento-de-justica-militar-25-07-2024
Nota de pesar - falecimento da mãe de servidora do TJMRS	Institucional	26/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/nota-de-pesar---falecimento-da-mae-de-servidora-do-tjmrs-26-07-2024

Justiça Militar do Rio Grande do Sul Realiza Discussão sobre Regimento Interno	Institucional	29/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/justica-militar-do-rio-grande-do-sul-realiza-discussao-sobre-regimento-interno-29-07-2024
TJMRS Realiza Reunião da	Institucional	29/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza-reuniao-da-comissao-de-jurisprudencia-29-07-2024
Título	Categoria	Data	Link
Comissão de Jurisprudência			
TJMRS adota Protocolo de Prevenção e Enfrentamento da Violência Doméstica contra Magistradas e Servidores da JME	Institucional	30/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-adota-protocolo-de-prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-domestica-contramagistradas-e-servidores-da-jme-30-07-2024
Pontos de Inclusão Digital em pauta na Justiça Militar	Institucional	30/Jul/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/pontos-de-inclusao-digital-em-pauta-na-justica-militar-30-07-2024
Agosto Lilás na Justiça Militar	Institucional	2/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/agosto-lilas-na-justica-militar-02-08-2024
TJMRS presente ao II Encontro Interinstitucional do Eproc	Institucional	6/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-presente-ao-ii-encontro-interinstitucional-do-eproc-06-08-2024
Episódio 3 - Qual a Competência da Justiça Militar Estadual?	Institucional	7/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/episodio-3---qual-a-competencia-da-justica-militar-estadual--07-08-2024
TJMRS recebe visita de conselheiro do CNJ	Institucional	7/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-recebe-visita-de-conselheiro-do-cnj-07-08-2024
TJMRS realiza palestra Ciclos e Círculos: a não-violência em favor da mulher	Institucional	15/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza-palestra-ciclos-e-circulos-a-nao-violencia-em-favor-da-mulher-15-08-2024

TJMRS presente na formatura de soldados do Corpo de Bombeiros Militar	Institucional	19/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-presente-na-formatura-de-soldados-do-corpo-de-bombeiros-militar-19-08-2024
TJMRS passa a utilizar versão 4.13 do SEI	Institucional	20/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-passa-a-utilizar-versao-4-13-do-sei-20-08-2024
Consulta Processual do TJMRS é Modernizada com Integração Total ao eproc	Institucional	21/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/consulta-processual-do-tjmrs-e-modernizada-com-integracao-total-ao-eproc-21-08-2024
Desembargador do TJMRS prestigia sessão de despedida do Corregedor Nacional do Judiciário	Institucional	21/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/desembargador-do-tjmrs-prestigia-sessao-de-despedida-do-corregedor-nacional-do-judiciario-21-08-2024
TJMRS é Destaque na Ação Coordenada do CNJ sobre Política Contra Assédio e Discriminação	Institucional	21/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-e-destaque-na-acao-coordenada-do-cnj-sobre-politica-contra-assedio-e-discriminacao-21-08-2024
Íntegra do evento Ciclos e Círculos: a não-violência em favor da mulher	Institucional	27/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/integra-do-evento-ciclos-e-circulos-a-nao-violencia-em-favor-da-mulher-27-08-2024
Título	Categoria	Data	Link
TJMRS presente na cerimônia de Dia do Soldado	Institucional	27/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-presente-na-cerimonia-de-dia-do-soldado-27-08-2024
Tribunais propõem ajustes em 11 Metas Nacionais para 2025	Institucional	27/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tribunais-propoem-ajustes-em-11-metas-nacionais-para-2025-27-08-2024

Divulgação: Museu da Brigada Militar lança campanha dos 100 anos de falecimento do seu patrono Cel Massot	Outros	27/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/divulgacao-museu-da-brigada-militar-lanca-campanha-dos-100-anos-de-falecimento-do-seu-patrono-cel-massot-27-08-2024
O que acontece quando um militar é condenado na Justiça Militar	Institucional	28/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/o-que-acontece-quando-um-militar-e-condenado-na-justica-militar-28-08-2024
Comissão de Avaliação Documental Administrativa visita arquivo do TRT4	Institucional	29/Aug/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-de-avaliacao-documental-administrativa-visita-arquivo-do-trt4-29-08-2024
Setembro Amarelo	Institucional	3/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/setembro-amarelo-03-09-2024
Hotsite da campanha Conheça a Justiça Militar Estadual	Institucional	3/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/hotsite-da-campanha-conheca-a-justica-militar-estadual-03-09-2024
Avanço dos tribunais em inovação será acompanhado ano a ano	Outros	4/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/avanco-dos-tribunais-em-inovacao-sera-acompanhado-ano-a-ano-04-09-2024
Comissão de Inovação discute andamento de projetos e participação no Festlabs	Institucional	5/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-de-inovacao-discute-andamento-de-projetos-e-participacao-no-festlabs-05-09-2024
Setembro Amarelo: TJMRS publica cartilha com orientações de atenção à saúde mental	Institucional	6/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/setembro-amarelo-tjmrs-publica-cartilha-com-orientacoes-de-atencao-a-saude-mental-06-09-2024
Metas Nacionais do Judiciário em discussão da rede de governança colaborativa dos	Institucional	9/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/metas-nacionais-do-judiciario-em-discussao-da-rede-de-governanca-colaborativa-dos-tribunais-de-justica-militar-09-09-2024

Tribunais de Justiça Militar	al	4	
Reunião Estratégica Discute Metas e Prêmio CNJ de Qualidade 2025	Institucional	10/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/reuniao-estrategica-discute-metas-e-premio-cnj-de-qualidade-2025-10-09-2024
Servidores da Justiça Militar Gaúcha participam de Seminário de Inovação promovido	Institucional	11/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/servidores-da-justica-militar-gaucha-participam-de-seminario-de-inovacao-promovido-pelo-tj-do-distrito-federal-11-09-2024
Título	Categoria	Data	Link
pele TJ do Distrito Federal			
TJMRS apresenta Explica Aí Tchê no IV Festlabs	Institucional	11/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-apresenta-explica-ai-tche-no-iv-festlabs--11-09-2024
Mulheres na Justiça: servidoras do TJMRS participam de seminário do CNJ	Institucional	12/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/mulheres-na-justica-servidoras-do-tjmrs-participam-de-seminario-do-cnj-12-09-2024
TJMRS presente no webinar que trata do Prêmio CNJ de Qualidade 2025	Institucional	13/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-presente-no-webinario-que-trata-do-premio-cnj-de-qualidade-2025-13-09-2024
I Congresso Baiano de Segurança e Prevenção contou com participação do TJMRS	Institucional	13/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/i-congresso-baiano-de-seguranca-e-prevencao-contou-com-participacao-do-tjmrs--13-09-2024
Justiça Militar Gaúcha participa de seminário voltado à memória do Poder Judiciário	Institucional	17/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/justica-militar-gaucha-participa-de-seminario-voltado-a-memoria-do-poder-judiciario-17-09-2024

Tribunal de Justiça Militar do RS promove palestra sobre prevenção ao câncer de intestino	Institucional	17/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tribunal-de-justica-militar-do-rs-promove-palestra-sobre-prevencao-ao-cancer-de-intestino-17-09-2024
Direitos Humanos e Relações de Gênero em debate na Justiça Militar	Institucional	19/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/direitos-humanos-e-relacoes-de-genero-em-debate-na-justica-militar-19-09-2024
TRE-RS conclama eleitores a comparecerem às urnas	Institucional	19/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tre-rs-conclama-eleitores-a-comparecerem-as-urnas-19-09-2024
Tribunal de Justiça Militar do RS define lista tríplice para cargo de desembargador militar	Institucional	23/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tribunal-de-justica-militar-do-rs-define-lista-triplice-para-cargo-de-desembargador-militar-23-09-2024
TJMRS realiza aula inaugural do curso de formação em igualdade de gênero, raça e etnia	Institucional	26/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza-aula-inaugural-do-curso-de-formacao-em-igualdade-de-genero-raca-e-etnia-26-09-2024
Servidora do TJM recebe comenda do 20º BPM	Institucional	26/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/servidora-do-tjm-recebe-comenda-do-20-bpm-26-09-2024
TJMRS discute metas nacionais do judiciário	Institucional	26/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-discute-metas-nacionais-do-judiciario-26-09-2024
Setembro Verde no TJM trouxe debate sobre câncer de intestino	Institucional	30/Sep/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/setembro-verde-no-tjm-trouxe-debate-sobre-cancer-de-intestino-30-09-2024
Título	Categoria	Data	Link
Outubro Rosa	Institucional	2/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/outubro-rosa-02-10-2024
TJMRS realiza reunião para avaliar documentos afetados pela	Institucional	2/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza-reuniao-para-avaliar-documentos-afetados-pela-enchente-02-10-2024

enchente			
Governador recebe lista tríplice para escolha de desembargador militar do TJM	Institucional	2/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/governador-recebe-lista-triplice-para-escolha-de-desembargador-militar-do-tjm-02-10-2024
TJMRS realiza homenagem à UNINTESE durante sessão de julgamento	Institucional	3/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza-homenagem-a-unintese-durante-sessao-de-julgamento-03-10-2024
Comissão de Acessibilidade do TJMRS discute ações para o próximo período	Institucional	3/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-de-acessibilidade-do-tjmrs-discute-acoes-para-o-proximo-periodo-03-10-2024
Projeto Marco Verde: Reunião do Segmento de Justiça Militar Avança na Meta Nacional 9	Institucional	4/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/projeto-marco-verde-reuniao-do-segmento-de-justica-militar-avanca-na-meta-nacional-9-04-10-2024
Gabinete do vice-presidente entrega documentos ao Centro de Memória do TJMRS	Institucional	4/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/gabinete-do-vice-presidente-entrega-documentos-ao-centro-de-memoria-do-tjmrs-04-10-2024
Comissão Executiva do Protocolo Interpoderes sobre Justiça Restaurativa realiza reunião no Tribunal de Justiça Militar do RS	Institucional	8/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-executiva-do-protocolo-interpoderes-sobre-justica-restaurativa-realiza-reuniao-no-tribunal-de-justica-militar-do-rs-08-10-2024
TJMRS realiza reunião para discutir ajustes metodológicos visando o Prêmio CNJ Qualidade 2025	Institucional	13/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza-reuniao-para-discutir-ajustes-metodologicos-visando-o-premio-cnj-qualidade-2025-13-10-2024

TJMRS celebra 159 anos do nascimento do Coronel Afonso Emílio Massot, patrono da Brigada Militar	Institucional	17/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-celebra-159-anos-do-nascimento-do-coronel-afonso-emilio-massot-patrono-da-brigada-militar-17-10-2024
Aplicação do Protocolo para Julgamento em Perspectiva de Gênero na Justiça Militar	Institucional	18/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/aplicacao-do-protocolo-para-julgamento-em-perspectiva-de-genero-na-justica-militar-18-10-2024
Comissão de Avaliação Documental Administrativa	Institucional	22/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-de-avaliacao-documental-administrativa-recupera-documentos-atingidos-pela-enchente-de-maio--22-10-2024
Título	Categoria	Data	Link
recupera documentos atingidos pela enchente de maio			
Nota de Pesar	Institucional	23/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/nota-de-pesar-23-10-2024
#OutubroRosa: Confira o depoimento de uma vencedora	Institucional	23/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/outubrorosa-confira-o-depoimento-de-uma-vencedora-23-10-2024
Justiça Restaurativa deve ser aplicada em todos os ramos da Justiça	Institucional	25/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/justica-restaurativa-deve-ser-aplicada-em-todos-os-ramos-da-justica-25-10-2024
Alunos do Curso Básico de Formação Policial Militar participam de Sessão Didática do TJMRS	Institucional	25/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/alunos-do-curso-basico-de-formacao-policial-militar-participam-de-sessao-didatica-do-tjmrs-25-10-2024
28 de outubro - dia do servidor	Institucional	28/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/28-de-outubro---dia-do-servidor-publico-28-10-2024

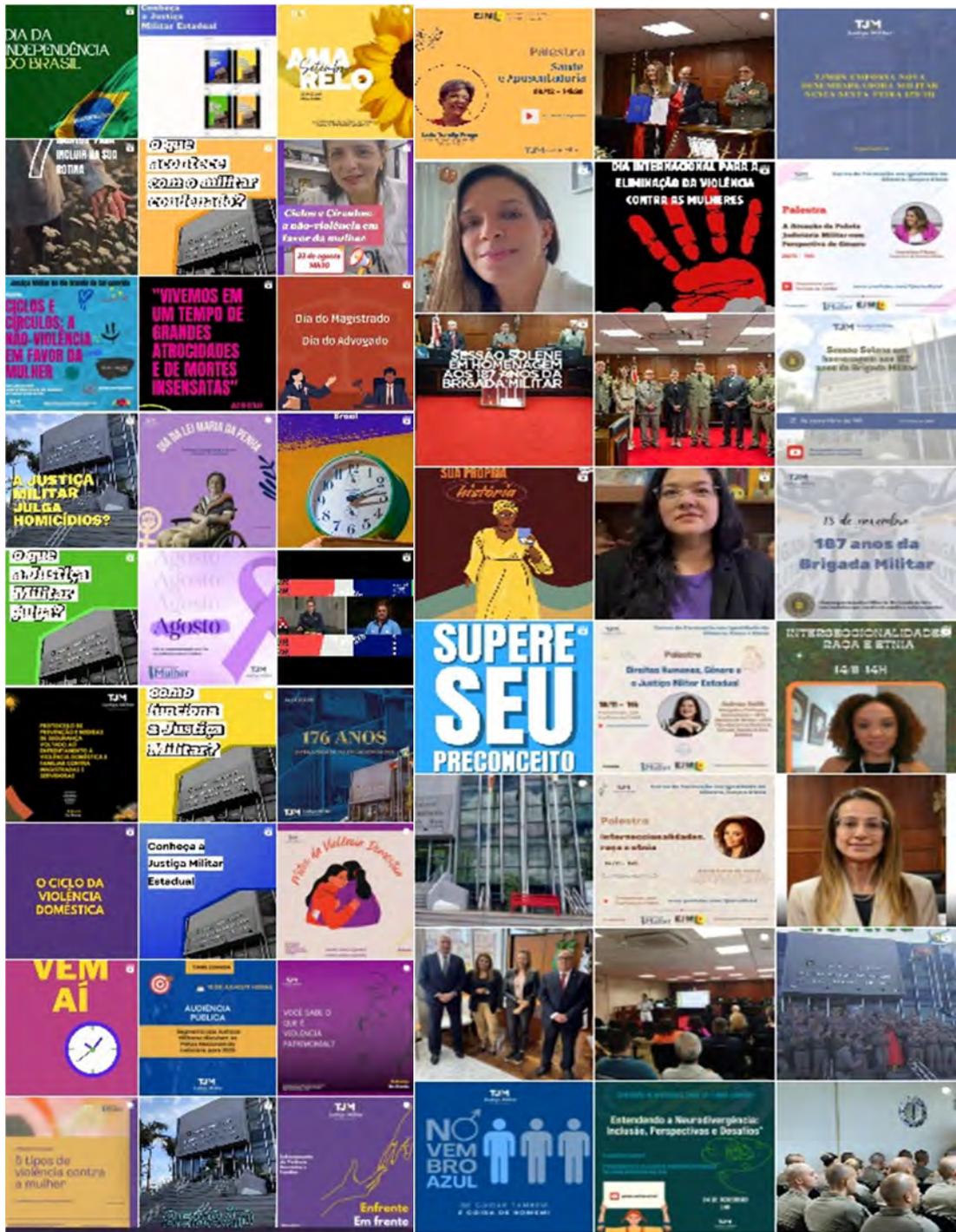
público			
TJMRS promove palestra sobre Neurodivergência	Institucional	28/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-promove-palestra-sobre-neurodivergencia-28-10-2024
TJMRS inicia treinamento para realizar inventário de emissão de gases efeito estufa (CO2)	Institucional	29/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-inicia-treinamento-para-realizar-inventario-de-emissao-de-gases-efeito-estufa-co2--29-10-2024
Consulta pública envolve a sociedade na elaboração de Metas Nacionais do Judiciário para 2025	Tribunais	30/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/consulta-publica-envolve-a-sociedade-na-elaboracao-de-metas-nacionais-do-judiciario-para-2025-30-10-2024
Nota de pesar - Morte de Policiais Militares	Institucional	30/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/nota-de-pegar---morte-de-policiais-militares-30-10-2024
Setor de RH passa a contar com Central de Suporte para Magistrados e Servidores	Institucional	31/Oct/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/setor-de-rh-passa-a-contar-com-central-de-suporte-para-magistrados-e-servidores-31-10-2024
Comissão de Acessibilidade do TJMRS realiza palestra sobre inclusão e desafios da neurodivergência	Institucional	5/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-de-acessibilidade-do-tjmrs-realiza-palestra-sobre-inclusao-e-desafios-da-neurodivergencia-05-11-2024
Tribunais gaúchos realizam Jornada para estimular a Justiça Restaurativa	Institucional	8/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tribunais-gauchos-realizam-jornada-para-estimular-a-justica-restaurativa-08-11-2024
PL 251/2024 em discussão na Assembleia Legislativa	Institucional	8/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/pl-251-2024-em-discussao-na-assembleia-legislativa-08-11-2024

Nota de Pesar - falecimento de	Institucional	11/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/nota-de-pesar---falecimento-de-servidor-11-11-2024
Título	Categoria	Data	Link
servidor			
Interseccionalidades, raça e etnia são temas de palestra do TJMRS	Institucional	12/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/interseccionalidades-raça-e-etnia-sao-temas-de-palestra-do-tjmrs-12-11-2024
Justiça Militar Estadual em regime de plantão no dia 15 de novembro	Institucional	15/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/justica-militar-estadual-em-regime-de-plantao-no-dia-15-de-novembro-15-11-2024
Direitos Humanos, Gênero e a Justiça Militar Estadual	Institucional	15/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/direitos-humanos-genero-e-a-justica-militar-estadual-15-11-2024
TJMRS na XI Jornada de Soluções Autocompositivas	Institucional	18/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-na-xi-jornada-de-solucoes-autocompositivas-18-11-2024
187 anos da Brigada Militar	Institucional	18/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/187-anos-da-brigada-militar-18-11-2024
TJMRS presente na posse de novos Promotores de Justiça do RS	Institucional	19/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-presente-na-posse-de-novos-promotores-de-justica-do-rs-19-11-2024
Decano do TJMRS palestra a alunos do Curso Superior de Polícia Militar	Institucional	19/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/decano-do-tjmrs-palestra-a-alunos-do-curso-superior-de-policia-militar-19-11-2024
TJMRS lança o Projeto Destino Certo	Institucional	19/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-lanca-o-projeto-destino-certo-19-11-2024
TJMRS realiza sessão solene em homenagem aos 187 anos da Brigada Militar	Institucional	21/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza-sessao-solene-em-homenagem-aos-187-anos-da-brigada-militar-21-11-2024

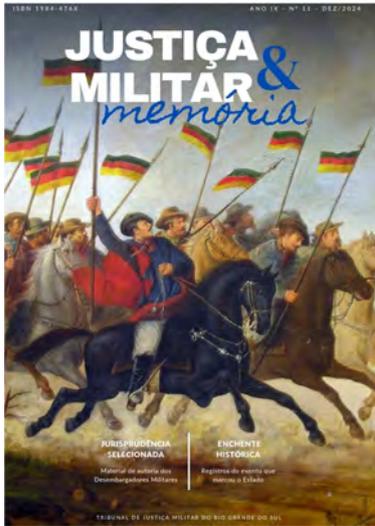
Brigada Militar é homenageada em sessão solene no TJMRS	Institucional	21/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/brigada-militar-e-homenageada-em-sessao-solene-no-tjmrs-21-11-2024
Presidente do TRE- RS recebe convite para posse no TJM- RS	Institucional	22/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-do-tre-rs-recebe-convite-para-posse-no-tjm-rs-22-11-2024
TJMRS prestigia aula magna com vice-presidente do STF	Institucional	22/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-prestigia-aula-magna-com-vice-presidente-do-stf-22-11-2024
XI Jornada de Soluções Autocompositivas encerra com oficinas e divulgação de artigos selecionados para publicação	Institucional	25/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/xi-jornada-de-solucoes-autocompositivas-encerra-com-oficinas-e-divulgacao-de-artigos-selecionados-para-publicacao-25-11-2024
TJMRS promove palestra sobre atuação da Polícia Judiciária Militar com perspectiva de gênero	Institucional	25/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-promove-palestra-sobre-atuacao-da-policia-judiciaria-militar-com-perspectiva-de-genero-25-11-2024
Título	Categoria	Data	Link
TJMRS empossa nova desembargadora militar nesta sexta-feira (29)	Institucional	27/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-empossa-nova-desembargadora-militar-nesta-sexta-feira-29-27-11-2024
TJMRS presente na cerimônia de celebração dos 15 anos do eproc e SEI	Institucional	29/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-presente-na-cerimonia-de-celebracao-dos-15-anos-do-eproc-e-sei-29-11-2024
Desembargadora Militar Gabriela John é empossada no TJMRS	Institucional	29/Nov/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/desembargadora-militar-gabriela-john-e-empossada-no-tjmrs-29-11-2024

Saúde e Aposentadoria em pauta no TJM	Institucional	2/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/saude-e-aposentadoria-em-pauta-no-tjm--02-12-2024
Sistema eproc da Justiça Militar Estadual migra de versão nesta sexta-feira (06/12)	Institucional	2/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/sistema-eproc-da-justica-militar-estadual-migra-de-versao-nesta-sexta-feira-06-12--02-12-2024
TJMRS presente ao IV Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres	Institucional	3/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-presente-ao-iv-encontro-do-colegio-de-ouvidorias-judiciais-das-mulheres-03-12-2024
Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Justiça Militar reúne-se em Campo Grande	Institucional	3/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-permanente-de-aperfeicoamento-da-justica-militar-reune-se-em-campo-grande-03-12-2024
TJMRS recebe seu décimo Selo no prêmio CNJ de Qualidade	Institucional	3/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-recebe-seu-decimo-selo-no-premio-cnj-de-qualidade-03-12-2024
TJMRS conclui implementação da versão 9.10 do eproc	Institucional	9/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-conclui-implementacao-da-versao-9-10-do-eproc-09-12-2024
BM lança publicação com memórias da enchente de 2024	Outros	12/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/bm-lanca-publicacao-com-memorias-da-enchente-de-2024-12-12-2024
Websérie Conheça a Justiça Militar	Institucional	13/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/webserie-conheca-a-justica-militar--13-12-2024
Segmento de Justiça Militar apresenta protótipo do Banco de Sentenças	Institucional	13/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/segmento-de-justica-militar-apresenta-prototipo-do-banco-de-sentencas-13-12-2024

Projeto amplia a acessibilidade nos espaços físicos do TJMRS	Institucional	17/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/projeto-amplia-a- acessibilidade-nos-espacos-fisicos-do-tjmrs-17-12- 2024
Recesso Forense na Justiça Militar Estadual	Institucional	18/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/recesso-forense-na- justica-militar-estadual-18-12-2024
TJMRS Lança Edição Especial da Revista Justiça Militar e Memória	Institucional	19/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-lanca-edicao- especial-da-revista-justica-militar-e-memoria-19-12- 2024
Blitz reforça mobilização do TJMRS no enfrentamento do assédio	Institucional	19/Dec/2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/blitz-reforca- mobilizacao-do-tjmrs-no-enfrentamento-do-assedio- 19-12-2024



Revista Justiça Militar & Memória



--



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2024

ASSESSORIA MILITAR

Período: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024

Assessor Militar: Major PM Clóvis Camargo

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar um panorama das atividades desenvolvidas pela Assessoria Militar do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul durante o ano de 2024. Este documento reflete as principais realizações, iniciativas e avanços obtidos em cada setor subordinado à Assessoria Militar, promovendo transparência e consolidando as ações realizadas ao longo do período.

2. ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES DA ASSESSORIA MILITAR

A Assessoria Militar está organizada em três setores principais, cada um com funções específicas e chefias designadas:

Segurança e Inteligência:

Controle de riscos e proteção de magistrados, servidores e patrimônio.

Monitoramento de informações e prevenção de ameaças.

Interação com órgãos de segurança pública.

Transporte:

Gestão da frota de veículos.

Coordenação de motoristas e planejamento logístico.

Organização de deslocamentos de magistrados e servidores.

Portaria:

Controle de acesso às dependências do TJMRS.

Supervisionamento de entrada e saída de pessoas, materiais e veículos.

Atendimento ao público e organização de eventos.

3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2024

3.1. SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA

Criação do módulo de segurança no sistema eAdmin, abrangendo portaria, viaturas, armas, armários, escalas, NIJME e relatórios, com suporte técnico e operacional do NIJME (OS 001/2024);

Monitoramento contínuo de pessoas e processos de alta repercussão nas mídias sociais, com apoio à Presidência nas decisões estratégicas;

Monitoramento das câmeras do Tribunal e das Auditorias de Santa Maria e Passo Fundo;

Ações de inteligência e apoio logístico às enchentes que afetaram o estado;

Confecção de 20 relatórios de inteligência e 13 relatórios de eventos;

Visitas às auditorias de Santa Maria e Passo Fundo pelos integrantes do NIJME (04 e 05/03/2024);

Levantamento de processos no Arquivo Judicial de Passo Fundo por Jean Dario da Rocha e Carlos Ketz (04 a 07/11/2024);

Atendimento de demandas dos gabinetes, magistrados e servidores da JME, relacionadas a segurança e inteligência;

Serviço de plantão permanente, conforme Ato Normativo que regula o NIJME.

3.2. TRANSPORTE

Transporte do Des. Militar Fábio Duarte Fernandes aos aeroportos de Caxias do Sul e Florianópolis (26/09/2024).

Transporte do Des. Cel Paulo Roberto Mendes Rodrigues para evento em Uruguaiana (16/08/2024).

Transporte do Des. Cel Paulo Roberto Mendes Rodrigues para evento em Pelotas, dia 23/07/2024.

Transporte até o município de Caxias do Sul, no Aeroporto Regional, de Herbert Schonhofen, César da Cunha Krebs e Olavo Garcia Renner para participação no ExpoJud 2024 em Brasília (15 a 17/10/2024).

Transporte até o Aeroporto de Passo Fundo de Eduardo de Borba Severo, Andréia Vargas e Luciana Busin para o II Encontro Interinstitucional do e-Proc no Rio de Janeiro (04 e 05/08/2024).

Transporte até o Aeroporto de Passo Fundo de Rodrigo Gruppelli e Gabriel Freitas para o Encontro Técnico do Eproc em São Paulo (16 a 17/09/2024).

Gestão e manutenção preventiva da frota de veículos.

Planejamento de escalas de motoristas.

Transporte de magistrados para sessões, eventos e viagens administrativas.

Viagens de serviço para acompanhamento de magistrados ao interior do Estado.

3.3. PORTARIA

Controle de acesso nas dependências do TJMRS.

Confecção de 150 crachás para servidores, magistrados e visitantes.

Organização de eventos institucionais, com reforço na segurança.

Implementação de novo sistema de cadastro e controle de visitantes.

Atendimento ao público e suporte durante sessões do pleno.

4. ORDENS DE SERVIÇO EMITIDAS

011/AssMil/2024 - Viagem a Passo Fundo para auditoria.

015/AssMil/2024 - Viagem a Santa Maria para inspeção.

020/AssMil/2024 - Regulamentação do estacionamento interno do TJMRS.

025/AssMil/2024 - Controle de acessos especiais durante eventos solenes.

5. EVENTOS E SOLENIDADES

Sessões solenes de aniversário da Justiça Militar (176 anos).

Solenidades da Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Exército Brasileiro.

Abertura do ano judiciário.

Eventos institucionais do TJMRS.

Posse da Dra. Gabriela John Lopes no cargo de desembargadora militar no dia 23/11/2024.

Audiências do Caso Rai - Torcedor do Brasil de Pelotas, que mobilizaram toda a segurança e o núcleo de inteligência nos dias 10, 18 e 25 de abril de 2024.

6. PLANTÃO DE SOBREAVISO

Plantões de sobreaviso durante feriados, finais de semana e recesso judicial.

Equipe de sobreaviso designada para atendimento a demandas emergenciais.

7. AÇÕES FUTURAS E METAS PARA 2025

Implementar sistemas avançados de monitoramento remoto.

Ampliar o treinamento das equipes de segurança.

Reforçar a segurança em eventos com maior presença de público.

Modernizar o controle de acesso com tecnologia de reconhecimento facial.

8. CONCLUSÃO

O ano de 2024 foi marcado por avanços significativos na gestão da segurança, transporte e portaria do TJMRS.

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Militar contribuíram diretamente para a eficiência e segurança das atividades judiciais e administrativas do Tribunal, consolidando o compromisso com a proteção e o suporte à Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 10 de janeiro de 2025.

Major PM Clóvis Camargo
Assessor Militar do TJMRS





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

Secretaria do Órgão Julgador

Secretaria de Plenário

À Secretaria de Plenário compete dirigir, supervisionar e secretariar os trabalhos do Plenário, elaborar as pautas dos trabalhos das sessões, proceder às intimações dos advogados e dos defensores para a sessão de julgamento e administrativas, confeccionar e assinar as súmulas de julgamento e administrativas, lavrar as atas da sessão de julgamento e administrativas, colher a assinatura do Presidente nas súmulas e nas atas e executar as demais atividades previstas no Regulamento de Serviços Auxiliares da JME.

Relatório das atividades desenvolvidas

No decorrer do ano de dois mil e vinte e quatro, o Tribunal de Justiça Militar do Estado realizou 71 (setenta e um) sessões ordinárias (híbridas e virtuais), das quais foram lavradas as respectivas atas, sendo julgados pelos excelentíssimos desembargadores militares durante o ano 347 (trezentos e quarenta e sete) processos.

Ao longo do ano o Colegiado analisou também os seguintes processos administrativos:

1. SEI nº 9.2021.0700.000124-0
2. SEI nº 9.2023.0700.001410-8
3. SEI nº 9.2023.0700.000069-7
4. SEI nº 9.2023.0700.001642-9
5. SEI nº 9.2022.0700.001009-2
6. SEI nº 9.2024.0700.000126-6
7. SEI nº 9.2024.0700.000139-8
8. SEI nº 9.2024.0700.000149-5
9. SEI nº 9.2024.0700.000276-9
10. SEI nº 9.2024.0700.000216-5
11. SEI nº 9.2024.0700.000267-0
12. SEI nº 9.2024.0700.000298-0
13. SEI nº 9.2024.0700.000344-7
14. SEI nº 9.2024.0700.000392-7
15. SEI nº 9.2024.0700.000381-1
16. SEI nº 9.2024.0700.000468-0
17. SEI nº 9.2024.0700.000336-6
18. SEI nº 9.2024.0700.000516-4

19. SEI nº 9.2023.0700.000629-6
20. SEI nº 9.2024.0700.000546-6
21. SEI nº 9.2024.0700.000570-9
22. SEI nº 9.2024.0700.000594-6
23. SEI nº 9.2024.0700.000515-6
24. SEI nº 9.2024.0700.000512-1
25. SEI nº 9.2024.0700.000626-8
26. SEI nº 9.2024.0700.000682-9
27. SEI nº 9.2024.0700.000639-0
28. SEI nº 9.2024.0700.000537-7
29. SEI nº 9.2024.0700.000939-9
30. SEI nº 9.2024.0700.000959-3
31. SEI nº 9.2024.0700.001121-0
32. SEI nº 9.2024.0700.000921-6
33. SEI nº 9.2024.0700.000279-3
34. SEI nº 9.2024.0700.000837-6
35. SEI nº 9.2024.0700.001254-3
36. SEI nº 9.2024.0700.001361-2
37. SEI nº 9.2024.0700.001318-3
38. SEI nº 9.2024.0700.000852-0
39. SEI nº 9.2024.0700.001225-0
40. SEI nº 9.2024.0700.001470-8
41. SEI nº 9.2024.0700.001590-9
42. SEI nº 9.2023.0700.000532-0
43. SEI nº 9.2024.0700.001693-0

Abaixo segue quadro quantitativo, conforme dados extraídos dos sistemas *eproc* e do *Sei julgar*, respectivamente:

Processos	Quantidade
Apelações Criminais	121
<i>Habeas-Corpus</i> Criminal	35
<i>Habeas-Corpus Cível</i>	1
Recurso Inominado Militar	2
Recurso em Sentido Estrito	4
Correição Parcial	22
Representação para Perda da Graduação	2
Representação para Declaração de Indignidade/Incompatibilidade	1
Revisão Criminal	9
Embargos Infringentes e de Nulidade	23

Conflito de Competência	1
Apelações Cíveis	77
Conselho de Justificação	1
Reexame Necessário Criminal	5
Apelação/Remessa Necessária Cível	5
Agravo em Execução	5
Petição	3
Agravo de Instrumento	28
Ação Rescisória	1
Mandado de Segurança Criminal	1
Total de Processos Judiciais Julgados	347
Processos Administrativos	43
Total de Processos Julgados	390

Assuntos mais recorrentes nos julgados:

Assuntos	Processos
Nulidade de Ato Administrativo	44
Lesão Grave	06
Lesão Leve	18
Impedimento/Detenção/Prisão	13
Prevaricação	12
<i>Habeas Corpus</i> - Cabimento	11
Crimes do Sistema Nacional de Armas	06
Inquérito/ Processo/Recurso Administrativo	08
Crimes de Trânsito	04
Violação de Domicílio	04
Licenciamento/Exclusão	06
Injúria	05
Abandono de Posto	09
Crimes de Tortura	06
Abuso de Poder	02
Injuria Real	13
Prova Ilícita	07
Requerimento da Parte	07
Falsidade Ideológica	06
Peculato	09
Peculato-furto	02
Crimes de Abuso de Autoridade	01
Constrangimento Ilegal	01
Trancamento	01
Competência da Justiça Militar Estadual	04
Reintegração	02
Suspensão	4
Prisão Preventiva	02
Homicídio Simples	02

Perda de Graduação das Praças	02
Perda do Posto e da Patente	01
Corrupção Passiva	02
Ameaça	03
Roubo Qualificado	01
Estelionato	02
Cerceamento de Defesa	05
Irregularidade na Composição do Conselho	02
Indulto	02
Fuga de Preso ou Internado	01
Reabilitação	02
Violência contra Militar de Serviço	01
Ato Obsceno	01
Processo Administrativo Disciplinar/Sindicância	09
Desacato a Militar	05
Falsidade de Documento	01
Crimes contra a Pessoa	01
Extorsão mediante Sequestro	01
Prisão Domiciliar/Especial	02
Descumprimento de Missão	01
Transferência de Preso	01
Uso indevido de Uniforme, distintivo ou insígnia militar por qualquer pessoa	01
Violação do Segredo Profissional	02
Atos Administrativos	02
Advertência/Repreensão	03
Substituição da Pena	01
Favorecimento Pessoal	01
Liberdade Provisória	01
Colaboração com Grupo, Organização ou Associação destinados à Produção ou Tráfico de Drogas	01
Desaparecimento, consunção ou extravio	02
Recebimento	01
Liminar	02
Tráfico, posse ou uso de entorpecentes ou substância de efeito similar	01
Menagem	01
Destruição/Subtração/Ocultação de Cadáver	01
Furto	01
Furto Qualificado	01
Dormir em Serviço	01
Atentado Violento ao Pudor	01
Desobediência	01
Dano Simples	01
Desrespeito a Superior	01
Fato Atípico	01
Revisão/Desconstituição de Ato Administrativo	01

Remição	01
Escrito ou Objeto Obsceno	01
Violência contra Superior	01
Recusa a Obediência	01
Deserção	01
Penas do Código Penal Militar	02

A Secretaria do Pleno também verifica e confirma as presenças dos advogados durante as sessões de julgamento, remetendo, inclusive, os links para a sustentação oral, quando realizadas de forma remota.

Na rotina ainda se faz necessário o edital das pautas virtuais e híbridas, bem como a abertura, acompanhamento e fechamento da sessão presencial e virtual no Sistema eproc e a confecção de atas das sessões administrativas previstas nos artigos 95 e 96 do RI/TJMRS no Sistema Sei.

E, por fim, vale destacar que também é feita a publicação dos editais das pautas dos feitos judiciais por meio do Sei Externo, com lançamento do DJe via Tribunal de Justiça do Estado do RS.

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2025.

Aline Sanches
Secretária de Plenário



Documento assinado eletronicamente por **Aline Sanches, Secretária do Pleno**, em 13/02/2025, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjmrs.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0163400** e o código CRC **E34AEFD6**.

TJM

Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL MILITAR E AUDITORIA

RELATÓRIO ESTRATÉGICO

RESULTADOS DO PLANEJAMENTO

2024

✉ nge@tjmrs.jus.br

🌐 www.tjmrs.jus.br

SUMÁRIO

Gestão Estratégica

03

O Núcleo de Gestão Estratégica

04

**Resultados do Planejamento
Estratégico 2021- 2026**

05

Metas Nacionais 2024

08

Metas Específicas 2024

12

Logística Sustentável

12

Prêmio Qualidade 2024

13

Apropriando-se da definição da Ciência da Administração de que, gerir é planejar, organizar, dirigir e controlar; considerando-se estratégia como a aplicação do conjunto de recursos necessários para que uma organização alcance seus objetivos - pode-se afirmar que, por meio de uma gestão estratégica, é possível planejar o estado futuro almejado, estabelecer e monitorar as ações necessárias, permitindo conhecer e acompanhar o desempenho da organização.

A gestão estratégica corresponde a um modelo de gestão organizacional com foco em ações planejadas.

Para tanto, utiliza-se de métodos, técnicas e ferramentas de gestão e de avaliação de desempenho a fim de operacionalizar a estratégia organizacional, ao mesmo tempo em que, por meio do acompanhamento das atividades da Organização, fornece informações para a tomada de decisões.

Desta forma promove a melhoria do desempenho organizacional, a qual objetiva o atendimento das expectativas e necessidades de seus clientes, externos e internos.

Integrantes do Núcleo de Gestão Estratégica

- VIVIANE DE FREITAS PEREIRA - Juíza Auxiliar da Presidência - Coordenadora do NGE
- TIAGO LOPES SCHIFFNER - Servidor
- ALCIONE ROGÉRIO DE FREITAS HASELEIN- Servidor
- MORION VAQUEIRO - Estagiário



Considerando a complexidade das atribuições, o NGE busca integrar e organizar o setor conforme a legislação, a doutrina, a estrutura física, material e os recursos humanos disponíveis, de forma a se estabelecer para melhor desempenhar as funções a ele atribuídas.

Dispositivos legais

- Resolução n.º 4/CNJ
- Resolução n.º 49/CNJ
- Resolução n.º 76/CNJ
- Resolução n.º 198/CNJ
- Resolução n.º 221/CNJ
- Resolução n.º 126/TJM-RS
- Resolução n.º 131/TJM-RS
- Resolução n.º 139/TJM-RS
- Resolução n.º 149/TJM-RS
- Portaria n.º 114/CNJ
- Portaria n.º 138/CNJ
- Portaria n.º 167/CNJ
- Portaria n.º 95/TJM-RS
- Portaria n.º 112/TJM-RS,
- Portaria 071/2022 de 09

Consoante à missão, com escopo em prestar uma jurisdição militar em âmbito estadual com qualidade; a visão de ser uma referência à sociedade da aplicação da lei castrense de forma célere, e valores calcados no comprometimento ético na imparcialidade, sustentabilidade, inclusão, inovação, transparência e celeridade, o NGE foi o responsável pela interlocução com o CNJ, em especial, no que tange as Metas Nacionais e específicas, e no Prêmio CNJ de qualidade.

Atividades ordinárias do NGE

Periodicidade	Atividade
MENSAL	Efetividade NGE (dia 5), Produtividade Mensal/ encaminhamento ao CNJ (dia 20), PLS (dia 30), Metas Nacionais (cfe. Calendário CNJ) e envio de dados analíticos pela TIC de 25 a 30 de cada mês e relatório justiça em números
QUADRIMESTRE	Metas Especificas do Segmento Militar Meta 1 e Meta 2
SEMESTRE	Justiça em números, MPM
ANUAL	Justiça em números, Res 400 PLS

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Promover ações de acessibilidade e de garantia dos direitos fundamentais a todos, em especial, aos jurisdicionados da Justiça Militar

Objetivos Específicos e ações realizadas

Para fins de apresentar os resultados obtidos conforme o Planejamento para o ano de **2024**, vamos dividir nos seguintes objetivos específicos:

1 Ações de promoção da JME

1 - Ações para ampliação como Justiça Especializada

- Agendas Institucionais juntos aos poderes Executivo e Legislativo do Estado
- Realização de palestras e participação de alunos junto ao TJMRS;
- Realização de duas palestras junto a Academia de Polícia Militar (Curso Superior de Polícia);
- Cooperação junto ao Tribunal de Justiça do RS.

Meta anual prevista

- Cumprimento da Meta específica 2 e ampliação de ações

2021

09 ações



2023

30 ações

+ 333%

Resultado alcançado

- **200%** de cumprimento da meta relativo ao início do planejamento (2021)
- Total de **12 ações** realizadas

2022

22 ações

+ 244%

2024

12 ações

+ 200%

2

Reduzir o volume de processos administrativos disciplinares anulados judicialmente

Este indicador tornou-se obsoleto a partir do ano de 2023, haja vista que após ações realizadas nos anos de 2021 e 2022, o objetivo foi alcançado. Desta forma, o indicador **DEIXOU DE SER MONITORADO NO ANO DE 2023**

EM 2024 - Na primeira Reunião de Avaliação Institucional, foi proposta a mudança da meta para um indicador a ser definido após ampla consulta com todos os magistrados.

3

Promover a acessibilidade na JME



Meta anual prevista



Resultado alcançado

- | | | |
|---|-------|---|
| • Cartilha de Acessibilidade | >>>>> | • Implementada |
| • Construção de rampa externa de acesso ao TJM/RS | >>>>> | • Em fase de orçamento |
| • Identificação de locais destinados a portadores de necessidades especiais | >>>>> | • Implementado 100% |
| • Capacitação de servidores com palestra | >>>>> | • 01 palestras realizadas
• 01 Capacitação realizada |

4

Promover a acessibilidade virtual na JME



Meta anual prevista



Resultado alcançado

- | | | |
|---|-------|----------------------------|
| • Implementação de Áudio descrição e Intérprete de libras sob demanda | >>>>> | • 100% implementado |
| • Acessibilidade Tecnológica no site do Tribunal | >>>>> | • 100% implementado |

5

Aprimorar a comunicação com o público externo

Meta anual prevista

- Execução de um plano de comunicação da estratégia da JMERS

- Campanha publicitária de divulgação da JME



Resultado alcançado

- Em fase de conclusão

- 07 realizadas

O NGE reforça a importância da Gestão Estratégica, auxiliando o Poder Judiciário através da identificação e resolução dos principais entraves à prestação jurisdicional.

A promoção e a integração gerencial do sistema de justiça definiram e orientaram o posicionamento estratégico dos Tribunais, respeitando as especificidades locais. Estes trabalhos permitiram que o Tribunal desse rumo a sua trajetória, porém, é preciso monitorar e ajustar constantemente seu desempenho, traduzido nos objetivos estratégicos.

Reuniões de Análise Estratégica

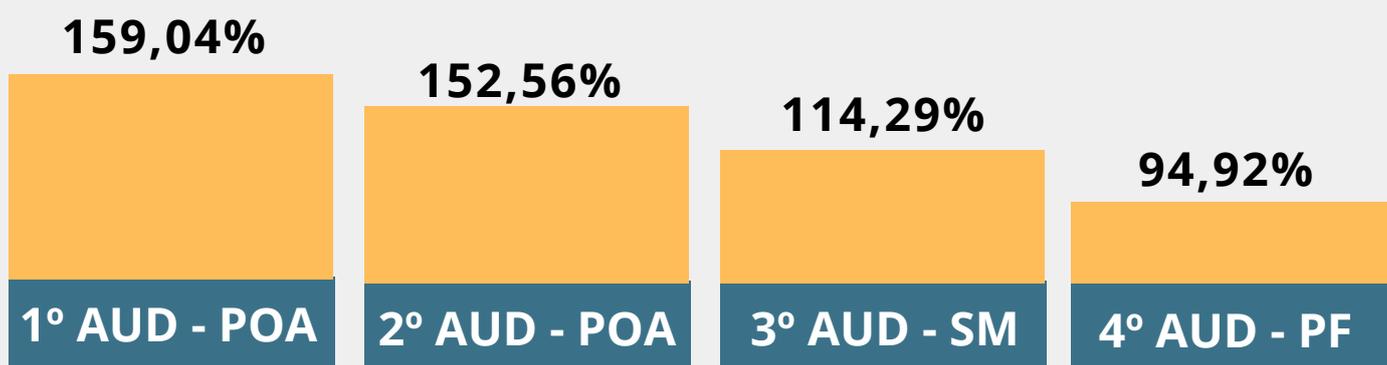
Os encontros de gestão da estratégia são os momentos em que os servidores e magistrados responsáveis reúnem-se para discutir o progresso da estratégia, monitorando e ajustando os desempenhos.

Para tanto, foram realizadas **duas** Reuniões de Análise Estratégica – RAEs, no ano de **2024**, objetivando o acompanhamento e discussão dos indicadores traçados no plano.

O NGE é responsável pelo acompanhamento das Metas Nacionais e Específicas da JME/RS, portanto, organiza os dados e encaminha-os ao Gestor de Metas sempre que demandado ou de ofício.

Meta 1

Tem como objetivo julgar **em 2024, quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos ou sobrestados**. A JME do RS seguiu um caminho de superação da Meta preconizada pelo CNJ. Segundo as informações disponibilizadas no Painel Estatística do CNJ, o Tribunal tem os seguintes percentuais.



Meta 2

1º GRAU

Julgar, pelo menos, **90%** dos processos distribuídos até **31/12/2021 nas auditorias.**



Cumprimento nas Auditorias Militares

100,88%

O cumprimento da Meta 2 está consolidado no 1º Grau de Jurisdição da JME.



Cumprimento nas Auditorias Militares processos mais antigos

100,00%

2º GRAU

Julgar, pelo menos, **90%** dos processos distribuídos até **31/12/2022 no 2º Grau.**



Cumprimento no 2º Grau

105,26%

Meta 4

1º GRAU

Julgar, pelo menos **95%**, das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a lei 13.941/17, distribuídas até **31/12/2021** no 1º grau.



Cumprimento nas Auditorias Militares

90,16%

2º GRAU

Julgar, pelo menos **95%** das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até **31/12/2022** no 2º grau.



Cumprimento no 2º Grau

105,26%

Meta específica 1

1º Grau da JME: Julgar, em até 180 dias corridos, 70% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais;

2º Grau da JME: Julgar, em até 120 dias, 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais e os processos de natureza especial.

Perguntas JME	Resultados 1º Quadrimestre	Resultados 2º Quadrimestre	Resultados 3º Quadrimestre	Resultado Final da Meta
PE1.1 _{JME} - Total de processos de conhecimento não criminais julgados em até 180 dias no 1º grau.	19	22	9	50
PE1.2 _{JME} - Total de processos de conhecimento criminais julgados em até 180 dias no 1º grau.	4	1	6	11
PE1.3 _{JME} - Total de processos de conhecimento não criminais julgados no período de referência ao 1º grau.	22	15	12	49
PE1.4 _{JME} - Total de processos de conhecimento criminais julgados no período de referência ao 1º grau.	72	52	79	203
Percentual de cumprimento acumulado da meta no 1º Grau	34,95%	40,82%	34,95%	34,58%
PE1.5 _{JME} - Total de processos não criminais originários julgados em até 180 dias no 2º grau	1	1	20	22
PE1.6 _{JME} - Total de processos criminais originários julgados em até 180 dias no 2º grau.	14	14	36	64
PE1.7 _{JME} - Total de processos não criminais originários julgados no período de referência no 2º grau.	2	3	20	25
PE1.8 _{JME} - Total de processos criminais originários julgados no período de referência no 2º grau.	14	18	38	70
PE1.9 _{JME} - Total de processos não criminais recursais julgados em até 120 dias no 2º grau.	16	16	20	52
PE1.10 _{JME} - Total de processos criminais recursais julgados em até 120 dias no 2º grau.	44	24	36	104
PE1.11 _{JME} - Total de processos não criminais recursais julgados no período de referência no 2º grau	29	31	40	100
PE1.12 _{JME} - Total de processos criminais recursais julgados no período de referência no 2º grau	59	50	60	169
Percentual de cumprimento acumulado da meta no 2º Grau	80,13%	70,12%	73,87%	73,87%

Meta específica 2

Divulgação da JME: realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2023, sendo, no mínimo, **6 ações** em cada Justiça Militar Estadual.

Perguntas	Resultados 1º Quadrimestre	Resultados 2º Quadrimestre	Resultados 3º Quadrimestre	Resultado Final da Meta
PE2.1 - Total de ações	6	3	3	12
Percentual de cumprimento acumulado da meta	100,00%	150,00%	200,00%	200,00%

As Metas específicas 1 e 2 são as principais do segmento da Justiça Militar Estadual, e são coletados de forma quadrimestral.

O Plano de Logística Sustentável é instrumento de governança em contratações públicas do Poder Judiciário, conforme disposto na Resolução CNJ no 347/2020; O PLS é composto de Variáveis e Indicadores mínimos conforme estabelecidos na Res 400 e 401 do CNJ.



Indicadores de Sustentabilidade

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. VARIÁVEIS GERAIS | 11. VIGILÂNCIA |
| 2. PAPEL | 12. TELEFONIA |
| 3. COPOS DESCARTÁVEIS | 13. VEÍCULOS |
| 4. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA | 14. COMBUSTÍVEL |
| 5. IMPRESSÃO | 15. APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO |
| 6. ENERGIA ELÉTRICA | 16. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES |
| 7. ÁGUA E ESGOTO | 17. QUALIDADE DE VIDA |
| 8. GESTÃO DE RESÍDUOS | 18. CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE |
| 9. REFORMAS E CONSTRUÇÕES | 19. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO |
| 10. LIMPEZA | |

O TJMRS possui uma comissão de sustentabilidade para avaliar os indicadores e propor ações que visem a sustentabilidade do tribunal.

O Tribunal tem evidenciado esforços no cumprimento das metas estipuladas, onde ressaltamos a questão de consumo de material, onde chegamos ao patamar mínimo necessário à administração, afastando-se do consumo de itens que geram efeitos contrários a sustentabilidade, como consumo de papel, plásticos e outros. Também reduzimos consumo de energia, água e a produção de resíduos. Tudo isso confirmado pelo IDS Índice de Desenvolvimento Socioambiental do TJM é de 67,11%, obtendo pontuação de 10 pts no Prêmio CNJ de Qualidade.



TJMRS obteve 67,11% de índice atingindo objetivo proposto pelo CNJ



O Tribunal de Justiça Militar do RS obteve o seu **10º Selo de Qualidade consecutivo** no ano de 2024

Percentual atingido pelo TJMRS 65,8%

EIXO	MÁXIMO	ATINGIDO	%
Governança	360	255	70,83
Produtividade	290	189	65,17
Transparência	120	100	80,00
Tecnologia	527	340	64,51

854 pontos

Estratégias propostas pelo NGE para 2025



Painel de Power BI dos indicadores 2024

Desenvolvimento de um Painel de BI contendo todos os itens de todos os eixos para acompanhamento em tempo real do avanço de cumprimento do requisito pela coordenação responsável.



Reuniões setoriais com cada eixo

Reuniões setoriais com cada responsável dos itens elencados no Premio CNJ de Qualidade 2025

ER JUDICIÁRIO
LITAR DO ESTADO
GRANDE DO SUL
ITAR E 1ª AUDITORIA

TJM

Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul

TJM

Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO NAI 2024

Núcleo de Auditoria Interna

 (51) 3214 - 1099

 auditoria@tjmrs.jus.br

 www.tjmrs.jus.br



Sumário

Introdução	03
Desenvolvimento	04
Estrutura Funcional	04
Auditorias Realizadas 2024	05
Auditorias Realizadas 2024	06
Outras Atividades	06
Outras Atividades	07
Conclusão	07



I. NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA – NAI

O Núcleo de Auditoria Interna foi criado em atendimento ao previsto na Constituição Federal no Artigo 74, e através da Resolução do CNJ: nº 086 de 08 de setembro de 2009, e agora norteado pelas Resoluções 308 e 309 do CNJ de 11/03/2020, conseqüentemente foram criados por força dessas Resoluções o Estatuto do Núcleo de Auditoria Interna e o Código de Ética do Núcleo de Auditoria Interna, aprovados pelo Pleno do Tribunal de Justiça Militar, os quais instituíram e delegaram competências ao Núcleo de Auditoria Interna, bem como, a mudança de nome (Núcleo de Controle Interno) para (Núcleo de Auditoria Interna). Trata-se de um setor responsável pela 3ª linha de defesa do tribunal, não se confundindo mais com atividades dos controles internos, antes executadas concomitantemente com as auditorias internas e externas, conforme está previsto no Regulamento dos Serviços Auxiliares no seu capítulo VIII, Publicado no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-RS

Edição Nº 5.496 / de 12 de Fevereiro de 2015, o qual futuramente deverá sofrer alterações, a fim de atualização com as recentes mudanças, de acordo com as Resoluções 308 e 309 de 11/03/2020.

A finalidade do Núcleo de Auditoria Interna é propiciar ações preventivas e orientar as unidades administrativas da Justiça Militar Estadual, com o intuito de colaborar para assegurar à legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência, a publicidade e a transparência nas gestões administrativas, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e da tecnologia da informação, proporcionando apoio às auditorias coordenadas pelo CNJ.

O Estatuto do Núcleo de Auditoria Interna e o Código de Ética do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, aprovados pelo Pleno em 20 de junho de 2022, em consonância com a linha de atuação das Resoluções nº 308 e nº 309 do CNJ, de 11 de março de 2020, com vista a aprimorar a comunicação do Núcleo de Auditoria Interna com os setores de ação estratégica e do planejamento estratégico do tribunal. O Estatuto de Auditoria Interna está dividido em 15 capítulos e deverá ser aperfeiçoado à medida que as atividades sejam realizadas e testadas e de acordo com as normativas do CNJ.

A criação do Estatuto e do Código de Ética do Tribunal de Justiça Militar é uma conquista importante para o Núcleo de Auditoria Interna e para o nosso tribunal, o qual demandou muita diligência, empenho e dedicação da equipe do núcleo.

II. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

As atividades realizadas pelo Núcleo de Auditoria Interna foram planejadas e inseridas no Plano Anual de Auditorias de 2024, levando-se em consideração o Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça Militar, Capítulo III Art. 55, com determinações e prioridades definidas pela presidência do tribunal, com Ações Coordenadas em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça — CNJ — e auditorias internas com análises, pesquisas e recomendações apresentadas pelo Núcleo de Auditoria Interna.

Para garantir que os relatórios cumpram o seu papel como meio de comunicação elaboramos os achados e recomendações de forma criteriosa, reconhecendo a conformidade, desempenho satisfatório e/ou boa prática, apresentamos todas as informações relevantes, elencamos as limitações/restrições de escopo, e sempre emitimos opiniões baseadas em evidências de auditoria adequadas e suficientes.

Fluxograma de trabalho do NAI nas auditorias executadas:



“O relatório é o único aspecto do trabalho do auditor que o público pode ver e, portanto, a competência do auditor pode ser julgada em função do seu relatório (...). John William Cook, Auditoria: filosofia e técnica, 1929.

III. ESTRUTURA FUNCIONAL

Para bem realizar esta função, os integrantes do Núcleo de Auditoria Interna, no decorrer dos anos, vêm se qualificando conforme as exigências normativas do Conselho Nacional de Justiça e de acordo com as obrigações inerentes, os quais permanecem à disposição da Presidência do TJM/RS, para bem realizar as atividades ordinárias e extraordinárias.

Por outro lado, também é fundamental, que seus integrantes entendam o trabalho como uma oportunidade incomum de contribuir para a evolução do Tribunal de Justiça Militar - RS, inserindo-o em um contexto moderno, de gestão exemplar, estabelecendo parâmetros de excelência passíveis de serem alcançados, com entusiasmo e dinamismo necessários, juntamente com os avanços sociais e tecnológicos cada vez mais abrangentes.

Diante disso, o Núcleo de Auditoria Interna pode e deve consolidar-se como um setor que trará para a Administração do Tribunal de Justiça Militar o entendimento de que a base do sistema deve ser o planejamento, a boa administração e a transparência dos procedimentos, conduzidos por servidores cada vez mais qualificados, com determinação, resiliência, zelo, eficiência, dedicação e criatividade.

Atualmente o Núcleo de Auditoria Interna é composto pela servidora Elisabete Simões da Cruz.

IV. AUDITORIAS REALIZADAS EM 2024

1) Ação Coordenada de Auditoria sobre a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, de 20 de junho – 30 de agosto de 2024, SEI: 9.2024.0700.000837-6:

- a) Fase de Planejamento: 20/06/2024 a 21/06/2024
- b) Fase de Execução: Reunião inicial com a Unidade: 24/06/2024
- c) Realização dos exames: 01/07/2024
- d) Definição dos achados: 13/07/2024
- e) Reunião de apresentação dos achados: 24/07/2024
- f) Respostas da comissão aos achados: 28/07/2024
- g) Fase de Conclusão: Definições das recomendações: 02/08/2024
- h) Envio das conclusões de auditoria ao CNJ: 09/08/2024
- i) Entrega do sumário executivo ao presidente: 30/08/2024
- j) O Pleno do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul acordou, por unanimidade, aprovar o Relatório de Auditoria Coordenada realizada na Comissão de Combate ao Assédio e Discriminação do tribunal no dia 16/09/2024;
- k) Em 26 de setembro de 2024: publicação do relatório no Portal Transparência conforme link:

https://www.tjmrs.jus.br/public/files/arquivos/2024092622_RELATORIO%20DA%20A%C3%87%C3%83O%20COORD.%20SOBRE%20POLITICA%20DE%20INCENTIVO%20A%20OPARCITIPACAO%20FEMININA%20NO%20PODER%20JUDICIARIO-2024.pdf

2) Auditoria Interna de Acessibilidade e Inclusão, de 16 de setembro de 2024 a 31 de outubro de 2024, Processo SEI nº: 9.2024.0700.001225-0:

O Núcleo de Auditoria Interna procedeu Auditoria em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2024 do TJMRS, de acordo com as competências previstas no Capítulo III Art.55, Incisos de I a VIII do Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado, com a participação em campo da servidora: Elisabete Simões, que desenvolveu as atividades conforme segue:

a) No mês de setembro de 2024, foram criadas as matrizes de planejamento e definição do universo das ações, assim como os calendários dos trabalhos, bem como a documentação inerente à auditoria, bem como os estudos para aplicação das técnicas de auditoria de observação, análise documental, exames de registros, correlação de informações obtidas e avaliações, o qual a servidora do Núcleo de Auditoria Interna fez a preparação devida com estudos nas formas de aplicação.

b) Fase de Planejamento: 01/09/2024 – 13/09/2024;

c) Comunicação e engajamento: 16/09/2024 – 30/09/2024;

d) Realização dos exames: 01/10/2024 – 12/10/2024;

e) Definição dos achados: 13/10/2024 – 21/10/2024;

f) Apresentação dos achados: 21/10/2024;

g) Respostas da comissão aos achados: 21/10/2024;

h) Fase de Conclusão: Definições das recomendações: 22/10/2024 – 28/10/2024;

i) Em 25 de novembro de 2024: foi publicado o relatório no Portal Transparência conforme link:

https://www.tjmrs.jus.br/public/files/arquivos/informatica_2024112536_RELATORIO_AUDITORIA_INTERNA_ACESSIBILIDADE_-_2024.pdf

V. OUTRAS ATIVIDADES:

1. Demandas referentes ao PAA (Plano Anual de Auditoria) e PAC (Plano Anual de Capacitação):

a) Plano Anual de Auditoria - **2025(PAA)**, foi aprovado pela Presidente desse Tribunal, SEI, 9.2024.0700.001540-2, e publicado no Site do tribunal em 19 de dezembro de 2024;

b) Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC) SEI: 9.2024.0700.000512-1, dos servidores que compõe o Núcleo de Auditoria Interna, em observância aos ditames do arts. 69 e 70 da Resolução nº 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça, o qual foi aprovado no Pleno do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, que acordou, por unanimidade, aprovar o Plano Anual de Capacitação — Auditoria Interna — 2024 em 11 de abril de 2024;

c) Monitoramento das auditorias anteriores:

Recomendações aprovadas pelo Pleno do tribunal em 2023 na Auditoria Interna de Promoção à Sustentabilidade, com apontamentos de doze recomendações não atendidas e uma certificando boas práticas de sustentabilidade, algumas das recomendações eram referente ao encaminhamento, destinação de materiais inservíveis, obsoletos e sem uso (ex: capas de processos, papéis timbrados,..etc) esses materiais e outros uteis com prazos de validade em dia e de uso cotidiano, foram destruídos durante a catástrofe climática que absorveu nosso estado e chegou também ao nosso Tribunal, alagando todo subsolo. Os materiais perdidos foram encaminhados à incineração. Com base nessa informação, alguns apontamentos foram absorvidos.

1. Cursos e Relatório Anual, escalas de serviço, eventos e providências:

- a.** Elisabete Simões da Cruz participou do Curso Sustentabilidade na Administração Pública do Poder Judiciário 12/11/2024 a 14/11/2024;
- b.** Elisabete Simões da Cruz participou de Palestra "Disseminando Boas Práticas do Poder Judiciário" – Equidade Racial do Poder Judiciário 25/09/2024 a 25/09/2024;
- c.** Elisabete Simões da Cruz participou de Seminário "Como fazer Pesquisas Empíricas aplicadas às Políticas Judiciárias" do Poder Judiciário 29/09/2024 a 29/09/2024;
- d.** Elisabete Simões da Cruz participou do Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário 14/08/2024 a 16/08/2024;
- e.** Entrega do Relatório Anual do Núcleo de Auditoria Interna do TJM ao Gabinete da Presidência em janeiro de 2025;
- f.** Participação em eventos formais na plataforma digital do TJM e educativos;

VI. CONCLUSÃO

As atividades realizadas referem-se às Auditorias Coordenada e Interna, acompanhamento da gestão e ao cumprimento da Legislação e das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, que foram desenvolvidas junto aos setores auditados com livre desempenho das funções previstas nas atribuições do Núcleo de Auditoria Interna e com o apoio da Alta Administração desta Corte Castrense, cumprindo as Auditorias Coordenadas e os prazos determinados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, XXXI, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar, encaminhamos o relatório descritivo das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Auditoria Interna – NAI – no período de janeiro a dezembro de 2024, para fins de apreciação e avaliações do ofício.

Porto Alegre, RS, 27 de janeiro 2025.

Elisabete Simões da Cruz
Dirigente – NAI

RELATÓRIO ANUAL 2024

**Gabinete da
Vice-
presidência**

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2025

INTEGRANTES

Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum,
Vice-presidente

Apoio:

Cesar da Cunha Krebs
Secretário da Vice-presidência

Dionês Gabana de Souza,
Oficial de Gabinete da vice-presidência

Sumário

1.	Apresentação.....	4
2.	Processos no Gabinete da Vice-Presidência – movimentações 2024.....	5
2.1.	Quadro resumo 2024 – Recursos Especiais e Extraordinários (E-proc)..	5
2.2.	Gráficos	6
2.3.	Relação dos Processos movimentados em 2024 pelo Gabinete da Vice-presidência (E-proc).....	9
2.4.	Dados do Painel CNJ Vice Presidência 2024 – Gestão processual comparativo com e-proc e EAdmim - JMERS	13
2.5.	Painel CNJ Produtividade vice-presidência 2024.....	14
3.	Gabinete Desembargador Brum.....	14
3.1.	Painel CNJ Gestão Processual Gabinete.....	14
3.2.	Pendentes Painel CNJ Gestão Processual Gabinete Brum.....	15
3.3.	Casos Novos 2024 – painel CNJ Gestão processual Gabinete Des. Brum..	16
3.4.	Painel CNJ – Produtividade – Gabinete Des Brum.....	16
3.5.	Tempos – Painel CNJ Gabinete Des. Brum.....	17
3.6.	Comparativo de distribuição de classes - Painel CNJ e EADMin TJMRS 2024 Gabinete Desembargador Militar Brum.....	17
3.7.	Processos Gabinete Desembargador Militar Brum - dados e-proc.....	18
3.8.	comparativo Dados Painel Gestão Processual CNJ, e-proc e EAdmim Gabinete Des. Brum.....	23
4.	Comissões com participação do Gabinete do Vice-presidente.....	23

1. APRESENTAÇÃO

A Vice-presidência está prevista no Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, alterado até a Emenda Regimental n. 1/2020, como órgão do Tribunal, art. 3º, inciso III, Título I - organização e competência, Capítulo III, Do Presidente e do Vice-presidente, do art. 7º ao 8º, e prevê no art. 10 as competências, e art. 11, 12, 42 e 59, outras matérias.

Estabelece o RITJMRS, em seu art. 10, que compete ao Vice-presidente suceder a Presidente nos casos de vaga e substituí-la nos casos de licença ou impedimento temporário, bem como atestar efetividade e despachar atos administrativos afetos à Presidência do Tribunal de Justiça Militar.

Nos Termos dos artigos 11 e 59, § 3º, do mesmo diploma, “o exercício de cargo de Vice-presidente não impede que seu titular seja contemplado na distribuição de processos e funcione como juiz”, mediante redução de 50% (cinquenta por cento) na ordem de distribuição de processos.

Ao Vice-presidente ainda foi atribuída à competência para presidir as Comissões Permanentes de Jurisprudência e do Regimento Interno, na forma do artigo 42, § único, do RITJMRS.

Além disso, a Resolução TJMRS n.º 37, de 15 de fevereiro de 2006, atribui ao Vice-presidente a competência para proceder ao juízo de admissibilidade dos Recursos Extraordinário e Especial, bem como determinar o processamento de Recurso eventualmente interposto contra decisões denegatórias de seguimento.

Ao longo de 2024, a Vice-presidência desenvolveu atividades administrativas e de prestação jurisdicional na competência do Colegiado Pleno desta Corte, proferindo decisões no juízo de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos contra acórdãos proferidos pelo Tribunal

Pleno. Nesse período, foram proferidas 47 (quarenta e sete) decisões de admissibilidade/inadmissibilidade de Recursos Especiais e Extraordinário, cíveis e criminais.

Ainda atuou como Juiz no seu Gabinete com distribuição de processos previsto nos artigos 11 e 59, §3º, do RITJMRS.

2. Processos no Gabinete da Vice-Presidência – movimentações 2024

2.1 Quadro resumo 2024 – Recursos Especiais e Extraordinários (E-proc)

Class e origem	Apelação remessa necessária	Apelação Cível	Apelação Criminal	Correição parcial	Embargos Infringente de Nulidade	Habeas Corpus criminal	Recurso em sentido Estrito	Recurso inominado Militar	Repres. p/perda de graduação	Revisão criminal	Total
Classes processos 2024	1	17	54	3	13	2	2	1	1	1	95
Recurso Especial	1	9	19	3	7	0	1	1	1	1	43
Recurso Ext.	0	4	3	0	1	0	1	0	1	0	10
Agravão Deneg.	0	4	19	2	7	0	2	1	2	1	38
Remessa STJ	0	5	19	3	7	2	1	1	1	1	40
Remessa STF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recurso especial admitido	0	4	2	0	1	0	0	0	0	0	7
Recurso Ext. Admitido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Recurso especial não admitido	0	4	16	3	5	0	0	1	0	0	29
Recurso Ext. não admitido	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	4
And. intimações	1	3	3	0	1	0	0	0	0	0	8
And.	0	4	1	0	1	0	1	0	0	0	7

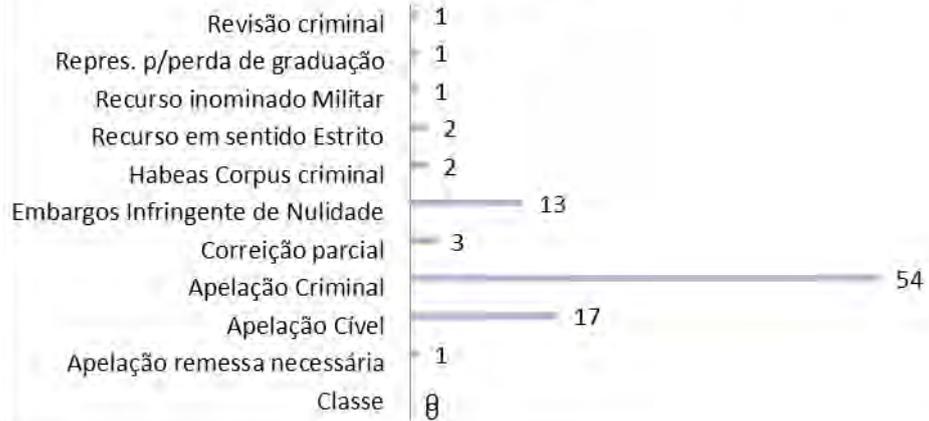
contra razões											
And. prazo	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
And. conclu so p/ decisã o	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
Concl uso decisã o agrav o	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
And. Diligê ncias	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Retor no STJ	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Petiçã o	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: sistema e-proc

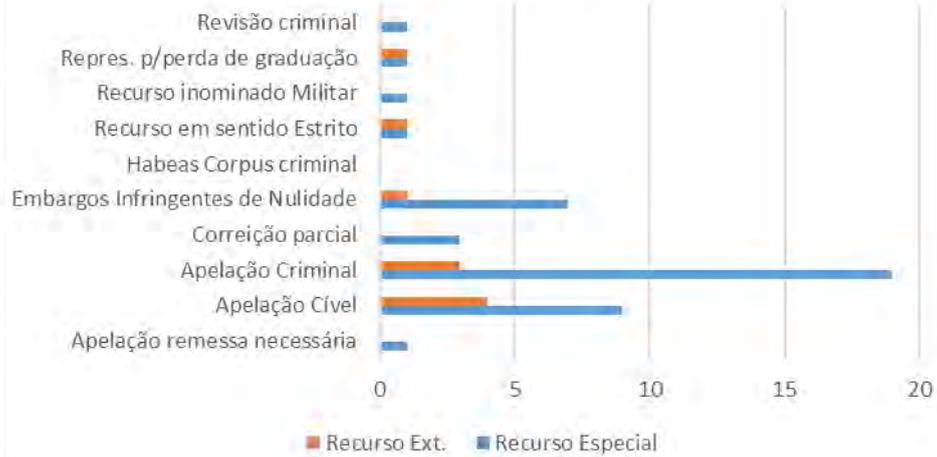
2.2 Gráficos

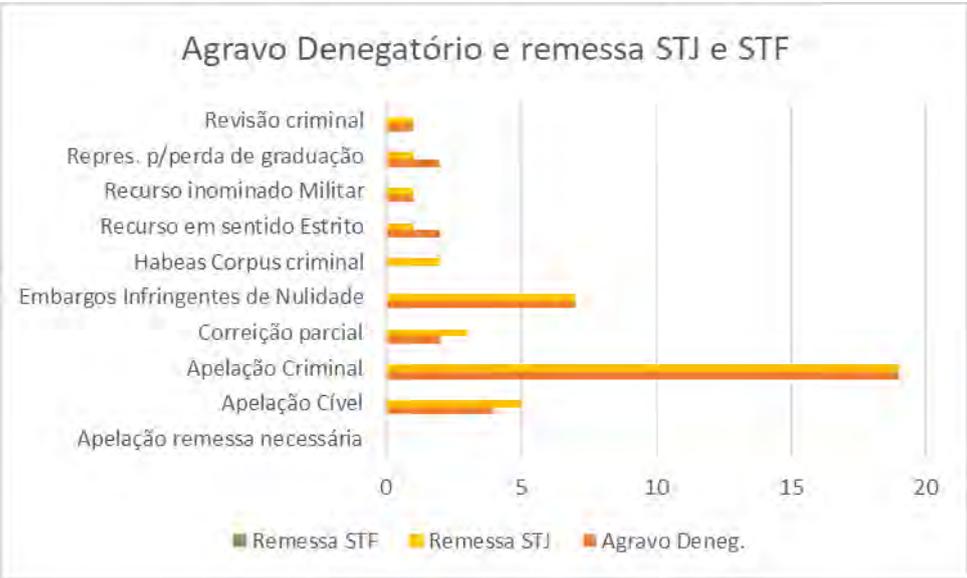


Recursos Especial e Extraordinário origem das classes processuais



Tipos de recursos por classe







2.3. Relação dos Processos movimentados em 2024 pelo Gabinete da Vice-presidência (E-proc)

	Processo	Classe		Julgamento	Agravo de decisão denegatória de recurso	Remessa STJ ou STF	Situação atual
1	0070015-45.2023.9.21.0001	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial admitido		Remetido STJ	
2	0070033-68.2020.9.21.0002	Apelação Criminal	Recurso especial e extraordinário 2023	Recurso especial e extraordinário não admitido 2023	Sim 2023	Remetido STJ 2024	
3	0070042-56.2022.9.21.0003	Apelação Cível	Recurso extraordinário 2023	Recurso ext. não admitido 2023	Sim 2024	Remetidos STF 2024	

4	0070055-81.2024.9.21.0004	Apelação cível	Recurso especial				intimações
5	0070055-86.2021.9.21.0004	Embargos Infringentes e de Nulidade	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim		contrarrazões
6	0070067-38.2023.9.21.0002	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim		diligências
7	0070084-08.2022.9.21.0003	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim	Remetido STJ	
8	0070105-87.2022.9.21.0001	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim	Remetido STJ	
9	0070114-49.2022.9.21.0001	Apelação Cível	Recurso especial 2023	Recurso especial não admitido 2023	Sim 2023	Remetido STJ 2024	
10	0070115-31.2022.9.21.0002	Embargos Infringentes e de Nulidade	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim		Conclusos para decisão agravo
11	0070118-20.2021.9.21.0002	Apelação Criminal	Recurso especial 2023	Recurso especial 2023 não admitido	Sim 2024	Remetido STJ 2024	
12	0070131-82.2022.9.21.0002	Apelação Criminal	Recurso especial 2023	Recurso especial não admitido 2024	sim	Remetido STJ	
13	0070157-83.2022.9.21.0001	Apelação Cível	Recurso extraordinário 2023	Recurso extraordinário não admitido 2023	Sim 2023	Remetido STF 2024	
14	0070161-85.2020.9.21.0003	Apelação Criminal	Recurso extraordinário e especial 2023	Recurso especial e extraordinário não admitido 2023	Sim 2024 ambos	Remetido STJ 2024	
15	0070170-82.2022.9.21.0001	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido			intimação
16	0070172-12.2023.9.21.0003	Recurso Inominado Militar - segredo de justiça nível 1	Recurso especial 2023	Recurso especial não admitido	sim	Remessa ao STJ	
17	0070189-25.2021.9.21.0001	Embargos Infringentes e de Nulidade	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim	Remessa ao STJ	
18	0070213-84.2020.9.21.0002	Apelação Criminal	Recurso especial e extraordinário 2023	Recursos não conhecidos 2023	Sim de ambos 2023	Remessa ao STJ 2024	
19	0070236-62.2022.9.21.0001	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim	Remessa ao STJ	
20	0070249-61.2022.9.21.0001	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim		intimação
21	0070260-81.2022.9.21.0004	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim		intimação
22	0070260-84.2022.9.21.0003	Recurso em Sentido Estrito	Recurso extraordinário e especial 2023	Recursos extraordinário e especial não admitidos 2023	Sim ambos 2023	Remessa ao STJ 2024	
23	0070266-	Apelação	Recurso	Recurso	sim	Remessa ao	

	25.2021.9.21.0 004	Criminal	especial	especial não admitido		STJ	
24	0070279- 56.2023.9.21.0 003	Apelação / Remessa Necessária - segredo de justiça nível 1	Recurso especial	Recurso especial não admitido			intimação
25	0070296- 69.2021.9.21.0 001	Apelação Criminal	Recurso especial 2023	Recurso especial não admitido 2023	Sim 2024	Remessa ao STJ 2024	
26	0070341- 33.2022.9.21.0 003	Apelação Cível	Recurso especial	Recurso especial não admitido			Intimações
27	0070349- 76.2023.9.21.0 002	Apelação Cível	Recurso especial extraordinári o				Contrarrazões
28	0070356- 71.2023.9.21.0 001	Apelação Cível	Recurso especial	Recurso especial não admitido			Intimações
29	0070371- 74.2022.9.21.0 001	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido			diligências
30	0070373- 15.2020.9.21.0 001	Apelação Criminal	Recurso especial 2023	Recurso especial não admitido 2023	Sim 2023	Remessa ao STJ 2024	
31	0070385- 55.2022.9.21.0 002	Apelação Cível	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim		Contrarrazões
32	0070409- 86.2022.9.21.0 001	Apelação Criminal	Recurso especial 2023	Recurso especial não admitido 2023	Sim 2023	Remessa ao STJ 2024	
33	0070423- 35.2020.9.21.0 003	Embargos Infringentes e de Nulidade	Recurso especial 2023	Recurso especial não admitido	sim	Remessa ao STJ	
34	0070427- 41.2021.9.21.0 002	Embargos Infringentes e de Nulidade	Recurso extraordinári o 2023	Recurso extraordinário não admitido 2023	Sim 2024	Remessa ao STJ 2024	
35	0070432- 92.2023.9.21.0 002	Recurso em Sentido Estrito - segredo de justiça	Recurso extraordinário e especial	Recurso extraordinário e especial não admitidos	sim		contrarrazões
36	0070448- 80.2022.9.21.0 002	Apelação Cível	Recurso especial 2023	Recurso especial admitido	não	Remessa ao STJ	
37	0070450- 47.2022.9.21.0 003	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido			prazo
38	0070499- 91.2022.9.21.0 002	Apelação Criminal	Recurso extraordinári o	Recurso extraordinário não admitido	Sim recurso extraordinári o		Conclusos para decisão
39	0070501- 64.2022.9.21.0 001	Embargos Infringentes e de Nulidade	Recurso especial	Recurso especial não admitido			intimação
40	0070555- 30.2022.9.21.0 001	Apelação Cível	Recurso extraordinári o 2023	Recurso extraordinário não admitido 2023	Sim 2024	Remessa ao STF	
41	0070563- 04.2022.9.21.0 002	Apelação Cível	Recurso especial	Recurso especial admitido	não	Remessa ao STJ	
42	0070568- 29.2022.9.21.0 001	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim	Remessa ao STJ	

43	0070589-39.2021.9.21.0001	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim	Remessa ao STJ	
44	0070589-68.2023.9.21.0001	Apelação Cível	Recurso especial	Recurso especial admitido			Prazo
45	0070621-07.2022.9.21.0002	Apelação Criminal	Recurso especial				Contrarrazões
46	0070636-73.2022.9.21.0002	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim	Remessa ao STJ	
47	0070678-62.2021.9.21.0001	Apelação Criminal	Recurso especial e extraordinário	Recurso especial admitido Recurso extraordinário não admitido	Sim agravo recurso extraordinário	Remessa ao STJ	
48	0070681-46.2023.9.21.0001	Apelação Cível	Recurso especial e extraordinário				Contrarrazões
49	0070716-03.2023.9.21.0002	Apelação Cível	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim		Contrarrazões
50	0070722-81.2021.9.21.0001	Apelação Cível 2023	Recurso especial 2023	Recurso especial não admitido 2023	Sim 2023	Remessa ao STJ 2024	
51	0070787-76.2021.9.21.0001	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim	Remessa ao STJ	
52	0071023-93.2019.9.21.0002	Apelação Criminal	Recurso especial	Recurso especial não admitido			prazo
53	0090035-26.2024.9.21.0000	Revisão Criminal antecipação de tutela	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim	Remessa ao STJ	
54	0090037-93.2024.9.21.0000	Correição Parcial antecipação de tutela	Recurso especial			Remessa ao STJ	
55	0090055-51.2023.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal antecipação de tutela	Habeas corpus criminal recurso ordinário constitucional			Remessa ao STJ	
56	0090056-02.2024.9.21.0000	Embargos Infringentes e de Nulidade	Recurso especial				Concluso para decisão
57	0090062-43.2023.9.21.0000	Representação p/ Perda da Graduação	recurso especial e extraordinário	Recurso especial e extraordinário não admitidos	sim	Remessa ao STJ	
58	0090064-76.2024.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal	Recurso Ordinário em Habeas Corpus.			Remessa ao STJ	
59	0090072-24.2022.9.21.0000	Embargos Infringentes e de Nulidade	Recurso especial 2023	Recurso especial não admitido 2024		Remessa ao STJ	Retorno dia 26/01/2025 conheço o recurso especial e dou provimento

							para determinar a realização de novo interrogatório ao final da instrução.
60	0090085-86.2023.9.21.000	Correição Parcial e antecipação de tutela	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim	Remessa ao STJ	
61	0090086-08.2022.9.21.000	Embargos Infringentes e de Nulidade	Recurso especial	Recurso especial admitido		Remessa ao STJ	
62	0090095-33.2023.9.21.000	Correição Parcial antecipação de tutela	Recurso especial	Recurso especial não admitido	sim	Remessa ao STJ	
63	0800012-02.2018.9.21.003	Apelação Cível	Recurso especial 2021	Recurso especial não admitido 2022	Sim 2022	Remessa ao STJ 2024	
64	1000122-51.2017.9.21.003	Embargos Infringentes e de Nulidade	Recurso especial 2021	Recurso especial não admitido 2022	Sim 2022	Remessa ao STJ 2022	29/01/2025 recebidos os autos do STJ
65	1000136-04.2018.9.21.002	Embargos Infringentes e de Nulidade idoso	Recurso especial e extraordinário	Recurso especial e extraordinário não admitido	Sim ambos	Remessa ao STJ	
66	1000480-56.2016.9.21.001	Embargos Infringentes e de Nulidade	Recurso especial e extraordinário 2023	Recurso especial e extraordinário não admitido 2023	Sim ambos 2023	Remessa ao STJ 2024	
67	1000510-85.2016.9.21.003	Apelação Cível	Recurso especial e extraordinário	Recurso especial e extraordinário não admitido			Petição

2.4. Dados do Painel CNJ Vice Presidência 2024 – Gestão processual comparativo com e-proc e EAdmim - JMERS

Descrição	Painel CNJ Produtividade	E-proc TJMRS	EAdmim
Casos novos	0	10 recursos extraordinários 43 recursos especiais	27 sem especificação de recurso especial ou extraordinário somente classe original 2º grau
Julgados	2 não criminal	44 36 criminais 10 cíveis	60 41 criminais 19 cíveis
Baixados	0	0	Não tem essa opção
Pendentes	0	24	Não tem essa opção
Suspensos	0	0	Não tem essa

			opção
Conclusos conhecimento criminal	8	Não apurado	Não tem essa opção
Conclusos conhecimento não criminal	6	Não apurado	Não tem essa opção

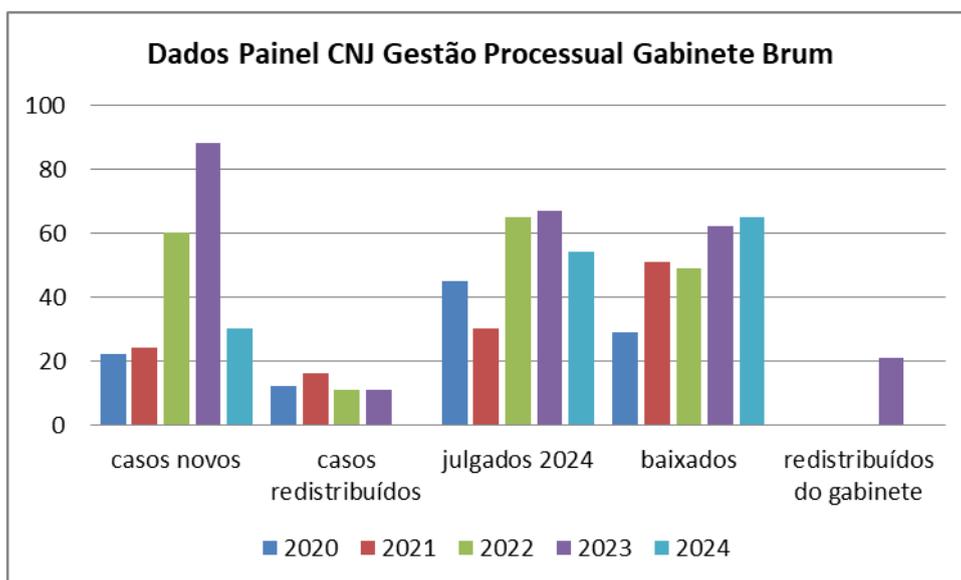
2.5. Painel CNJ Produtividade vice-presidência 2024

Decisões em 2024	54
Despachos em 2024	5
Recursos internos novos e julgados	1

3. Gabinete Desembargador Brum

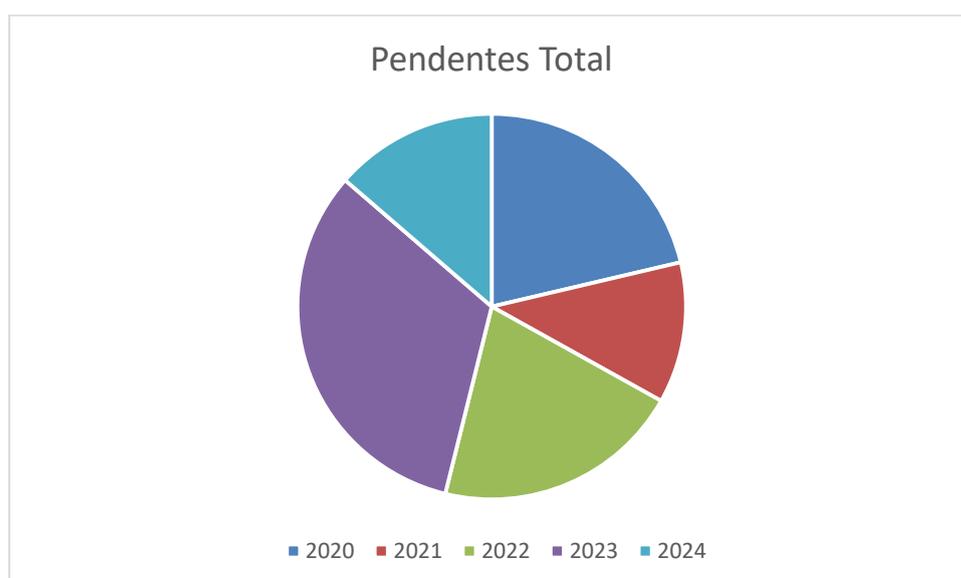
3.1. Painel CNJ Gestão Processual Gabinete Desembargador Militar Sergio Antônio Berni de Brum

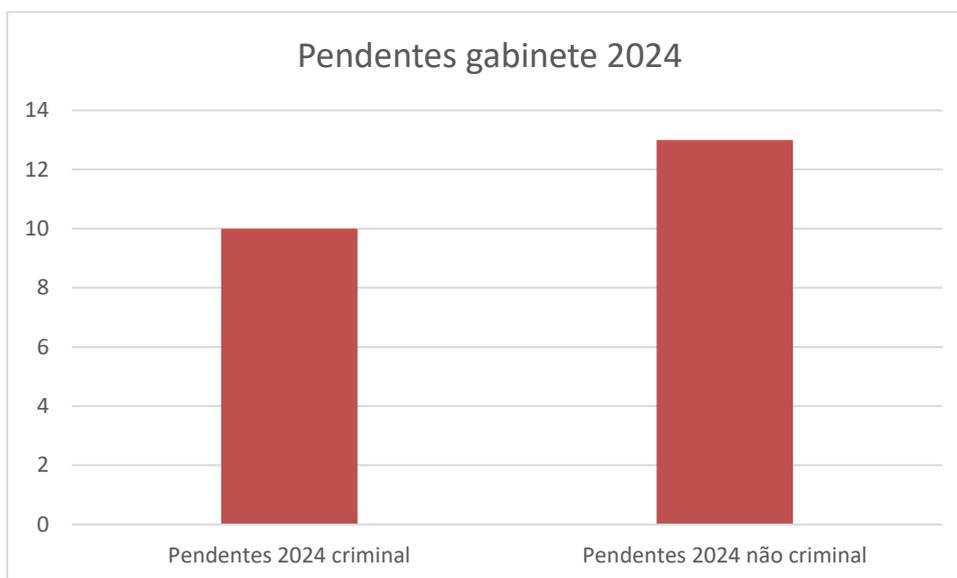
Painel CNJ Gestão Processual	2020	2021	2022	2023	2024
Casos novos	22	24	60	88	30
Casos redistribuídos	12	16	11	11	0
Julgados 2024	45	30	65	67	54
Baixados	29	51	49	62	65
Redistribuídos do gabinete	0	0	0	21	0



3.2. Pendente Painel CNJ Gestão Processual Gabinete Brum

Final de cada ano	2020	2021	2022	2023	2024
Pendentes Total	36	20	35	55	23
Pendentes 2024 criminal	--	--	--	--	10
Pendentes 2024 não criminal	--	--	--	--	13





3.3. Casos Novos 2024 – painel CNJ Gestão processual Gabinete Des. Brum

Casos Novos Criminal	15
Casos Novos Não Criminal	15
Total	30

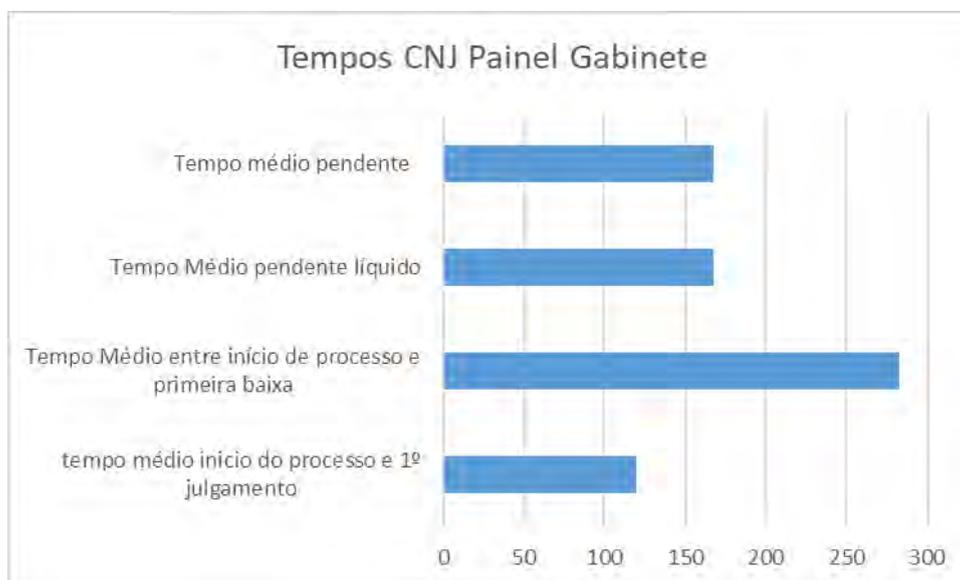
3.4. Painel CNJ – Produtividade – Gabinete Des Brum

Decisões em 2024	14
Despachos em 2024	59
Liminares deferidas 2024	1
Liminares Indeferidas	7
Audiências 2024	0
Audiências conciliatórias em 2024	0

Recursos internos em 2024 novos e julgados	3
Recursos pendentes em 2024	0

3.5. Tempos – Painel CNJ Gabinete Des. Brum

Tempos	dd
Tempo médio início do processo e 1º julgamento	120 dd
Tempo Médio entre início de processo e primeira baixa	283 dd
Tempo Médio pendente líquido	168 dd
Tempo médio pendente	168 dd



3.6. Comparativo de distribuição de classes - Painel CNJ e EADMin TJMRS 2024 Gabinete Desembargador Militar Brum

Classes	2024 painel CNJ	EAdmim TJMRS
Apelação Criminal	10	7
Agravo de Instrumento	6	6
Apelação Cível	6	6
Habeas Corpus	4	4

criminal		
Ação Rescisória cível	1	1
Conselho de Justificação	1	1
Correição Parcial Civil	1	0
correição parcial crime	0	2
Representação para declaração de indignidade e incompatibilidade	1	1
Petição crime	0	1
total	30	29

3.7. Processos Gabinete Desembargador Militar Brum - dados e-proc

	Número Processo	Classe	Localizadores		Desc. Último Evento
1	0090002-36.2024.9.21.0000	Agravo de Instrumento (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
2	0090006-73.2024.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
3	0090008-43.2024.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
4	0090014-50.2024.9.21.0000	Correição Parcial (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
5	0090023-12.2024.9.21.0000	Petição	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
6	0090024-94.2024.9.21.0000	Agravo de Instrumento (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
7	0090031-86.2024.9.21.0000	Agravo de Instrumento (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
8	0090037-98.2021.9.21.0000	Embargos Infringentes e de Nulidade (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
9	0090041-33.2024.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal (Antecipação de Tutela) (Réu Preso)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
10	0090044-56.2022.9.21.0000	Embargos Infringentes e de Nulidade (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
11	0090048-25.2024.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal (Antecipação de Tutela) (Réu Preso)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
12	0090053-81.2023.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
13	0090058-	Habeas Corpus Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -

	06.2023.9.21.0000	(Antecipação de Tutela)			
14	0090061-58.2023.9.21.0000	Agravo de Instrumento (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
15	0090067-65.2023.9.21.0000	Habeas Corpus Cível (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
16	0090072-87.2023.9.21.0000	Agravo de Instrumento (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
17	0090076-27.2023.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
18	0090080-98.2022.9.21.0000	Embargos Infringentes e de Nulidade	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
19	0090089-26.2023.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
20	0090093-63.2023.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal (Antecipação de Tutela)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
21	0090097-03.2023.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
22	0090098-85.2023.9.21.0000	Habeas Corpus Criminal (Antecipação de Tutela) (Réu Preso)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
23	1000218-12.2016.9.21.0000	Conselho de Justificação	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
24	1001708-74.2013.9.21.0000	Representação p/ Perda da Graduação	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -
25	0070120-90.2021.9.21.0001	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
26	0070141-60.2021.9.21.0003	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
27	0070143-30.2021.9.21.0003	Apelação / Remessa Necessária	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
28	0070153-46.2022.9.21.0001	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
29	0070159-47.2022.9.21.0003	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
30	0070161-20.2022.9.21.0002	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
31	0070197-65.2022.9.21.0001	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
32	0070220-68.2023.9.21.0003	Recurso Inominado Militar	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
33	0070229-07.2021.9.21.0001	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
34	0070229-67.2022.9.21.0002	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
35	0070261-69.2022.9.21.0003	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
36	0070296-60.2021.9.21.0004	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
37	0070304-77.2020.9.21.0002	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -

38	0070333-25.2023.9.21.0002	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
39	0070341-02.2023.9.21.0002	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
40	0070362-09.2022.9.21.0003	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
41	0070405-15.2023.9.21.0001	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
42	0070432-29.2022.9.21.0002	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
43	0070442-70.2022.9.21.0003	Apelação / Remessa Necessária	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
44	0070449-65.2022.9.21.0002	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
45	0070511-76.2020.9.21.0002	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
46	0070560-86.2021.9.21.0001	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
47	0070561-71.2021.9.21.0001	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
48	0070569-11.2022.9.21.0002	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
49	0070570-93.2022.9.21.0002	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
50	0070576-68.2020.9.21.0003	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
51	0070598-98.2021.9.21.0001	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
52	0070652-27.2022.9.21.0002	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
53	0070717-59.2021.9.21.0001	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
54	0070748-16.2020.9.21.0001	Recurso Inominado Militar	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
55	0070765-44.2023.9.21.0002	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
56	0070773-21.2023.9.21.0002	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
57	0070792-98.2021.9.21.0001	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
58	0070811-36.2023.9.21.0001	Agravo de Execução Penal (Réu Preso)	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
59	0070843-38.2023.9.21.0002	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
60	0070933-88.2019.9.21.0001	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
61	0070956-31.2019.9.21.0002	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
62	0071080-17.2019.9.21.0001	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva -

					Remetido a(o) -
63	0800010-38.2018.9.21.0001	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
64	1000407-78.2016.9.21.0003	Apelação Cível	BAIXADOS (Principal)	2024	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
65	0090034-51.2018.9.21.0000	Conselho de Justificação	BAIXADOS (Principal)	2024	SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA -
66	0090048-93.2022.9.21.0000	Agravo de Instrumento	BAIXADOS (Principal)	2023	SUBSTABELECIMENTO SEM RESERVA -
67	0070121-35.2022.9.21.0003	Apelação Criminal (Idoso)	JUD. INTIM. ACÓRDÃO (Principal)	2024	CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 53
68	0090061-24.2024.9.21.0000	Correição Parcial (Antecipação de Tutela)	JUD. INTIM. ACÓRDÃO (Principal)	2024	CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 38
69	0070700-49.2023.9.21.0002	Apelação Cível	ACÓRDÃOS (Principal)	2024	Decorrido prazo - Refer. ao Evento: 86
70	0070037-94.2023.9.21.0004	Apelação Criminal	JUD. INTIM. ACÓRDÃO (Principal)	2025	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Julgamento -
71	0070124-84.2022.9.21.0004	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2025	Baixa Definitiva - Remetido a(o) -
72	0070152-87.2024.9.21.0002	Apelação Cível	JUD. INTIM. DESPACHO (Principal)	2025	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Julgamento -
73	0070277-58.2024.9.21.0001	Apelação Cível	JUD. INTIM. ACÓRDÃO (Principal)	2025	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Julgamento -
74	0070320-60.2022.9.21.0002	Embargos Infringentes e de Nulidade	JUD. INTIM. ACÓRDÃO (Principal)	2024	Decorrido prazo - Refer. ao Evento: 58
75	0070334-47.2022.9.21.0001	Apelação Criminal	ACÓRDÃOS (Principal)	2024	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Julgamento -
76	0070365-61.2022.9.21.0003	Apelação Criminal	MINUTAR VOTO (Principal) - INCLUIDO EM PAUTA	2024	Embargos de Declaração Não-acolhidos - por maioria
77	0070365-61.2022.9.21.0003	Apelação Criminal	MINUTAR VOTO (Principal) - INCLUIDO EM PAUTA	2024	Embargos de Declaração Não-acolhidos - por maioria
78	0070858-49.2019.9.21.0001	Apelação Criminal	BAIXADOS (Principal)	2024	Alterada a parte - retificação - Situação da parte WILLIAM PETER DE ATHAYDES MEDEIROS -

					CONDENADO
79	0070974-13.2023.9.21.0002	Apelação Cível	MINUTAR VOTO (Principal) - INCLUIDO EM PAUTA	2025	Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Pauta - Sessão Ordinária Híbrida
80	0070974-13.2023.9.21.0002	Apelação Cível	MINUTAR VOTO (Principal) - INCLUIDO EM PAUTA	2025	Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Pauta - Sessão Ordinária Híbrida
81	0090004-69.2025.9.21.0000	Agravo de Instrumento (Antecipação de Tutela)	URGENTE (Principal)	2025	Redistribuído por sorteio em razão de alteração de competência do órgão - (Gab06 para Gab02)
82	0090004-69.2025.9.21.0000	Agravo de Instrumento (Antecipação de Tutela)	URGENTE (Principal)	2025	Redistribuído por sorteio em razão de alteração de competência do órgão - (Gab06 para Gab02)
83	0090016-20.2024.9.21.0000	Representação p/ Declaração de Indignidade/Incompatibilidade	ACÓRDÃOS (Principal)	2024	CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 55
84	0090051-77.2024.9.21.0000	Ação Rescisória (Antecipação de Tutela) (Idoso)	JUD. INTIM. DESPACHO (Principal) - PARECER MP	2024	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Contrarrazões -
85	0090063-28.2023.9.21.0000	Representação p/ Perda da Graduação	ACÓRDÃOS (Principal)	2024	CIÊNCIA, COM RENÚNCIA AO PRAZO - Refer. ao Evento: 79
86	0090079-45.2024.9.21.0000	Agravo de Instrumento	JUD. INTIM. DESPACHO (Principal) - PARECER MP	2024	Confirmada a intimação eletrônica - Refer. ao Evento: 12
87	0090086-37.2024.9.21.0000	Conselho de Justificação	JUD. INTIM. DESPACHO (Principal)	2024	Intimado em Secretaria -
88	0090089-89.2024.9.21.0000	Agravo de Instrumento (Antecipação de Tutela)	JUD. INTIM. DESPACHO (Principal)	2025	Expedida/certificada a intimação eletrônica - Contrarrazões -
89	0090090-74.2024.9.21.0000	Agravo de Instrumento (Antecipação de Tutela)	JUD. INTIM. DESPACHO (Principal)	2025	Ato ordinatório praticado -

Fonte: E-proc Gabinete

3.8 comparativo Dados Painel Gestão Processual CNJ, e-proc e EAdmim Gabinete Des. Brum

2024	Painel CNJ Gestão Processual	e-proc	EAdmim
Casos novos	30	Não consta localizador	29
Casos redistribuídos	0	Não consta	0
Julgados 2024	54	Não consta	55
Baixados	65	66	66
Redistribuídos do gabinete	0	Não consta	0

4. Comissões com participação do Gabinete do Vice-presidente

Na Comissão Permanente do Regimento Interno, deu-se continuidade ao trabalho de aperfeiçoamento da minuta do novo RI, com proposições de alterações estruturais e o acréscimo de dispositivos. A minuta já foi revisada e está apta para análise e deliberação dos demais membros do Tribunal.

Na Comissão Permanente de Jurisprudência, buscou-se o aprimoramento junto à Coordenadoria de TIC, da disponibilização automatizada de acórdãos no site do TJMRS, bem como o refinamento da pesquisa de julgados. A Comissão trabalhou, ainda, para o retorno das publicações da Revista Justiça Militar e Memória do TJMRS, que agora contará com a publicação de acórdãos selecionados juntos aos gabinetes, além dos temas relacionados à memória. Ao final de 2024, foi publicada a Revista Justiça Militar e Memória nº 11 do TJMRS.

Comissão	Resolução/ Portaria	SEI	Situação
Comissão de Jurisprudência	Resolução 304/2024/TJM RS	SEI 9.2024.0700.00050 5-9	Cumprida edição da Revista Justiça Militar e Memória nº 11 do TJMRS
Comissão de Regimento	Resolução 304/2024/	SEI 9.2024.0700.00050	Andamento Minuta novo

	TJMRS	4-0	regimento pronto
Comissão Administrativa	Resolução 304/2024/TJMRS	Diversos depende do assunto	Andamento
Comissão de grupo de estudos com a finalidade de adequação da Resolução 219 do CNJ na Justiça Militar.	Portaria N.º 104/2024	SEI 9.2024.0700.00030 9-9	Andamento Encaminhamento para a ALRS outubro 2024- Projeto de Lei nº 251 /2024 Poder Judiciário Altera a Lei nº 15.945, de 2 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a unificação dos quadros de pessoal dos servidores do Poder Judiciário – Justiça Militar do Estado, e dá outras providências. PORTARIA Nº 109/2024 relotação da servidora JOCELAINE GONÇALVES DA SILVA , gratificação especial da direção-Geral para Secretaria da Presidência Relotação ANA CAROLINA MIRANDA GUIMARÃES , Analista do Poder Judiciário, da Secretaria do Órgão Julgador para a Secretaria da Presidência, a contar de 30/06/2024.
Acumulo de jurisdição - aperfeiçoamento da Resolução TJMRS nº 287/2022, a qual trata da Gratificação de Acervo no	Portaria Nº 011/2024 Prazo Prorrogado Portaria 040/2024 RESOLUÇÃO Nº 310, de 22 de Abril de	SEI 9.2024.0700.00019 7-5 SEI 9.2022.0700.00068 5-0 SEI 9.2024.0700.00068 2-9	Encerrado o SEI 9.2024.0700.00019 7-5 visto o mesmo conteúdo do SEI nº 9.2023.0700.00098 9-9

âmbito da Justiça Militar Estadual do RS,	2024 - exercício cumulativo de jurisdição no âmbito do 1º e 2º graus de Jurisdição da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.	SEI 9.2023.0700.00024 4-4	
Comissão para estudar e apresentar eventual sugestão, e for o caso, de modificação de entrâncias das circunscrições judiciárias da JMERS.	Portaria Nº 116/2024	SEI 9.2023.0700.00098 9-9	Concluído dezembro/2024, inserção no campo atributos do RHE da rubrica Acúmulo de Acervo. Minuta do anteprojeto de lei , com a respectiva justificativa, que dispõe sobre a alteração no Livro II, Título I e Título II, Capítulos I ao VIII do Código de Organização Judiciária - COJE
Comissão de Inovação da JME	Portaria nº 058/2024 Altera a composição da Comissão de Inovação da JME, instituída pela Portaria nº 086/2022. Portaria 130/2022 - servidor Cesar da Cunha Krebs, para exercer a função de coordenador executivo do Laboratório de Inovação - Nube9 - da Justiça Militar do Estado do	SEI 9.2022.0700.00052 3-4 – proposta de criação de Comissão de Inovação SEI 9.2022.0700.00073 5-0	Andamento Relacionadas 9.2022.0700.00096 8-0 – diárias 9.2022.0700.00104 3-2 - Projeto Comunica JME - Nube9 9.2023.0700.00019 6-0 - Proposta Campanha Publicitária Institucional - Comunica JME 9.2023.0700.00038 7-4 realização conjunta do III festival de laboratórios de inovação do Poder

	<p>Rio Grande do Sul.</p> <p>Portaria nº 110/2023 - Altera a Portaria nº 110/2022, disponibilizada no DJE nº 7.248, de 18/07/2022, quanto à composição do Conselho Gestor do Laboratório de Inovação da JME (Nube9).</p> <p>Portaria nr 112/2024 servidora CARLA REGINA DE SOUZA RISCH, Técnica do Poder Judiciário, do Serviço de Protocolo e Arquivo Administrativo para o Laboratório de Inovação com dedicação exclusiva.</p>		<p>Judiciário.</p> <p>9.2023.0700.00063 8-5 - FESTLABS 2023 - III Encontro Nacional de Laboratórios de Inovação</p> <p>9.2022.0700.00130 9-1 - Acordo de Cooperação - Inovação / TJRS</p> <p>9.2022.0700.00172 1-6 - Inovação e Planejamento Estratégico</p> <p>9.2023.0700.00032 4-6 - ENASTIC 2023</p> <p>9.2022.0700.00169 2-9 - Questionário de pesquisa sobre capacidade institucional para inovação. Financeiro: Pedidos de Diárias e Passagens (2)</p> <p>9.2023.0700.00113 4-6 Vencidas - Ana Lúcia Lara Barcelos - 17/09/2023 a 20/09/2023</p> <p>9.2024.0700.00115 8-0 Diego Rodrigues Velho – FestLabs</p> <p>9.2023.0700.00114 9-4 Ofícios 3º Fest Labs vento dia 18 e</p>
--	---	--	--

			<p>19 - II Festival Nacional dos laboratórios inovação judiciário</p> <p>9.2024.0700.00046 4-8 Curso de laboratorista - Comissão de Inovação 9.2024.0700.00055 6-3 Movimentação de Pessoal (1)</p> <p>9.2024.0700.00103 1-1 FESTLABS 2024</p> <p>9.2025.0700.00010 7-6 - Plano de Ação - Linguagem Simples JME/2025</p>
Projeto Banco de Sentenças meta 9		SEI 9.2024.0700.00170 9-0	Andamento Meta Nacional do CNJ nº 9 de 2024 – "Projeto Banco de Sentenças da Justiça Militar" Lançamento em fevereiro/2025
Projeto Marco Verde - Rede de Laboratórios de Inovação da Justiça Militar – Meta 9		SEI 9.2024.0700.00109 7-4	Andamento Fase relatório
Comissão de Gestão da Memória/Projeto Memória	Portaria nº 72/24	SEI 9.2024.0700.00052 3-7	Andamento Jornada Memória e Patrimônio Cultural da Justiça Federal.
Gestor estratégico Comissão para implementar e monitorar o planejamento estratégico da JME/RS,	Portaria N.º 034/2024 - Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum, como	SEI 9.2024.0700.00027 9-3	Andamento 9.2024.0700.00120 4-7 Pleno (Administrativo) - 05/09/2024 9.2023.0700.00148

<p>relativo ao sexênio 2021-2026, a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, e compõem Rede de Governança Colaborativa.</p>	<p>representante da Rede de Governança Colaborativa e Gestor Estratégico e de Metas da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Portaria Nº 061/2024</p>		<p>2-5 comissão sobre movimentação processual</p> <p>9.2022.0700.00011 9-3 – Metas Anuais 2024</p> <p>9.2025.0700.00005 0-9 – Metas anuais 2025 e Plano de ação de Metas 2025</p> <p>9.2024.0700.00122 2-5 Grupo de Trabalho do Prêmio CNJ Qualidade 2025</p> <p>9.2023.0700.00010 0-6 DJEN</p> <p>9.2024.0700.00038 0-3 Prêmio CNJ Qualidade 2024</p> <p>9.2024.0700.00156 8-2 Atualização eproc 9.10</p> <p>9.2025.0700.00001 9-3 justiça 4.0 e Jus.br</p> <p>9.2024.0700.00054 2-3 PID – Ponto de inclusão digital</p>
<p>Coordenador e-proc junto TRF-4</p>	<p>PORTARIA Nº 001/2025 Desembargador Militar Sérgio Antônio Berni de Brum, como Coordenador do Sistema eproc, a</p>	<p>SEI 9.2024.0700.00038 0-3</p>	<p>Andamento Atualizações versões do e-proc</p> <p>9.2025.0700.00010 6-8 grupo local do eproc, das</p>

	servidora Luciana Busin do Amaral de Carvalho, como Gestora Negocial, e o Coordenador Eduardo de Borba Severo, como Gestor Técnico.		demandas inerentes ao sistema Eproc, com base na Resolução nº 487/2024 - TRF4.
AMB	cargo de Subcoordenador da Região Sul na Coordenadoria da Justiça Militar da AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros	SEI 9.2023.0700.00164 2-9	Andamento Eventos 2025 11/02/2025 – Brasília 20/05/2025 – Recife 22/08/2025 – Florianópolis 02/10/2025 – Foz do Iguaçu

Incluído relatório anual no SEI 9.2025.0700.000010-0.

SERGIO ANTONIO BERNI DE BRUM

Desembargador Militar – Vice-presidente do TJMRS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR
CORREGEDORIA-GERAL

CORREGEDORIA-GERAL

RELATÓRIO ANUAL

Ano 2024

Senhora Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para, de acordo com o artigo 14, inciso X, do Regimento Interno deste Tribunal, apresentar-lhe o relatório referente às atividades executadas no **exercício de 2024**, durante o primeiro ano da gestão 2024/2025.

Trata-se do relatório anual relativo ao primeiro ano de nossa atividade à frente da Corregedoria-Geral da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, eleito que fomos para o biênio 2024/2025, sob a presidência da Exm^a Sr^a. Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva, tendo como Vice-Presidente o Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum e como Corregedor-Geral este Desembargador Militar, Coronel Rodrigo Mohr Picon.

I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Integrantes da Corregedoria-Geral:

Corregedor-Geral da JME: Exm^o Desembargador Militar Rodrigo Mohr Picon;

Secretário da Corregedoria-Geral: Assessor de Desembargador Militar, Dr. Olavo Garcia Renner;

Administrativo: Oficial de Gabinete, Sílvia Teresinha Cerveira Rollsing;

Administrativo: Assistente VI, Joseane Busato de Lima Veiga;

Servidor do arquivo judicial militar: Servidor em regime de gratificação especial, Carlos Roberto Teixeira Ketz;

Estagiário do arquivo judicial militar: Bacharelado de História, Yuri Damaceno Pereira;

Estagiário da Corregedoria-Geral: Morion Madruga Vaqueiro.

O ano judiciário de 2024 iniciou-se com a definição das diretrizes para o planejamento da nova gestão. No âmbito da Corregedoria, houve a continuidade dos trabalhos já em andamento na Corregedoria-Geral e nas Auditorias da JME, abrangendo tanto as atividades específicas do setor quanto a revisão dos inquéritos policiais militares destinados ao arquivamento. O objetivo desse processo foi identificar e corrigir eventuais dúvidas que pudessem ser sanadas nos feitos de 1º grau, garantindo o arquivamento definitivo e sem questionamentos dos procedimentos.

Além dessas atividades, em 2024 também se destacou a elaboração de editais para publicação de listas de documentos antigos arquivados, com vistas à sua eliminação. Esse processo ocorreu após avaliação da Comissão de Avaliação Permanente, em conformidade com a tabela de temporalidade da JME, conforme o SEI 9.2022.0700.000244-8 e a Resolução nº 162/2016/TJM-RS.

Ressalta-se, no ano de 2024, as enchentes que assolaram o RS, atingindo severamente a sede do TJMRS, cujo expediente presencial foi interrompido em 02/05/2024, retornando apenas em 25/06/2024, após o reestabelecimento da rede elétrica.

As caixas de documentos (processos e feitos judiciais) do arquivo judicial do TJM foram levantadas, em 03/05/2024, desocupando-se as primeiras prateleiras que se encontravam próximas ao assoalho, o que não fora suficiente,

pois a inundação tomou proporções nunca antes vivenciadas na história do RS, atingindo profundamente o arquivo judicial do TJMRS. Rapidamente, foram realizadas ações visando à recuperação documental do acervo e que pudessem mitigar os danos causados pela danificação desses documentos.

II – EXECUÇÕES DE ATIVIDADES

a. Arquivo Judicial Militar – Gestão documental e da memória da Justiça Militar do RS:

Medidas realizadas em relação à recuperação documental do acervo e as ações executadas para mitigar os danos causados pela danificação dos documentos físicos após as enchentes que assolaram o RS em maio de 2024: após a triagem e avaliação dos danos causados pela enchente de maio, foram iniciados os trabalhos de avaliação e recuperação documental, incluindo técnicas de higienização e secagem para preservar os registros afetados. Tal ação foi parte integrante da estrutura de preservação da memória institucional de modo a minimizar as perdas ocasionadas pelo evento climático extremo. Os documentos, após o processo de resgate e recuperação, foram acondicionados em caixas especiais e passaram a compor o acervo histórico da Justiça Militar.

<http://intranet/intranet/noticia/comunicado-03-05-2024>

Inicialmente, um total de **580** caixas, contendo **4.633** feitos foram severamente danificadas. Desse total, aproximadamente **300** processos eram de guarda permanente (processos com condenação criminal); **3.500** eram IPM's, e o restante, **833**, processos cíveis e criminais com sentença final absolutória. No entanto, no decorrer do processo de avaliação e catalogação dos documentos atingidos, verificou-se a possibilidade de alguns processos serem recuperados, os quais foram separados e submetidos ao procedimento de secagem e higienização.

Nesse ínterim, obteve-se êxito na recuperação de um total de **85** caixas (o que equivale a **102** processos judiciais e **370** IPM's), enquanto os demais seguiram para análise e avaliação da temporalidade, a fim de possibilitar a readequação da custódia pela **Comissão Especial de Avaliação Documental e Gestão da Memória dos Processos Atingidos pela Enchente (CEADGM-PE)**, criada conforme Portaria nº 127/2024 do TJMRS, com a finalidade de avaliar e gerenciar documentos atingidos pelo desastre natural que assolou nosso Estado, além de elaborar diretrizes para o manejo do arquivo, o que resultou na aprovação do edital de ciência de eliminação de documentos judiciais nº 03/2024, em 01/10/2024, com relação aos documentos considerados irrecuperáveis por apresentaram

extensos sinais de contaminação por microrganismos, com danos irreparáveis aos documentos sinistrados, sendo totalmente inutilizados e deteriorados.

Como medida de melhoria do acondicionamento e preservação dos processos arquivados, foi iniciada a substituição das caixas de armazenamento dos documentos, que eram de papelão, por caixas plásticas (polionda), as quais oferecem proteção bem mais ampla e eficaz quanto às intempéries, bem como o levantamento das prateleiras do arquivo acima da marca que atingiu a enchente.

Foram adquiridos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para manejo de arquivo atingido por enchente (9.2024.0700.000825-2).

Permanece em estudo a transferência do arquivo judicial para outro local, nas proximidades, que seja seguro e elevado, de modo que não sofram os efeitos de possíveis inundações futuras. Além disso, o processo de digitalização de documentos, especialmente os de guarda permanente, foi intensificado, uma prática já consolidada ao longo do tempo, com o objetivo de facilitar o acesso e garantir a preservação em longo prazo, protegendo-os de eventuais danos causados por eventos climáticos.



Situação do TJMRS durante a enchente.



Situação do arquivo do TJMRS após as águas baixarem.



Processos resgatados.



Levantamento do arquivo.

b. Gestão e descarte documental – CPAD:

Após um extenso trabalho de seleção e análise da temporalidade dos documentos do arquivo judicial, ao longo de 2024 foram elaborados três editais de eliminação, totalizando 1720 kg de papéis reciclados e revertidos em prol da Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiarajú. Salienta-se os benefícios associados à medida sócio ambiental adotada pelo TJM/RS, pois não há custos referentes ao descarte, haja vista que o TJM/RS doa os papéis à empresa EMBAPEL, que ao triturá-los, comercializa-os e reverte o lucro da doação à Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiarajú (SEI 9.2022.0700.000244-8).



Foram realizadas visitas técnicas à Auditoria de Passo Fundo, visando à implementação da transferência dos arquivos, hoje sob custódia da Auditoria de Passo Fundo, para a sede do TJM, centralizando todo o acervo, visando um melhor controle e gestão, o que ainda não foi concretizado, mas permanece em estudo. (SEI 9.2024.0700.001428-7)

III – EXECUÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

RPV – Quadro das Sucumbências advocatícias pagas em 2024:

Processo	Data pagamento	Valor (R\$)
0070915-25.2023.9.21.0002	25/06/2024	R\$ 1.842,02
0070423-70.2022.9.21.0001	26/06/2024	R\$ 1.008,42
0070428-21.2024.9.21.0002	30/10/2024	R\$ 987,77
0070598-64.2022.9.21.0001	26/06/2024	R\$ 3.020,29
0070187-15.2022.9.21.0003	02/09/2024	R\$ 2.367,34
0070200-14.2022.9.21.0003	05/08/2024	R\$ 2.570,36
0070318-87.2022.9.21.0003	02/10/2024	R\$ 2.003,92
0070340-20.2023.9.21.0001	09/12/2024	R\$ 2.622,08
0070073-45.2023.9.21.0002	12/12/2024	R\$ 1.861,50
09 PROCESSOS	R\$ 18.283,70	

IV – PORTARIAS

Com base no artigo 14 do Regimento Interno do Tribunal Militar do Estado, foram expedidas pela Corregedoria-Geral diversas portarias em 2024,

conforme relação discriminada abaixo:

- **Portaria nº 001/2024:** Delegou à servidora Sílvia Teresinha Cerveira Rollsing, Id Funcional 22288095, competência para efetuar transferências financeiras da conta bancária nº 03.092237-08 (TJM pagamentos RPVs), mantida na agência 100 do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Barrisul), onde são depositados os valores, pelos respectivos devedores, para pagamento das Requisições de Pequeno Valor (RPVs);

- **Portaria nº 002/2024:** Designou a Dra. Karina Dibi Krueel do Nascimento, Juíza de Direito Substituta da 1ª Auditoria Militar, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena da Auditoria Militar de Santa Maria, no período de 25/03/24 a 13/04/2024, tendo em vista as férias da Magistrada Titular, Dra. Eliane Almeida Soares;

- **Portaria nº 003/2024:** Prorrogou, por 01 (um) ano, a contar de 10 de fevereiro de 2024, o afastamento total da jurisdição da Juíza de Direito Substituta da Auditoria Militar de Santa Maria, Dra. Viviane de Freitas Pereira, determinada através da Portaria nº 03/2023 – CGJME, para auxílio administrativo aos trabalhos da Presidência, da Vice-Presidência e da Corregedoria-Geral do TJM;

- **Portaria nº 004/2024:** Designou a Dra. Karina Dibi Krueel do Nascimento, Juíza de Direito Substituta da 1ª Auditoria Militar, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena da Auditoria Militar de Santa Maria, no período de 23/04/24 a 29/04/2024, tendo em vista o gozo de folgas decorrentes da Resolução nº 292, de 26/05/23, da Magistrada Titular, Dra. Eliane Almeida Soares;

- **Portaria nº 005/2024:** Designou o Dr. Francisco José de Moura Müller, Juiz de Direito Titular da 1ª Auditoria Militar, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena da 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre, no dia 22/04/2024, tendo em vista o gozo de folgas decorrentes da Resolução nº 292, de 26/05/23, de o Juiz de Direito Titular, Dr. Alexandre Aronne de Abreu, bem como pela Juíza de Direito Substituta, Dra. Dione Dorneles da Silva, encontrar-se em licença;

- **Portaria nº 006/2024:** Designou a Dra. Dione Dorneles Silva, Juíza de Direito Substituta da 2ª Auditoria Militar, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena da Auditoria Militar de Passo Fundo, no período de 26/05/24 a 09/06/2024, tendo em vista a fruição de folgas compensatórias por plantão executado, da Magistrada Titular, Dra. Mariluce Dias Bandeira;

- **Portaria nº 007/2024:** Designou a Dra. Mariluce Dias Bandeira, Juíza de Direito Titular da Auditoria Militar de Passo Fundo/RS, para,

excepcionalmente, prestar jurisdição nos autos da Representação Criminal/Notícia de Crime nº 0070150-51.2023.9.21.0003 e do Inquérito Policial Militar (IPM) nº 0070369-36.2024.9.21.0001, que tramitam perante a Auditoria Militar de Santa Maria/RS, em substituição à magistrada titular que solicitou o afastamento da jurisdição destes feitos, conforme motivos declarados nos autos;

- **Portaria nº 008/2024:** Designou a Dra. Karina Dibi Krueel do Nascimento, Juíza de Direito Substituta da 1ª Auditoria Militar, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena da Auditoria Militar de Santa Maria, no período de 27/08/24 a 02/09/2024, tendo em vista o gozo de folgas decorrentes da Resolução nº 292, de 26/05/23, da Magistrada Titular, Dra. Eliane Almeida Soares;

- **Portaria nº 009/2024:** Designou a Dra. Karina Dibi Krueel do Nascimento, Juíza de Direito Substituta da 1ª Auditoria Militar, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena da Auditoria Militar de Santa Maria, no período de 10/10/24 a 14/10/2024, tendo em vista o gozo de folgas decorrentes da Resolução nº 292, de 26/05/23, da Magistrada Titular, Dra. Eliane Almeida Soares;

- **Portaria nº 010/2024:** Designou a Dra. Dione Dorneles Silva, Juíza de Direito Substituta da 2ª Auditoria Militar, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena da Auditoria Militar de Passo Fundo, no período de 12/10/24 a 26/10/2024, tendo em vista a fruição de folgas compensatórias por plantão executado, da Magistrada Titular, Dra. Mariluce Dias Bandeira;

- **Portaria nº 011/2024:** Designou a Drª. Karina Dibi Krueel do Nascimento, Juíza de Direito Substituta da 1ª Auditoria Militar, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena da 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre, no período de 01/10/2024 a 04/10/2024, tendo em vista o gozo de folgas decorrentes da Resolução nº 292, de 26/05/23, da Juíza de Direito Substituta, Drª Dione Dorneles Silva;

- **Portaria nº 012/2024:** Designou o Dr. Francisco José de Moura Müller, Juiz de Direito Titular da 1ª Auditoria Militar, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena da 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre, nos dias 19/11/2024, 21/11/2024 e 22/11/2024, tendo em vista o gozo de férias regulamentares pelo Juiz de Direito Titular, Dr. Alexandre Aronne de Abreu, bem como pelo gozo folgas decorrentes da Resolução nº 292, de 26/05/23, da Juíza de Direito Substituta, Dra. Dione Dorneles da Silva;

- **Portaria nº 013/2024:** Designou a Dra. Karina Dibi Krueel do Nascimento, Juíza de Direito Substituta da 1ª Auditoria Militar, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena da Auditoria Militar de Santa Maria, no período

de 19/11/2024 a 03/12/2024, tendo em vista o gozo de férias regulamentares da Magistrada Titular, Dra. Eliane Almeida Soares;

- **Portaria nº 014/2024:** Designou a Dra. Dione Dorneles Silva, Juíza de Direito Substituta da 2ª Auditoria Militar, para exercer, cumulativamente, a jurisdição plena da Auditoria Militar de Passo Fundo, no período de 16/12/24 a 19/12/2024, tendo em vista a fruição de folgas compensatórias por plantão executado, da Magistrada Titular, Dra. Mariluce Dias Bandeira;

- **Portaria nº 015/2024:** Designou a Drª. Dione Dorneles Silva, Juíza de Direito Substituta da 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre, para assumir a jurisdição plena da 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre, a contar de 09/12/2024, tendo em vista a aposentadoria, a pedido, do Juiz de Direito ALEXANDRE ARONNE DE ABREU, Id. Func. 3316785, publicada no Diário da Justiça Eletrônico-RS, Edição nº 7.803, de 09 de dezembro de 2024, e a consequente abertura da vaga de Juiz de Direito de Entrância Final naquela Auditoria Militar.

V – ATOS CONJUNTOS EXPEDIDOS (Presidência e Corregedoria-Geral)

- **Ato Conjunto Nº 01/2024-P E CGJME** - Dispôs acerca da utilização e funcionamento do plantão no âmbito da Justiça Militar do Rio Grande do Sul para atendimento geral e para exame de pedidos em causas urgentes durante o período excepcional em decorrência das adversidades causadas pelas enchentes;

- **Ato Conjunto Nº 02/2024-P E CGJME** - Dispôs sobre a suspensão do expediente presencial e do atendimento presencial ao público e a prorrogação dos prazos processuais no Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, até o dia 31 de maio de 2024, e outras providências;

- **Ato Conjunto Nº 03/2024-P E CGJME** - Dispôs sobre a suspensão dos prazos processuais, audiências e julgamentos, para o Primeiro e Segundo grau de jurisdição, e estabelece outras providências;

- **Ato Conjunto Nº 04/2024-P E CGJME** - Dispôs sobre o retorno do expediente e a execução das atividades jurisdicionais e administrativas no âmbito da JMERS;

- **Ato Conjunto Nº 05/2024-P E CGJME** - Suspendeu os prazos processuais no sistema eproc entre os dias 06 e 08 de dezembro de 2024, tendo em vista a necessidade de atualização da versão e migração do servidor de banco de dados, e outras providências.

VI – PROVIMENTO EXPEDIDO PELA CORREGEDORIA-GERAL

- PROVIMENTO Nº 67/2024 - Instituiu, em caráter permanente, na Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, o “Juízo 100% Digital”.

VII – COMISSÕES

Além das atividades inerentes ao exercício correccional, a Corregedoria-Geral, através do Exmº Sr Corregedor-Geral e/ou servidores, presidiu e/ou integrou comissões delegadas pela Presidência do Tribunal:

- **Portaria nº 011/2024:** integrar comissão para estudar e apresentar eventual sugestão se for o caso, de aperfeiçoamento da Resolução TJMRS nº 287/2022, a qual trata da Gratificação de Acervo no âmbito da Justiça Militar Estadual do RS, determinando o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da data de emissão desta Portaria;

- **Portaria nº 043/2024:** Comissão para disciplinar o juiz das garantias no âmbito JMERS, presidida pelo Corregedor-Geral;

- **Portaria nº 056/2024:** (Revogada pela Portaria nº 071/2024) - Comissão de Gestão da Memória/Projeto Memória, com mandato até 31 de janeiro de 2026, conforme estabelece o artigo 1º, §1º, da Portaria TJMRS nº 84/2021, sob coordenação do Corregedor-Geral;

- **Portaria nº 071/2024:** Comissão Permanente de Avaliação Documental – CPAD, com mandato até 31 de janeiro de 2026, conforme estabelece o artigo 1º, da Portaria TJMRS nº 85/2021. Coordenação do Corregedor-Geral. Integrantes: o Secretário da Corregedoria-Geral da JME Olavo Garcia Renner, o servidor da Corregedoria-Geral Carlos Roberto Teixeira Ketz, o estagiário Yuri dos Santos Damaceno Pereira, entre outros;

- **Portaria nº 081/2024:** Designado para supervisionar o Núcleo de Cooperação Judiciária para o biênio 2024/2026. Integrantes: o servidor da Corregedoria-geral Olavo Garcia Renner, e a servidora da Corregedoria-Geral Silvia Teresinha Cerveira Rollsing, entre outros;

- **Portaria nº 095/2024:** Designado para instauração de sindicância, como sindicante;

- **Portaria nº 101/2024:** Comissão Permanente de Eficiência Operacional da Justiça Militar do Estado, direcionada à gestão de pessoas, com prioridade na educação corporativa dos servidores, na formação de multiplicadores e

na qualificação profissional, visando ao aperfeiçoamento dos serviços judiciais, sob a presidência do Corregedor-Geral;

- **Portaria nº 123/2024:** Grupo de estudos dos planos de carreiras existentes na justiça comum e castrense, cujo objetivo precípua é o de apontar diferenças porventura existentes nos respectivos quadros de servidores efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, bem como apontar soluções adequadas à pretendida isonomia de cargos, atribuições e salários, sob a presidência do Corregedor-Geral;

- **Portaria nº 127/2024:** Comissão Especial para Avaliação Documental e Gestão da Memória dos Processos Atingidos pela Enchente (CEADGM-PE), cuja finalidade é a de avaliar e gerenciar documentos atingidos pelo desastre natural que assolou nosso Estado, além de elaborar diretrizes para o manejo dos arquivos. Como integrantes o Corregedor-Geral, o Secretário da Corregedoria-Geral da JME Olavo Garcia Renner, a Oficial de Gabinete Silvia Teresinha Cerveira Rollsing, e o servidor em Gratificação Especial Carlos Roberto Teixeira Ketz, entre outros;

- **Portaria nº 132/2024:** Designou a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, sob a presidência do Corregedor-Geral;

- **Portaria nº 142/2024:** Designou grupo de estudos da Comissão de Revisão do Plano de Carreira dos servidores dos 1º e 2º graus da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, cujo objetivo é a revisão do Plano de Carreira desta Corte de Justiça, em consonância com o modelo em desenvolvimento no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, sob a presidência do Corregedor-Geral;

- **Portaria nº 145/2024:** Designou servidores para integrarem o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, que ficará responsável, entre outros, pelo estabelecimento de estratégias, indicadores e metas institucionais, aprovação de planos de ações, análise e priorização de solicitações de novos sistemas e de alterações em sistemas já existentes, bem como pela orientação das iniciativas e dos investimentos tecnológicos no âmbito da Justiça Militar do Estado. Presidência do Corregedor-Geral, com a participação da servidora Joseane Busato de Lima Veiga.

VIII – ATIVIDADES GERAIS:

a – Migração do BNMP 2.0 para o BNMP 3.0 (Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões). (SEI 9.2024.0700.000659-4, 9.2024.0700.000167-3 e 9.2024.0700.000011-1);

b – Realização de reunião com a Coordenadoria da TIC, no dia 15/02/2024, sobre a modernização das instalações e necessidade de aumento da capacidade de armazenamento e gestão documental;

c - Foi realizado, em 21/02/2024, o primeiro sorteio eletrônico para composição dos Conselhos de Justiça na Justiça Militar do Rio Grande do Sul. O ato ocorreu no cartório da 1ª auditoria da Justiça.

<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/1-auditoria-realiza-o-primeiro-sorteio-eletronico-para-conselhos-de-justica-21-02-2024>;

d – Participação da cerimônia de posse da diretoria do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (biênio 2024-2026), no dia 21/03/2024, na cidade de Belo Horizonte/MG. (SEI nº 9.2024.0700.000399-4);

e - Participação no Seminário SERP/2024: com o iminente lançamento do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos voltado ao Poder Judiciário (SERP-JUD) e necessidade de integração com o serviço SSO da PDPJ-Br do CNJ (Resolução CNJ n.º 335/2020), foi autorizada a participação do Coordenador de TIC, Sr Eduardo Severo, presencialmente, no Seminário do SERP, em 22/03/2024, no Auditório do Conselho Nacional de Justiça, em Brasília/DF. O evento promoveu reflexões sobre o Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp), cuja implementação foi estabelecida pela Lei n. 14.382, de 27 de junho de 2022. O SERP representa uma verdadeira revolução na documentação e autenticação, respondendo ao avanço do mundo para a era digital. Seu principal objetivo é desburocratizar e garantir segurança jurídica aos registros públicos, alinhando-se com os princípios da eficiência e transparência na administração pública;

f - Participação da capacitação das Corregedorias sobre o módulo do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), destinado ao Poder Judiciário, no dia 1º de abril de 2024, às 17h, na modalidade virtual;

g - Visita ao Presidente do TRT-4 em 04/04/2024;

h – Palestra promovida pela Presidência, com o apoio da Comissão de Acessibilidade, em 16 de abril de 2024: "Pessoa Com Deficiência: Realidade, Desafios e Perspectivas", com o objetivo de discutir as temáticas da acessibilidade e

inclusão; <http://intranet/intranet/noticia/tjmrs-promove-evento-sobre-pessoa-com-deficiencia--12-04-2024> ;

i - Interrupção do expediente presencial, em 02/05/2024, com retorno em 25/06/2024, devido às enchentes no RS. As dependências do TJM ficaram inundadas até 05/06/24. Os documentos do arquivo judicial foram levantados em 03/05/2024. Dia 06/05/2024 já estava completamente inundado. O acesso ao arquivo ocorreu somente em 06/06/2024. (Atos Conjuntos nº 01 a 05 05/2024-P E CGJME);

j - Participação em reuniões da Comissão de Regimento Interno, sobre as alterações do Regimento Interno a serem implementadas. <http://intranet/intranet/noticia/justica-militar-do-rio-grande-do-sul-realiza-discussao-sobre-regimento-interno-29-07-2024> (SEI 9.2024.0700.000779-5);

k - Participação em reuniões da Comissão de Jurisprudência, visando aprimorar e unificar a pesquisa das jurisprudências do TJM, bem como sobre o lançamento da revista virtual de jurisprudências, “Revista Justiça Militar e Memória”. <http://intranet/intranet/noticia/tjmrs-realiza-reuniao-da-comissao-de-jurisprudencia-29-07-2024> ;

l - Participação de reunião sobre a instalação de PIDs (Pontos de Inclusão Digital - Resolução nº 508/2023/CNJ), em 30/07/2024. <http://intranet/intranet/noticia/pontos-de-inclusao-digital-em-pauta-na-justica-militar-30-07-2024>. (SEI 9.2024.0700.000542-3);

m – Reuniões da Comissão Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, presidida pelo Cor-Geral;



n - Núcleo de Cooperação – Em 19/08/2024, atualização do Acordo de Cooperação Técnica TRF4 Nº 493/2023, que trata da renovação do direito de uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI 9.2023.0700.001230-0);

o - Reunião da Comissão Especial para Avaliação Documental e Gestão da Memória dos Processos Atingidos pela Enchente (CEADGMPE), em

01/10/2024 (Portaria Nº 127/2024, SEI 9.2024.0700.001054-0);
<http://intranet/intranet/noticia/tjmrs-realiza-reuniao-para-avaliar-documentos-afetados-pela-enchente-02-10-2024>



p - Participação dos mutirões processuais penais do ano de 2024, destinados à garantia de direitos fundamentais no sistema prisional por meio da revisão de processos com base em teses predefinidas, conforme Ofício-Circular OFÍCIO-CIRCULAR N. 38/DMF, de 07/10/24, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (SEI 9.2024.0700.001387-6 e 9.2024.0700.001398-1);

q – Como Presidente da comissão de Acessibilidade do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJM-RS) promoveu, em 04/11/2024, a atividade “Entendendo a Neurodivergência: inclusão, perspectiva e desafios”, no plenário do tribunal. A palestra foi conduzida pela major médica Claudia Ferrão Vargas, chefe do departamento de psiquiatria da Brigada Militar, e transmitida ao vivo pelo canal do TJMRS no YouTube: <https://www.tjmrs.jus.br/noticia/comissao-de-acessibilidade-do-tjmrs-realiza-palestra-sobre-inclusao-e-desafios-da-neurodivergencia-05-11-2024> ;



r – Realizadas diversas reuniões referentes à Comissão de Revisão do Plano de Carreira dos servidores dos 1º e 2º graus da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, presidida pelo Corregedor-Geral. (SEI 9.2024.0700.000852-0) <http://intranet/intranet/noticia/pl-251-2024-em-discussao-na-assembleia-legislativa-08-11-2024>;

s - Participação do 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, nos dias 02 e 03 de dezembro de 2024, em Campo Grande/MS. (SEI 9.2024.0700.001472-4). <http://intranet/intranet/noticia/tjmrs-recebe-seu-decimo-selo-no-premio-cnj-de-qualidade-03-12-2024>;

t - PARECER TÉCNICO Nº 01/2024 – CGJME, de 05/12/2024: referente à proposta de reorganização territorial e funcional das unidades judiciárias desta Justiça Militar Estadual, com a transferência das Auditorias Militares de Santa Maria e Passo Fundo para Porto Alegre, conforme o anteprojeto de lei em tramitação. (SEI 9.2023.0700.000989-9);

u - Realizadas diversas reuniões relativas à Comissão Permanente de Eficiência Operacional da Justiça Militar do Estado, presidida pelo Corregedor-Geral;

v - Revista digital: A Corregedoria-Geral participou da elaboração da Revista Justiça Militar e Memória nº 11, do TJMRS, edição dezembro de 2024.

IX – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresentou as principais atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da JME ao longo do ano de 2024, primeiro ano do biênio 2024/2025.

Importante salientar que a interrupção do expediente presencial em 02/05/2024, e que retornou apenas em 25/06/2024, devido às enchentes que assolaram o RS, não prejudicaram os serviços prestados pela Corregedoria-Geral.

O desenvolver das atividades demandaram intenso trabalho, tendo a equipe vinculada à Corregedoria-Geral atuado com comprometimento e dedicação, alinhada com os princípios da celeridade e eficácia na prestação do serviço jurisdicional e administrativo.

Manifestar que, encerrado o ano de 2024 à frente da Corregedoria-Geral desta Justiça Militar do Estado do RS, no aspecto administrativo, procurou-se dar prosseguimento aos trabalhos rotineiros, bem como adequar sistemáticas que facilitassem a realização desses trabalhos com fluidez e celeridade.

Como fatos positivos no ano de 2024, podemos destacar o avanço

nas reuniões da Comissão de Jursprudência e Regimento Interno, a capacitação da Corregedoria no módulo do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), a instalação dos PIDs (Pontos de Inclusão Digital) e os mutirões processuais penais.

No que se refere à correição dos feitos e processos, destaca-se que, com a plena implantação do processo judicial eletrônico, os atos correccionais e de arquivamento, quando necessários, passaram a tramitar com máxima celeridade, agilizando a movimentação entre despachos. Restam em tramitação apenas poucos processos integralmente físicos.

Cumprir destacar que na seara administrativa da Corregedoria-Geral ocorreu o devido prosseguimento das questões administrativas referentes ao 1º grau, tais como: escala de plantão dos juízes do 1º grau, controle de folgas compensatórias dos Magistrados de 1º Grau, plano de férias dos juízes do 1º grau, efetividades, elaboração e encaminhamento de ordens de pagamento de RPVs relativos às sucumbências advocatícia, portarias, provimentos, arquivamentos, desarquivamentos, relatórios e as demandas gerais relativas às Auditorias de 1º grau, entre outras atividades de rotina da Corregedoria Geral.

No âmbito da transparência, a Corregedoria-Geral colabora ativamente por meio da publicação e atualização, no site do TJM, de Provimentos, Portarias, Escala de Plantão, Editais de eliminação de documentos e certidões de arquivamento. Essas ações asseguram a visibilidade das atividades da Justiça Militar, reforçando a prestação de contas e a disponibilização de informações à sociedade.

Remeta-se a Presidência na forma regimental.

Publique-se no site.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2025.

Desembargador Militar Coronel Rodrigo Mohr Picon Corregedor-
Geral da JME do RS



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

Ouvidoria Geral da JME

Relatório anual - 2024

A ouvidoria da JME trata-se de um canal permanentes de comunicação entre a JME e a sociedade, usuários, visando a dar maior efetividade ao princípio da eficiência do serviço público, previsto no artigo 37 da Constituição Federal. A Ouvidoria não possui atribuição e competência correcional, investigativa e punitiva, tampouco se confunde como órgão de apoio ao trabalho próprio da Brigada Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Advocacia, Defensoria Pública, Ministério Público e Magistratura.

Entre outras atribuições, cabe à ouvidoria (art. 3º da Resolução TJM/RS nº 275/2022):

I - funcionar como espaço de participação social, colaborando com a efetivação do estado democrático de direito;

II - viabilizar o exercício dos direitos de cidadania e fomentar a participação social, auxiliando na transparência institucional e na promoção da qualidade do serviço público;

III - promover a efetividade dos direitos humanos ao ouvir, reconhecer e qualificar as manifestações apresentadas pelos cidadãos;

IV - atuar na defesa da ética, da transparência e da eficiência da prestação do serviço público;

V - estimular a conscientização dos usuários sobre o direito de receber um serviço público de qualidade e atuar na busca de soluções para os problemas apresentados;

VI - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância à legislação pertinente;

VII - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento até a sua efetiva conclusão perante o órgão;

VIII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o tribunal, atuando no sentido de construir soluções pacíficas, sem prejuízo de outros órgãos competentes; e

IX – contribuir para o Planejamento Estratégico da Justiça Militar Estadual e para a formulação de políticas relacionadas ao desenvolvimento das atividades constantes da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

No ano de 2024, a Ouvidoria Geral da Justiça Militar do RS recebeu sete denúncias de abuso de autoridade e uma denúncia de interesse próprio do cidadão. Dentre essas denúncias, cinco foram presenciais, uma por vídeo-chamada e duas denúncias por email.

Denúncia 1 (presencial) : 26/7/24 – enviado para a Corregedoria da Brigada Militar em 26/7/24.

Denúncia 2 (presencial) : 2/8/24 – enviado para a Corregedoria da Brigada Militar em 2/8/24. Resposta em 13/8/24: sobre os fatos relatados, foi registrado o Boletim de Ocorrência Policial Militar nº 069476.05.7701.2024.

Denúncia 3 (email) : 10/9/24 – enviado para a Corregedoria da Brigada Militar em 10/9/24. Resposta em 23/9/24: sobre os fatos relatados, foi registrado o Boletim de Ocorrência Policial Militar nº 071418.05.5532.

Denúncia 4 (presencial) : 19/9/24 - enviado para a Corregedoria da Brigada Militar em 19/9/24. Resposta em 25/9/24: os fatos foram registrados no Boletim de Ocorrência Policial Militar nº 053367.05.7731.2023 e instaurada a Sindicância Policial Militar de Portaria nº 034781.02.5531.2024.

Denúncia 5 (email) : 6/10/24 – enviado para o Comandante-Geral da Brigada Militar em 8/10/24 (conteúdo de interesse próprio do cidadão, haja vista o assunto não ser da competência desta Corte de Justiça Militar).

Denúncia 6 (presencial) : 1/10/24 – enviado para Corregedoria da Brigada Militar em 9/10/24 e para a Polícia Civil em 9/10/24. Resposta da BM em 30/10/24: sobre os fatos relatados, foi registrado o Boletim de Ocorrência Policial Militar nº 073072.05.7701.2024. Resposta da Polícia Civil em 14/10/24 : De ordem do Exmo. Sr. Diretor da DPRPA, Delegado de Polícia Rodrigo Bozzetto, encaminhe-se à 16ªDP/DPRPA para conhecimento e atendimento, face a circunscrição.

Denúncia 7 (vídeo-chamada) : 8/11/24 - enviado para a Corregedoria da Brigada Militar em 11/11/24.

Denúncia 8 (presencial) : 13/12/24 - enviado para a Corregedoria do Corpo de Bombeiros Militar em 19/12/24. Resposta em 6/1/25: foi instaurada Sindicância no âmbito do 1º Comando Regional de Bombeiros Militar.

Porto Alegre, 25 de janeiro de 2025.

Felipe Petruilis
Técnico Judiciário



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

DIREÇÃO-GERAL

Diretor-Geral: Herbert Schonhofen

Secretária da Direção-Geral: Ivanilde Nesello

O ano de 2024 foi marcado por ações objetivando a ampliação, a modernização e a adequação estrutural das condições materiais do Tribunal, visando sempre ao bom funcionamento das atividades judiciais e administrativas.

A Direção-Geral atua sob as diretrizes estabelecidas pela presidência e administração superior do tribunal, contribuindo para a execução eficiente das atividades jurisdicionais e o cumprimento das metas institucionais.

À Direção-Geral compete supervisionar, coordenar, orientar, dirigir e controlar as atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias do tribunal.

Em 2024, a gestão da Direção-Geral passou por mudanças significativas, com três diretores diferentes ao longo do ano, refletindo um período de adaptação.

A enchente histórica que afetou o Rio Grande do Sul no ano de 2024 foi um evento marcante, exigindo uma resposta rápida e eficaz da Direção-Geral. A atuação proativa na recuperação e reestruturação foi fundamental para minimizar os impactos da catástrofe no âmbito da JME. O trabalho em equipe foi essencial para garantir a continuidade dos serviços e a recuperação das operações.

Ainda em relação à enchente, a fim de suprir os bens considerados inservíveis, especialmente os bens móveis da 2ª Auditoria e do andar térreo do tribunal, o tribunal postulou junto ao Tribunal de Justiça/RS a doação de bens disponíveis. Após os devidos trâmites administrativos, com o apoio fundamental do TJRS, recebemos, forte em termos de doações, a doação de bens permanentes, como armários, mesas, cadeiras, além de bens de informática, como monitores e microcomputadores.

Além dos desafios físicos e financeiros impostos pela enchente, o ano de 2024 também se destacou pela busca incessante por inovação e aperfeiçoamento institucional.

Um dos grandes destaques deste ano foi o investimento na capacitação e desenvolvimento contínuo dos servidores do Tribunal.

Reconhecendo a importância de uma equipe bem treinada e atualizada,

implementamos medidas voltadas ao aprimoramento das competências técnicas, gerenciais e comportamentais dos servidores.

No ano de 2024, a Direção-Geral atuou de forma proativa, gerenciando os trabalhos das coordenadorias vinculadas, assessorando e executando suas atividades inerentes. Ainda, destaca-se o papel interinstitucional junto aos demais órgãos do sistema de justiça, bem como a atuação na gerência do eixo governança do prêmio CNJ Qualidade.

Por fim, ressalta-se que o Tribunal manteve uma gestão orçamentária responsável, garantindo que todos os investimentos realizados fossem feitos dentro das previsões financeiras.

Ao encerrar mais um ano de trabalho, a Direção-Geral do Tribunal expressa sua gratidão a todos os servidores e colaboradores que, com dedicação e empenho, contribuíram para os resultados alcançados. A capacitação contínua e o compromisso com a inovação têm sido pilares fundamentais para garantir um sistema de justiça mais eficiente e acessível a todos.

Acreditamos que os avanços obtidos no ano de 2024 pavimentam o caminho para um futuro ainda mais promissor, e estamos confiantes de que, juntos, continuaremos a construir um Tribunal mais moderno, ágil e humano.



Documento assinado eletronicamente por **Herbert Schonhofen, Diretor-Geral**, em 17/03/2025, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjmrs.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0165788** e o código CRC **ECDB11C6**.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

SERVIÇO DE CONTRATOS - SERCONT

Diego Rodrigues Velho
Chefe de Equipe

Julio César Lannes
Gratificação Especial

Rodrigo Freitas
Técnico do Poder Judiciário

Sumário

[Organização e Apoio aos Fiscais de Contrato](#)

[Gestão de Contratos](#)

[Contratações Diretas](#)

[LicitaCon e Portal da Transparência](#)

[Gestão de Processos Eletrônicos – Serviço de Contratos](#)

A gestão dos contratos de prestação de serviços continuados se faz, atualmente, de forma centralizada, ficando ao encargo do Serviço de Contratos o acompanhamento da maioria das etapas da relação contratual.

Compete ao Serviço de Contratos à elaboração de Termos de Contrato, seja com base nas minutas que integram os editais convocatórios, seja em razão da necessidade de formatação de um novo ajuste visando suprir demanda de compra ou serviço.

Além da confecção dos contratos, também é responsabilidade do setor providenciar a sua formalização, por meio de **cadastro de fornecedores** junto ao sistema SEI, **conferência de documentação instrutória**, tais como certidões negativas e declarações, e **acompanhamento de assinaturas**, formatação das **súmulas** correspondentes a serem publicadas no DJE, além da abertura e acompanhamento de **processo eletrônico de fiscalização contratual** para o Fiscal designado.

Depois de efetivadas as contratações, o setor tem a responsabilidade de acompanhar os prazos contratuais, iniciando os procedimentos de **aditivação**, quando cabíveis, ou notificando a Administração da necessidade de instruir **procedimento licitatório para nova contratação**. Também são elaborados os termos de **Apostilamentos** para a manutenção do equilíbrio econômico entre as partes.

Além das suas atividades específicas, também cabe ao Setor **dar suporte ao fiscal do contrato**, estabelecendo a interface junto às empresas prestadoras de serviço para o esclarecimento de dúvidas, condução de tratativas, solicitação de adequações na execução das tarefas e demais iniciativas solicitadas pelas partes.

Quando são verificadas **irregularidades na execução contratual**, tais como descumprimento de cláusula ou realização parcial/ ineficaz de tarefas, o fiscal manifesta-se, relatando o fato ao Serviço de Contratos, que elabora o documento pertinente, seja uma comunicação, notificação ou a penalidade

contratual prevista para o caso em tela, recebendo a defesa apresentada, caso haja, e encaminhá-la em tempo hábil para análise e parecer jurídico. Ele se verifica quando for constatada a situação de inadimplência fiscal ou trabalhista da empresa pelo Setor de Orçamentos no momento de efetuarem-se os pagamentos, que notifica o Serviço de Contratos para as providências cabíveis.

Quando da aproximação do fim do prazo contratual, o Setor encaminha comunicado ao Fiscal do contrato, instruindo como proceder para dar início ao **processo de prorrogação**, acompanhando o seu andamento, em especial quanto aos prazos serem observados. Ao receber a solicitação de renovação, com o aceite da empresa fornecedora, orçamentos de outras empresas para demonstrar a vantagem econômica na manutenção do contrato vigente, documentos de regularidade fiscal e trabalhista da empresa, declarações legais, atestados de fornecimento e exclusividade, quando necessários, e demais elementos pertinentes, o setor compila e avalia a validade da documentação e formata o **Termo Aditivo**, que é, então, submetido à apreciação da Assessoria Jurídica para, posteriormente, ser encaminhado para assinatura das partes, juntamente com súmula, a ser publicada no veículo oficial.

Anualmente, ou na periodicidade estabelecida nos termos do Instrumento Contratual, também são feitos os Apostilamentos ao contrato, que têm por fim atualizar o valor pago pela prestação dos serviços de modo a manter o equilíbrio econômico entre as partes contratantes, de forma a não inviabilizar a continuidade do objeto pactuado.

O Apostilamento requer, além da previsão contratual que estabelece sua forma e índice a ser utilizado, o **cálculo de atualização de valores**, que pode ser solicitado à empresa para validação pelo Serviço de Contratos ou calculado diretamente por este, com posterior conferência pelo Serviço de Orçamento, quando houver necessidade, em especial nos casos de renovação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva, que requerem a verificação de valores e índices constantes da Planilha de Cálculos e Formação de Preços apresentada pela empresa.

Também compete ao Serviço de Contratos a guarda dos processos físicos referentes a contratações, vigentes e concluídos, para eventuais consultas que sejam solicitadas pela Administração.

Organização e Apoio aos Fiscais de Contrato

Desde o final do ano de 2019, com criação do Ato Normativo 009/TJM e consequente e necessária definição de atribuições aos fiscais de contrato, estamos concentrando esforços para dar mais suporte aos fiscais de contrato do TJM. Com este objetivo, estamos orientando a criação de processos específicos para fiscalização contratual, a fim de manter registrada, de forma cronológica, toda a fiscalização, dando suporte tanto ao fiscal, na execução do seu trabalho, quanto para o Ordenador de Despesas, na tomada de decisões mais fundamentadas sobre penalizações.

Abaixo seguem os nomes dos servidores nomeados como fiscais e suplentes de contrato em 2024:

Tabela 1 – Nomeações de Servidores para funções de fiscais e suplentes de contratos administrativos em 2024

FISCAIS	CONTRATOS
CLAUDIOMIRO PEREIRA DAS NEVES	1
MARCIA DENISE VOGADO LIMA	1
JULIANA GUGLERMANO DEON GARDIN,	1
LUCIANO BITENCOURT ALVES	1
ANA LÚCIA LARA BARCELOS	5
MARCOS HIROTO TAKEDA	1
RODRIGO BULLOZA GRUPPELLI	1
MAURO MARCHIORI SCHMIDT	1

ANDERSON MEDEIROS DE OLIVEIRA	2
JEAN DARIO DA ROCHA	1
CESAR RODRIGUES DE CARVALHO	1
SUPLENTES	CONTRATOS
PAULO RICARDO MACHADO CAMPOS	1
LUIS HENRIQUE SEVERO	1
r EDUARDO DE BORBA SEVERO	2
CARLOS CESAR AVILA	1
IDÉSIO MICHEL ZANOTTO	5
JUAREZ BAMBERG DA SILVA	1
JEFERSON DE SOUZA	1
LISIANE MACHADO GODOI	2
CARLA REGINA DE SOUZA RISCH	1
JEAN DARIO DA ROCHA	1

Gestão de Contratos

Em termos quantitativos o Serviço de Contratos produziu no ano de **2024**:

- **04 Contratos** novos;
- **11 Termos aditivos** a contratos já vigentes;
- **10 Apostilamentos** para correção de valores de contratos vigentes;
- **06 Processos de fiscalização contratual**, encaminhados aos respectivos fiscais para acompanhamento processual;
- **07 Processos de Averiguação de descumprimento contratual** e suas respectivas Notificações para Defesa Prévia;
- **03 Ofícios de Penalidade** e suas respectivas publicações;
- **03 Atos de dispensa** e seus respectivos extratos;
- **19 Atos de inexigibilidade** e seus respectivos extratos;
- **03 Atos de Adesão a Ata de Registro de Preço** e seus respectivos extratos;
- **26** Ordem de Fornecimento de Bens e/ou Serviços emitidas em razão de contratações.

Total de processos tramitados no Setor de Contratos em 2024: 198.

Contratações Diretas

Ainda que a norma geral seja que as contratações realizadas pela Administração Pública se efetivem por meio de procedimento licitatório, visando promover a transparência, isonomia, impessoalidade e melhor preço, a lei prevê situações nas quais se prescinde de certame competitivo, realizando-se um *Contratação Direta*.

As situações nas quais o órgão adquirente pode realizar a compra/contratação sem licitar são aquelas nas quais:

- a licitação é **dispensável**, ou seja, é possível, mas, em razão de peculiaridades específicas do objeto, do tipo de contratação ou por questões de interesse público, a lei faculta a sua contratação direta;
- a licitação é **inexigível**, ou seja, devido às características singulares do objeto e/ou à exclusividade de fornecimento do bem ou serviço, não há possibilidade de se estabelecer uma competitividade viável, sendo ineficiente ou até impossível o procedimento licitatório;
- a licitação é realizada por outro órgão da Administração Pública com o objetivo de formar um sistema de registro de preços e opta-se por **aderir a Ata de Registro de Preços** a fim de efetuar as aquisições desejadas com base no resultado da licitação realizada.

Todas estas modalidades possuem seus trâmites específicos e todos os processos de contratação direta são instruídos e conduzidos pelo Serviço de Contratos. As fases internas das contratações assemelham-se bastante àquelas necessárias à criação de uma nova licitação, diferenciando-se no momento em que, por meio de justificativas e enquadramento legal adequado, são finalizadas por meio de uma das modalidades já descritas.

No exercício financeiro de **2024**, foram realizados pela Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul **25 (vinte e oito) processos de contratação direta**, sendo **03 (três) por dispensa de licitação**, **19 (dezenove) por inexigibilidade** e **03 (três) adesões a atas de registro de preços**, conforme discriminado nas tabelas a seguir:

Tabela 2 - Detalhamento das contratações por Dispensa de Licitação de 2024

Nº	Objeto	Valor Contratado Mensal	Contratado
01/2024	Serviço de monitoramento eletrônico de alarme e de Circuito Fechado de Televisão CFTV, para a Auditoria Militar de Passo Fundo/RS.	R\$ 1.158,00	Security Vigilância Eletrônica Ltda
02/2024	Serviços de Gestão de Banco de Dados – GBD.	R\$ 82.208,20	PROCERGS
03/2024	Serviços continuados de informática pública - IPC (ADS e COI).	R\$ 3.141,60	PROCERGS
Valor Total Mensal (R\$)		R\$ 86.507,80	

Tabela 3 - Detalhamento das contratações por inexigibilidade de 2024

Nº	Objeto	Valor Contratado	Contratado
01/2024	Curso de Formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz	R\$ 832,50	Escola da AJURIS
02/2024	1º Encontro Nacional Judiciário Zênite - <i>online</i>	R\$ 3.930,00	Zênite Informação E Consultoria S/A
03/2024	Assinatura do periódico jornal Zero Hora, na modalidade digital, por um período de 12 (doze) meses	R\$ 478,80	RBS - Zero Hora Editora Jornalística S.A.
04/2024	Assinatura do periódico Correio do Povo, por um período de 12 (doze) meses	R\$ 576,00	Empresa Jornalística Caldas Junior Ltda.
05/2024	Curso <i>Dispensa, Inexigibilidade e a Instrução dos Processos + Sistema de Registro de Preços</i>	R\$ 3.270,00	Zênite Informação E Consultoria S/A
06/2024	Assinatura do periódico Jornal do Comércio, na sua modalidade digital, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 392,00	Empresa Jornalística JC Jarros Ltda

Nº	Objeto	Valor Contratado	Contratado
07/2024	Curso On-line de Formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz para Situações Menos Complexas.	R\$ 1.578,00	AJURIS
09/2024	07 (sete) licenças para a plataforma de ensino Alura para Empresas	R\$ 9.450,00	AOVS Sistemas de Informática S.A.
08/2024	01 (uma) licença para o produto Banco De Preços Plus, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 11.960,00	NP Tecnologia E Gestão De Dados Ltda.
10/2024	Curso Licitações e Contratos – Da 8.666/93 à 14.133/21 – na Prática com Segurança	R\$ 5.994,00	Vianna de Carvalho Cursos e Aulas Ltda.
11/2024	Assinatura de Revistas Jurídica, Síntese de Direito Civil e Processo Civil e Síntese de Direito Penal e Processo Penal, por um período de 12 (doze) meses	R\$ 4.400,00	Editora IOB
12/2024	Assinatura dos periódicos Revista dos Tribunais, Revista de Processo e Revista Brasileira de Ciências Criminais, por um período de 12 (doze) meses	R\$ 9.074,61	Editora Revista dos Tribunais.
13/2024	Curso Como Elaborar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), de Acordo Com a Lei Federal nº 14.133/21.	R\$ 5.598,00	DPM Educação Ltda.
14/2024	Curso de Atualização de Magistrados (CAM): Protocolo com Perspectiva de gênero.	R\$ 3.200,00	Escola Superior da Magistratura - Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.
	Serviço público de distribuição de energia elétrica para a sede do TJMRS e da 2ª Auditoria Militar.	R\$ 134.400,00	Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE.
16/2024	Curso sobre a pesquisa de preços para as contratações públicas: procedimentos e cautelas a serem observadas de acordo com a Lei nº 14.133/2021	R\$ 13.180,00	DPM Educação Ltda.
17/2024	Fornecimento de serviços de captação, tratamento e distribuição de água, bem como pela coleta e tratamento do esgoto sanitário para a sede do TJM/RS e 2ª Auditoria, em Porto Alegre.	R\$ 19.700,00	Departamento Municipal de Água e Esgotos – DMAE.
18/2024	Fornecimento de extensão de garantia do equipamento marca HPE – StoreEasy 1660, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 13.800,00	Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda
19/2024	Assinatura dos serviços Zênite Fácil, Orientações por escrito e reunião com Consultoria Zênite, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 22.036,00	Zênite Informação e Consultoria S.A.
Valor Total		R\$ 263.849,91	

A adesão à Ata de Registro de Preços - ARP é o procedimento administrativo por meio do qual um órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório pode utilizar o registro de preços do órgão gerenciador da ata, desde que devidamente justificada a vantagem. Para que a adesão ocorra são necessárias a **anuência do órgão gerenciador e aceitação do fornecedor beneficiário da ARP**.

Assim o Tribunal tramitou 03 (três) aquisições de equipamentos por adesão a ata de registro, aproveitando os preços comprovadamente mais baixos nestas atas, em razão de escala prevista na aquisição por grandes órgãos da administração pública ser mais vantajosa do que aquela possivelmente obtida em certame próprio com expressivamente menores quando comparado com o previsto nestas atas.

Tabela 3 - Detalhamento das contratações por adesão ata de registro de preço de 2024

Objeto	Valor Contratado	Fornecedor
--------	------------------	------------

Objeto	Valor Contratado	Fornecedor
Aquisição de 25 (vinte e cinco) Notebooks Intel Core i5.	R\$ 87.103,25	Microtécnica Informática Ltda
Aquisição de 25 (vinte e cinco) Computadores Lenovo.	R\$ 134.425,00	Microtécnica Informática Ltda
Aquisição de 25 (vinte e cinco) monitores <i>widescreen</i> full HD.	R\$ 16.250,00	Fagundez Distribuição Ltda
Valor Total (R\$)	R\$ 237.778,25	

LicitaCon e Portal da Transparência

Todos os procedimentos licitatórios e contratos administrativos realizados pelo Tribunal devem ser relatados em dois sítios distintos: o sistema **LicitaCon**, do Tribunal de Contas do Estado e o **Portal da Transparência** do Tribunal de Justiça Militar.

Para alimentar-se o sistema LicitaCon, existem duas modalidades: via **sistema WEB**, na qual as informações são inseridas manualmente pelo operador e via **e-Validador**, na qual o sistema cria pacotes de informação coletadas do sistema de licitações Pregão *Online Barrisul* que são enviadas e processadas pelo LicitaCon para alimentar seu bando de dados.

O sistema WEB é utilizado para o cadastro e relação de contratos administrativos mantidos pelo Tribunal e contém todas as informações pertinentes quanto a objeto, valores, origem, prorrogações, apostilamentos, interrupções, reinícios, publicações e demais incidentes relevantes.

O sistema e-Validador é uma forma mais prática de fornecer informações ao Licitacon, porém, em razão de algumas dificuldades técnicas ocorridas em 2018, as informações referentes a licitações foram também, em parte, inseridas manualmente via sistema WEB.

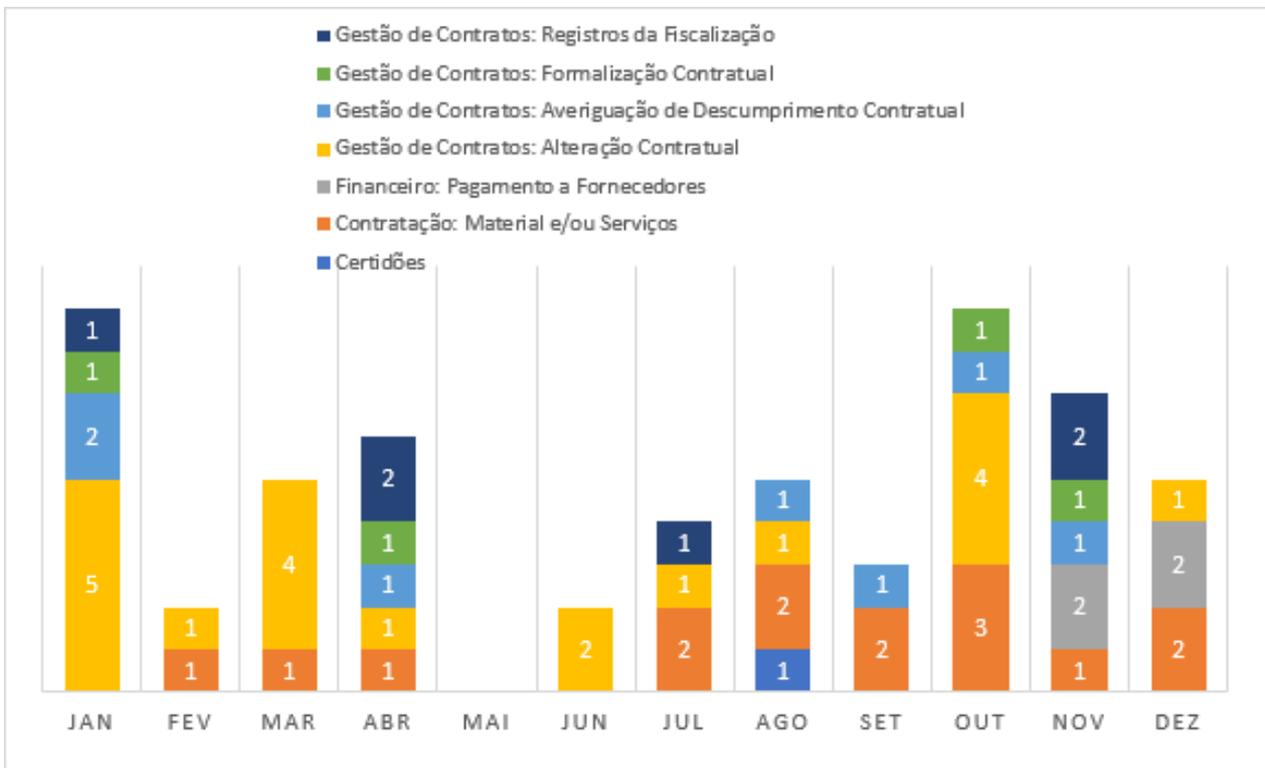
Para a inserção de dados no Portal da Transparência do *site* do TJM, a partir de 2019, o Setor de Licitações & Contratos se utiliza de hiperlinks que levam o usuário do Portal Transparência do TJM diretamente o sistema LicitaCon Cidadão do TCE, tendo amplo acesso às licitações e contratos cadastros naquele sistema. Tal medida eliminou o retrabalho ocasionado pela necessidade de alimentar dois sistemas distintos.

o **Gestão de Processos Eletrônicos**

A partir de novembro de 2021 houve a criação uma unidade específica no sistema sei para o Serviço de Contratos com o objetivo de atender as especificidades de controle das atividades realizados, tornando as informações mais uteis ao processo de tomada de decisão.

Abaixo segue dados de desempenho da gestão processual do Serviço de Contratos:

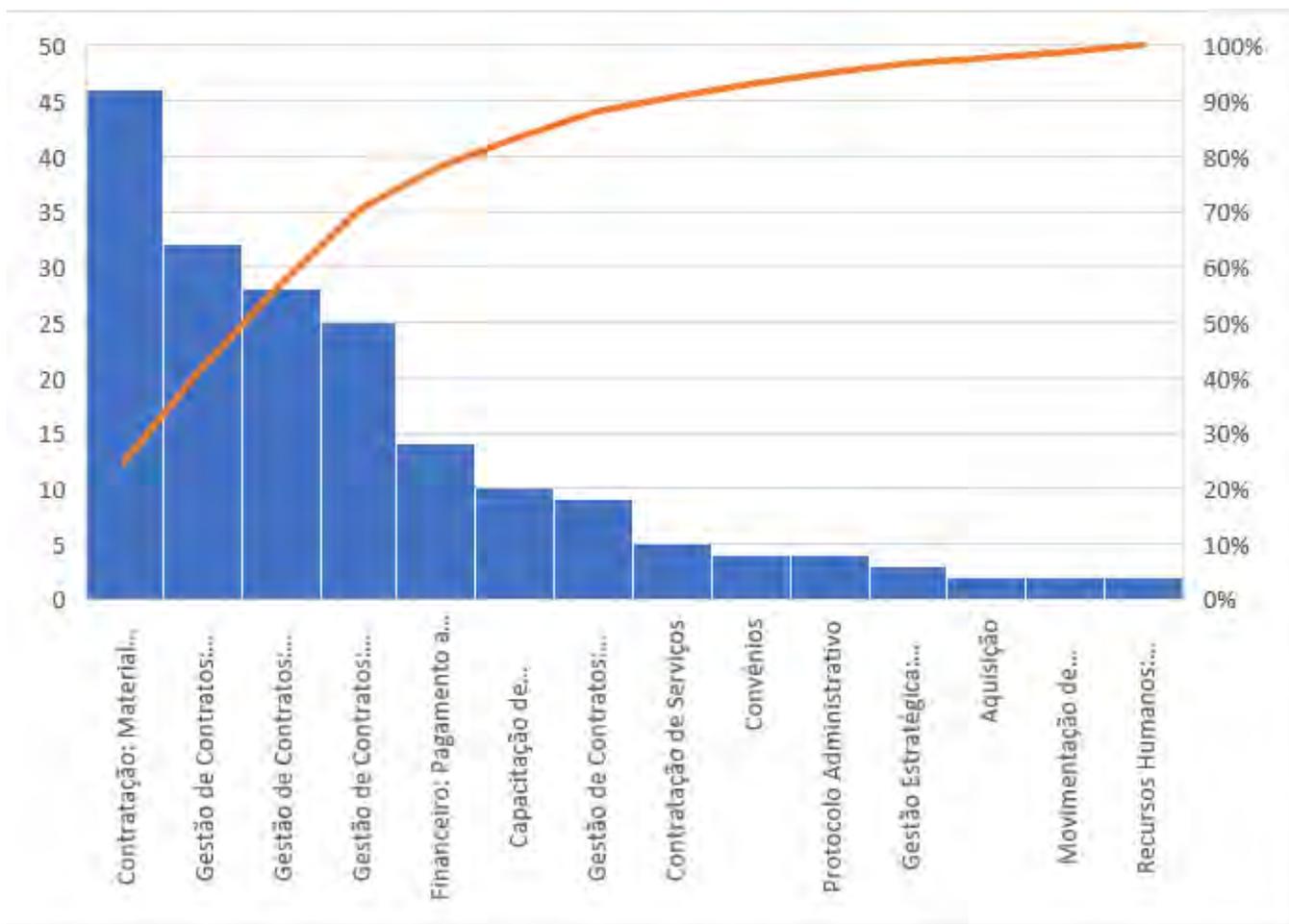
Gráfico 1 - Processos Gerados em 2024



O acompanhamento de processos mensais gerados tem função de evidenciar quais processos são iniciados pelo Setor por tipo de processo. No Serviço de Contratos, se identifica que há alguns tipos de processo que sempre são criados pelo Setor, como os tipos “Gestão de Contratos” e “Contratação”; no entanto nos demais casos se identifica que alguns processos não estão sendo devidamente iniciados pelas áreas demandantes, e o Setor acaba absorvendo a atividade de gerar o processo.

Este é o caso, particularmente, dos processos de **Pagamento a Fornecedores**, que deveriam ser criados e instruídos pelo fiscal ou responsável pelo ateste da contratação, mas que, em razão de dificuldades de alguns servidores com a ferramenta SEI, algumas vezes acabam tendo de ser gerados pelo Setor de Contratos.

Gráfico 2 – Análise do Perfil de Processos que tramitaram em 2024 no Setor de Contratos



Fonte: Sistema de Estatísticas Sei

O gráfico de perfil de processos permite analisar quais são os tipos de processos que chegam ao setor. No ano de 2024 foi possível avançar na tarefa de reduzir as denominações redundantes de processo bem como criar limitações setoriais para a criação e instrução de alguns tipos de expedientes, contribuindo significativamente para uma maior padronização e clareza nos fluxos processuais administrativos.

Os processos mais relevantes do Setor de Contratos, são do tipo **Gestão de Contratos e Contratação**. Com o novo sistema de identificação de processos, estes desdobram-se em subtipos que abrangem grande parte das atividades afetas a esta área, correspondendo a aproximadamente 70,7% dos processos que tramitaram no setor em 2024.

Tabela 1 – Índice de Resolutividade dos Processos Eletrônicos e Tempo Médio de Tramitação

Tipo	Entradas	Saídas	Índice de Resolutividade	Tempo Médio
Aquisição	2	2	100%	5d 15h
Auditoria Interna	1	1	100%	2d 1h
CAGE: Avaliação e Registro de Passivos Contingentes	1	1	100%	1h
Capacitação de Servidores/ Magistrados	10	10	100%	14d 3h
Contratação de Serviços	5	2	40%	261d 11h
Contratação/Pagamento de Serviços	1	1	100%	15h
Contratação: Material e/ou Serviços	46	38	83%	33d 2h
Convênios	4	4	100%	115d 22h
Encaminhamento/providências	1	0	----	365d 23h
Financeiro: Pagamento a Fornecedores	14	13	93%	5d 22h

Geral: Apresentação de Atividades de Cursos/Comissões	1	1	100%	8h
Gestão de Contratos: Alteração Contratual	32	29	91%	31d
Gestão de Contratos: Averiguação de Descumprimento Contratual	9	7	78%	50d 10h
Gestão de Contratos: Formalização Contratual	28	26	93%	42d 2h
Gestão de Contratos: Registros da Fiscalização	25	24	96%	18d 7h
Gestão Estratégica: Acompanhamento do Prêmio Qualidade	3	3	100%	14d 19h
Movimentação de Material	2	2	100%	12h
Protocolo Administrativo	4	4	100%	51d
Recursos Humanos: Plano de Férias	2	2	100%	47d 14h
Relatório Anual de Atividades	1	1	100%	65d 19h
Relatório Estatístico	1	1	100%	22h
Requerimento Administrativo	1	1	100%	14d
TOTAL:	194	173	89%	43d 23h

Fórmula do Índice de Resolutividade: $(\text{Processos Concluídos}) / (\text{Processos Tramitados}) \times 100$

Tempo Médio: Corresponde à média do tempo acumulado de cada processo que tramita no setor

Fonte: Sistema de Estatísticas Sei

O índice de resolutividade objetiva, ainda como ferramenta rudimentar, mensura a Eficácia do Serviço de Contratos na resolução das demandas que são encaminhadas formalmente via processo. A meta informal derivada dos outros setores é que, a cada 10 (dez) processos, 9 (nove) tenham resolução no período apurado, considerando-se a resolução de 8 entre 10 processos dentro de um limite aceitável, ainda que fora da faixa ideal.

Pelos dados apurados, percebe-se um índice de resolução de 89%, lembrando que este número é negativamente impactado pelo fato de que, em razão da necessidade de acompanhamento ou controle, alguns processos acabam ficando temporariamente abertos no setor mesmo após sua conclusão.

Se o índice de resolutividade é ferramenta rudimentar para analisar a eficácia do setor na tramitação de seus processos, a estimativa de tempo médio, se mensurada com determinada frequência, pode ser adaptada como ferramenta de mensuração da eficiência, ou como base para estimativa de prazo para assinatura de um contrato. Por fim, há de se considerar a complexidade dos processos e as diversas e extensas atividades realizadas neles: minutas versões finais de contratos, aditivos e apostilamentos, análise de documentos entre outros; o que faz com que sua tramitação se estenda por mais tempo que processo de outros setores.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Freitas de Almeida, Servidor**, em 07/02/2025, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Rodrigues Velho, Analista do Poder Judiciário - JME**, em 07/02/2025, às 14:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjmrs.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0162959** e o código CRC **08F1E6DE**.



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES COORDENADORIA ADMINISTRATIVA SERVIÇO DE LICITAÇÕES

Composição

Diego Rodrigues Velho
Chefe de Equipe

Ângela da Luz
Gratificação Especial

Sumário

[RESUMOS DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS](#) [LICITAÇÃO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA](#) [GESTÃO DE PROCESSOS ELETRÔNICOS](#)

O Serviço de Licitações é responsável pela execução e monitoramento das aquisições com disputa (Pregões e Cotações Eletrônicas) e pelo fornecimento de informações aos órgãos de controle externo. Todas as licitações são amplamente divulgadas no Portal da Transparência.

RESUMOS DOS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Foram **4 (quatro) editais** publicados, totalizando **22 (vinte e dois) lotes**, sendo adquiridos **16 (dezesesseis)**. As aquisições adquiridas foram estimadas em **R\$ 48.384,52 (quarenta e oito mil e trezentos e oitenta e quatro e cinquenta e dois)** e conseguiram ser efetivadas **R\$ 22.283,99 (vinte e dois mil e duzentos e oitenta e três e noventa e nove)**, sendo gerada uma economia de **41,64%**. Os detalhes dos procedimentos realizados encontram-se descritos na tabela a seguir:

Tabela 1 – Aquisições com disputas de 2024

Cotação Eletrônico com Disputa (14.133/21)			Barra de Tramitação (Meses)												Proposta
Nº	Descrição	Lote	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	
001	Contratação de prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra de Empresa especializada em Seguro total de veículos para 1 (um) veículo Toyota Corolla Ano/Modelo:2023/2024 (lote único)				26	12/jun				18/set					Adjudicado
002	Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de 06 (seis) licenças de software de videoconferência (Zoom Meetings). (lote único)					25/abr		17/jul					13	Adjudicado	
Pregões Eletrônicos (14.133/21)			Barra de Tramitação (Meses)												

Nº	Descrição	Lote	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Proposta		
002	Aquisição de materiais de consumo, higiene e informática, livros e revistas, cuja disputa se dará por lotes, conforme especificações técnicas, quantidades e exigências do Edital e anexos.	01- Papel toalha Mecha med. 0,20x 300m								26/jul	19/set	29/nov			Adjudicado		
		02- Papel Toalha, mini mecha, medida 21cmx...								26/jul	19/set	29/nov			Adjudicado		
		03-Guardanapo de papel								26/jul	19/set	29/nov			Adjudicado		
		04- Papel higiênico, branco, folha simples...								26/jul	19/set	29/nov			Adjudicado		
		05- Refil de sabonete líquido cremoso, 800 ml								26/jul	19/set	29/nov			Adjudicado		
		06- Odorizador de ambiente, em aerossol								26/jul	19/set	29/nov			Adjudicado		
		07- Copo plástico, descartável, para água								26/jul	19/set	29/nov			Adjudicado		
		08 – Aquisição de açúcar e café								26/jul	19/set	29/nov			Não adjudicado		
		09–Aquisição de papel officio, canetas, pilhas								26/jul	19/set	29/nov			Adjudicado		
		10 – Aquisição de águas Minerais com/sem gás								26/jul	19/set	29/nov			Adjudicado		
		11 -DISCO SSD 256GB							10/abr			18/ago	29/nov			Adjudicado	
		12- Aquisição Teclados e Mouses							10/abr			18/ago	29/nov			Adjudicado	
		13- Mesa de Som Analógica							10/abr			18/ago	29/nov			Não adjudicado	
		14 - Conjunto de microfone sem fio							10/abr			18/ago	29/nov			Adjudicado	
		15- Microfones de mesas							10/abr			18/ago	29/nov			Adjudicado	
		16 – Livro Código Penal Militar Comentado										6	16	29/nov			Não adjudicado
		17- Livro Manual de direito penal militar										6	16	29/nov			Não adjudicado
		18- Livro Código de Processo Civil Comenta...										6	16	29/nov			Não adjudicado
		19 - Revista dos Tribunais, 2024.										6	16	29/nov			Não adjudicado
004	Contratação de Empresa do ramo de prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e preditiva e assistência técnica, na modalidade integral (com fornecimento de peças), para o elevador do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. (lote único)										26	10	29/nov		Adjudicado		

Legenda:	
Fase Interna - Unidade Técnica	
Requisitante	
Fase Interna - Serviço de Licitações	
Fase Externa	

No PE 002/2024, dos 22 lotes licitados, 16 foram adjudicados. O lote 08 não foi adjudicado devido ao valor ofertado estar acima do estipulado na cotação de preços. Os lotes 13 e 16 a 19 não tiveram fornecedores habilitados.

Todos os procedimentos licitatórios e realizados pelo Tribunal devem ser relatados em dois sítios distintos: o sistema **LicitaCon**, do Tribunal de Contas do Estado e o **Portal da Transparência** do Tribunal de Justiça Militar.

Para alimentar o sistema LicitaCon, existem duas modalidades: via **sistema WEB**, na qual as informações são inseridas manualmente pelo operador e via **e-Validador**, na qual o sistema cria pacotes de informação coletadas do sistema de licitações Pregão *Online Banrisul* que são enviadas e processadas pelo LicitaCon para alimentar seu bando de dados.

O sistema WEB é utilizado para o cadastro das compras feitas sem licitação como dispensas, inexigibilidades, adesão a atas de registro de preço e licitações compartilhadas em que a JME não é o gestor da licitação.

O sistema e-Validador é uma forma mais prática de fornecer informações ao Licitacon, porém, em razão de algumas dificuldades técnicas ocorridas em 2021, algumas informações referentes a licitações foram também, em parte, inseridas manualmente via sistema WEB.

Para a inserção de dados no Portal da Transparência do *site* do TJM, a partir de 2019, o Setor de Licitações & Contratos se utiliza de hiperlinks que levam o usuário do Portal Transparência do TJM diretamente o sistema LicitaCon Cidadão do TCE, tendo amplo acesso às licitações e contratos cadastros naquele sistema. Tal medida eliminou o retrabalho ocasionado pela necessidade de alimentar dois sistemas distintos, o fluxo de trabalho fica resumido conforme abaixo:



No Serviço de Licitações, existe a rotina semanal de alimentação destas informações para atendimento da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13/2017 – TCE/RS ^[1], bem como servir de base para o trabalho da gestão de contratos, que também tem a determinação de alimentar as informações contratuais no LicitaCon, sendo obrigatório o cadastro da licitação ou compra direta que originou o contrato.

GESTÃO DE PROCESSOS ELETRÔNICOS

A partir de janeiro de 2019, a Unidade de Licitações passou a tramitar todos seus processos exclusivamente pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI) resultando em redução de custos e maior agilidade. Em 2024 foi atingido o objetivo de implantação relacionado a necessidade de que os processos sejam devidamente iniciados pelas áreas demandantes.

O gráfico de perfil de processos permite analisar quais são os tipos de processos que chegam ao setor. Processos de licitações são abertos pelas unidades através de quatro tipos de processos diferentes: Aquisição;

Contratação e Pagamento de Serviços; Compra de Material e/ou Contratação de Serviços (denominação que estipulada para ser adota em detrimento das outras); e Contratação de Serviços. Evidenciado, portanto, que seguimos com o problema de redundância de tipo de processo para as licitações ou contratações diretas.

Tabela 2 – Índice de Resolutividade dos Processos Eletrônicos e Tempo Médio de Tramitação do Serviço de Licitações em 2024

Tipo	Tramitaram	Encerrados	Resolutividade	Tempo Médio
Aquisição	1	1	100,0%	74d 8h
Capacitação de Servidores/ Magistrados	1	1	100,0%	8d 16h
Contratação/Pagamento de Serviços	1	1	100,0%	46d 3h
Contratação: Material e/ou Serviços	13	9	69,2%	62d 9h
Encaminhamento/providências	1	1	100,0%	5d 13h
Geral: Apresentação de Atividades de Cursos/Comissões	2	2	100,0%	3d 13h
Gestão de Contratos: Alteração Contratual	1	1	100,0%	1d 6
Gestão de Contratos: Averiguação de Descumprimento Contratual	2	2	100,0%	3h
Gestão Estratégica: Acompanhamento do Prêmio Qualidade	2	2	100,0%	2d 11h
Movimentação de Material	1	1	100,0%	23h
Protocolo Administrativo	3	3	100,0%	34d 19h
Recursos Humanos: Efetividade Mensal	1	1	100,0%	1h
Recursos Humanos: Plano de Férias	1	1	100,0%	16d
Recursos Humanos: Portaria	3	2	66,7%	87d 4h
Relatório Anual de Atividades	2	2	100,0%	25d 3h
Relatório Estatístico	1	1	100,0%	3h 40m
Requerimento Administrativo	1	1	100,0%	14d 2h
TOTAL:	37	32	86,5%	39d 10h

Fórmula do Índice de Resolutividade: (Processos Concluídos) / (Processos Tramitados) x 100

Tempo Médio: Corresponde à média do tempo acumulado de cada processo que tramita no setor

Fonte: Sistema de Estatísticas Sei

Novamente, fica tarefa de delimitar a possibilidade da criação de alguns tipos de processo redundantes no Sistema Sei.

O índice de resolutividade objetiva, ainda como ferramenta rudimentar, mensurar a Eficácia do Setor de Licitações & Contratos na resolução das demandas que são encaminhadas formalmente via processo. A meta estipulada é que, a **cada 10 processos, 9 tenham resolução** no período apurado. O índice de resolutividade caiu de 90,9% (2023) para 86,5% (2024), devido à falta de fluxos precisos em processos de pregão e cotação eletrônica e aos desafios da nova legislação.

Vale frisar que tal índice ainda só serve como ferramenta de apoio a uma análise preliminar da eficácia operacional do setor, uma vez que existem diversos fatores que prejudicam a composição do número, como a inexistência de fluxos precisos sobre os processos de pregão e cotação eletrônica, além deste ter sido um ano desafiador para o Setor em razão da obrigatoriedade de implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021).

O ano de 2024 apresentou desafios significativos, especialmente devido à adaptação à Nova Lei de Licitações. Apesar disso, o Serviço de Licitações conseguiu manter um bom desempenho, alcançando uma economia de 41,64% nas aquisições e garantindo a transparência dos processos. Para 2025, serão adotadas medidas para otimizar fluxos e melhorar o índice de resolutividade. Contudo ainda é necessário um investimento institucional em mecanismo de governança e modernização de estruturas, treinamento de áreas requisitantes e delegação de competências para uma efetivação adaptação as novas exigências a nova lei de compras públicas.

[1] Dispõe sobre os prazos e demais regras técnicas relativas à alimentação do Sistema de Licitações e Contratos - LicitaCon pelos órgãos



Documento assinado eletronicamente por **Diego Rodrigues Velho, Analista do Poder Judiciário - JME**, em 30/01/2025, às 18:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjms.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0162157** e o código CRC **57217FFF**.



COORDENADORIA ADMINISTRATIVA SERVIÇO DE ORÇAMENTO - SEAORÇ

Diego Rodrigues Velho
Analista do Poder Judiciário - Chefe de Equipe

Anderson Ferreira Machado
Gratificação Especial

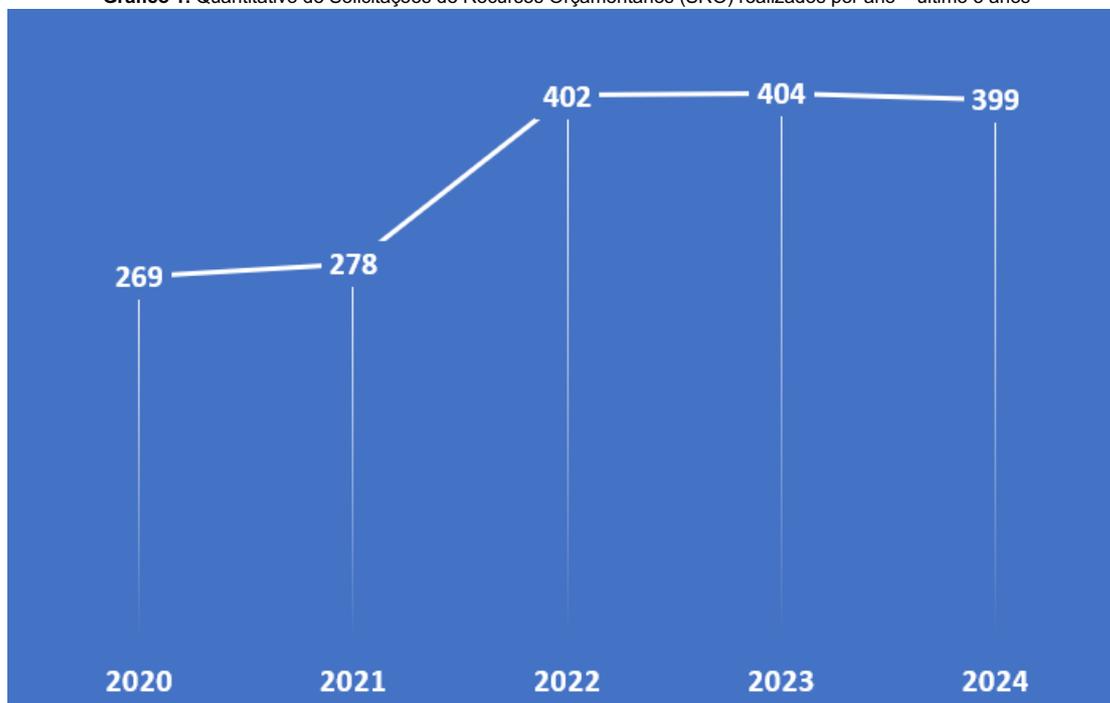
Gladimir Lemos Urrutia
Gratificação Especial

OBJETIVOS

Com as atribuições de planejamento ao controle da execução orçamentária do Tribunal, realiza - com exceção da atividade de tesouraria e da execução orçamentária da folha de pagamento - toda tramitação orçamentária necessária à manutenção das atividades da Justiça Militar Estadual.

Execução Orçamentária – Solicitações de Recursos Orçamentários (SRO)

Gráfico 1: Quantitativo de Solicitações de Recursos Orçamentários (SRO) realizados por ano – último 5 anos



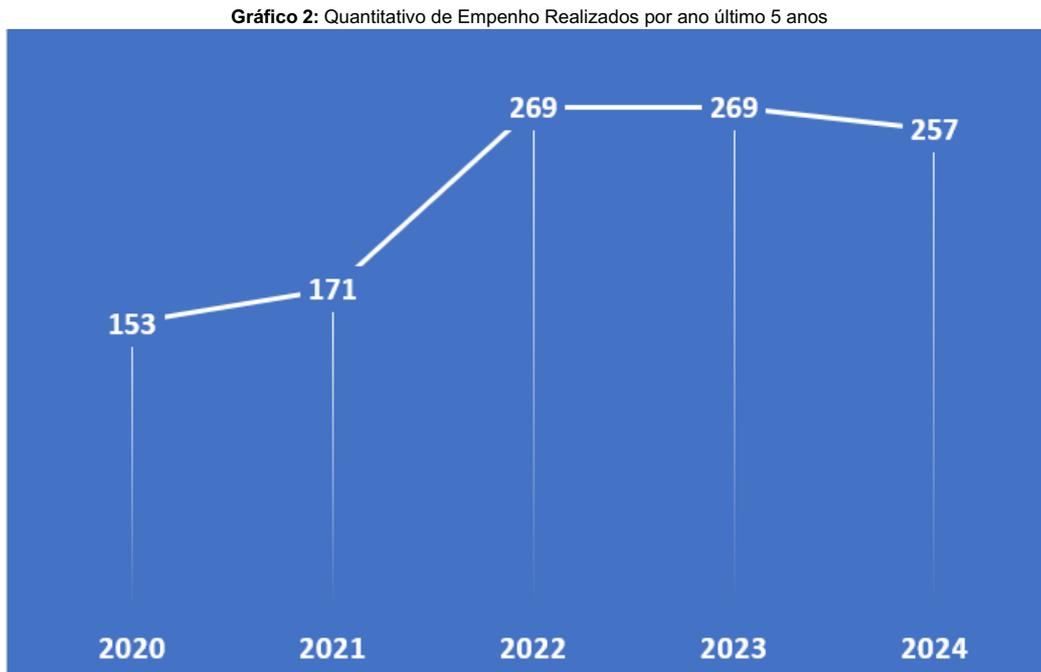
Fonte: SEFAZ/FPE

As solicitações de recursos Orçamentários visam manter despesas já comprometidas ou avaliar a viabilidade de novas aquisições/contratações. A reserva orçamentária prévia torna-se mais segura e eficiente para a gestão orçamentária, sendo efetivadas após a deliberação administrativa do dispêndio.

O processo inclui etapas como o enquadramento da despesa na estrutura programática-funcional, a estimativa segura do gasto planejado, a elaboração de informações técnicas para evidenciar o método de estimativa e o impacto no orçamento, e, após deliberação positiva, o registro no sistema FPE e a

emissão de relatório para comprovar a reserva.

Execução Orçamentária – Empenhos Solicitados



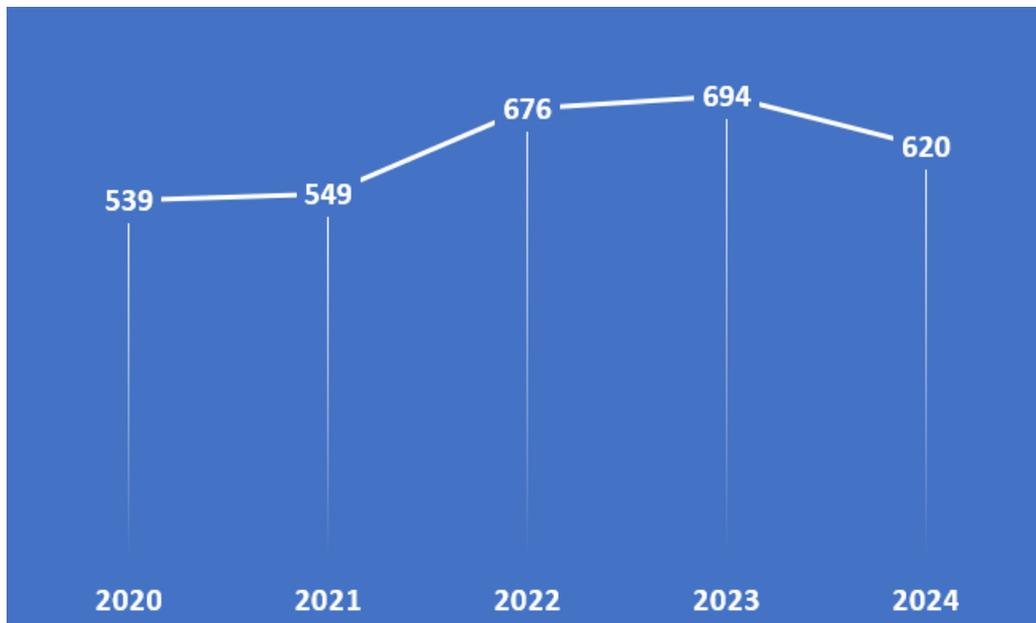
Fonte: SEFAZ/FPE

Os empenhos são resultantes de licitações, formalização contratual/aditivos ou compras diretas (exceto pronto pagamento, diárias, ressarcimento de cedidos), com as seguintes etapas:

- Detalhamento da despesa na estrutura programática e funcional;
- Verificação da dotação orçamentária, considerando a possibilidade de créditos adicionais por remanejamento;
- Análise da despesa no contrato para determinar o tipo de empenho mais adequado à gestão orçamentária;
- Verificação da regularidade fiscal da empresa, incluindo certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas;
- Alimentação do sistema FPE para formalização, ordenamento e emissão da nota de empenho pela CAGE/RS.

Execução Orçamentária – Liquidações Solicitadas

Gráfico 3: Quantitativo de liquidações realizadas por ano nos últimos 5 anos ^[1]



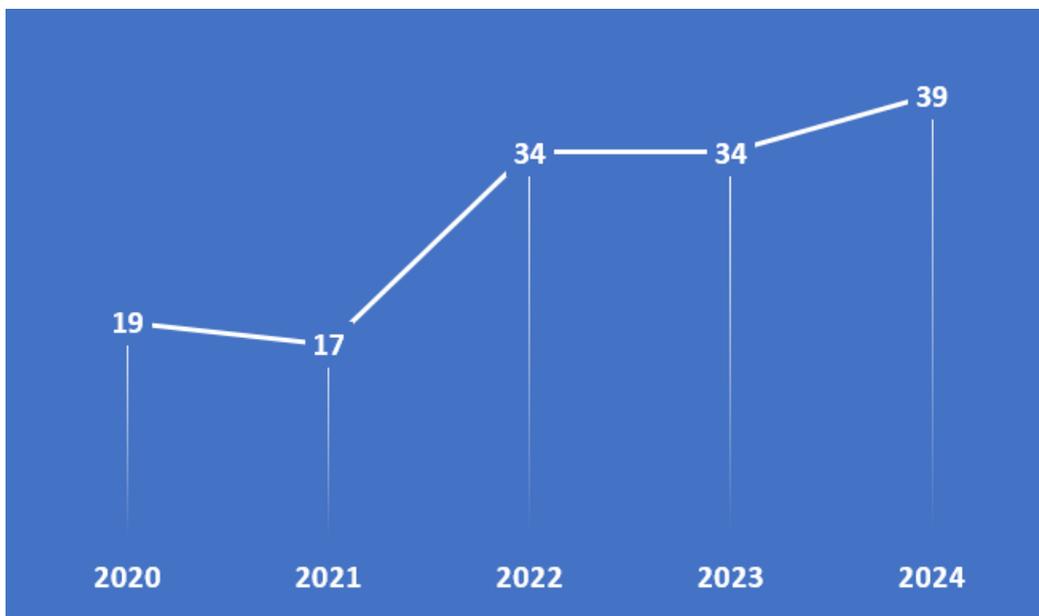
Fonte: SEFAZ/FPE

O processo de liquidação inclui as seguintes etapas:

- **Recebimento do processo "Financeiro: Pagamento a Fornecedores":** Inclui a nota fiscal e ateste de despesa pelo fiscal de contrato, atestando a prestação dos serviços ou entrega dos bens.
- **Verificação do empenho e saldo:** Confirmação do empenho e análise do saldo disponível, com complementação necessário e devidamente justificado.
- **Verificação da regularidade fiscal da empresa:** Confirmação da regularidade fiscal e trabalhista. Em caso de pendências, o processo é encaminhado ao Setor de Contratos para regularização.
- **Pagamento e comunicação à CAGE/RS em caso de inadimplência:** Caso sejam detectadas inadimplências durante o processo, a situação é informada à **CAGE/RS**.
- **Análise e inserção de dados de retenção e elaboração de guias de recolhimento de tributos:** Registro das retenções necessárias e geração das respectivas guias para recolhimento tributário.
- **Alimentação do Sistema FPE para emissão da nota de liquidação:** Os dados são inseridos no Sistema FPE, resultando na emissão da nota de liquidação pela CAGE/RS.
- **Tramitação do expediente:** O processo segue para a **CAGE/RS** e posteriormente para a **Tesouraria**, onde é finalizado o pagamento ao fornecedor.

Prestação de Contas

Gráfico 4: Quantitativo de Prestações de Contas Avaliadas por ano nos últimos 5 anos.



Fonte: SEFAZ/FPE

As Prestações de Contas envolvem a análise da documentação de gestores de verba de pronto pagamento e de servidores/magistrados que receberam Diárias antecipadas e vencidas. A atividade abrange o controle de prazos, avaliação da documentação, solicitação de devoluções ou estornos de liquidação, quando necessário, e a emissão de parecer prévio para a baixa de responsabilidade.

Demonstrativos Fiscais e de Accountability

Demonstrativo	Disponibilização	Demanda Legal	Fim Prazo
Janeiro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/jan
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/jan
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/jan
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/jan
Dados de Gestão Financeira - Inscrição de RP a Pagar Não processados	Portal Transparência	CNJ	20/jan
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/jan
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo TCE/RS	Sistema do TCE/RS Portal Transparência	LRF e TCE/RS	30/jan
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo SiConFi	SiConFi	LRF e STN	30/jan
Mapa da Execução Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	31/jan
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	31/jan
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	31/jan
Fevereiro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/fev
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/fev
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/fev
Relatório Semestral do Execução do Regime de Recuperação Fiscal	Sei do Ministério da Fazenda	STN e EXECUTIVO	15/fev
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/fev
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/fev
Justiça em Números - Dados Orçamentários	Ao Núcleo de Gestão Estratégica	CNJ	28/fev
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	31/jan
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	31/jan
Março			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/mar
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/mar
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/mar
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/mar
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/mar
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	31/mar
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	31/mar
Preparo da Prestação de Tomadas de Contas do Gestor	SIAPC/TCE-RS Portal Transparência	LRF e TCE/RS	31/mar
Abril			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/abr
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/abr
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/abr
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/abr
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/abr
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/abr
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/abr

Demonstrativo	Disponibilização	Demanda Legal	Fim Prazo
Maio			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/mai
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/mai
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/mai
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/mai
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/mai
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo TCE/RS	Sistema do TCE/RS Portal Transparência	LRF e TCE/RS	30/mai
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo SiConFi	SiConFi	LRF e STN	30/mai
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	31/mai
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	31/mai
Junho			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/jun
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/jun
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/jun
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/jun
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/jun
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/jun
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/jun
Julho			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/jul
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/jul
Relatório Semestral do Execução do Regime de Recuperação Fiscal	Sei do Ministério da Fazenda	STN e EXECUTIVO	15/fev
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/jul
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/jul
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/jul
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/jul
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/jul
Fase da Preparação p/ Elaboração do Projeto de Lei Orçamentário (Fase Interna)	-----	EXECUTIVO	28/jul
Agosto			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/ago
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/ago
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/ago
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/ago
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/ago
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	31/ago
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	31/ago
Justiça em Números - Dados Orçamentários	Remetido a NGE	CNJ	31/ago
Elaboração do Projeto de Lei Orçamentário (Fase Externa)	Sistema de Planejamento Orçamentário - SPO	EXECUTIVO	30/ago
Setembro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/set
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/set
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/set
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/set
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/set
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/set
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/set
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo TCE/RS	Sistema do TCE/RS Portal Transparência	LRF e TCE/RS	30/set
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo SiConFi	SiConFi	LRF e STN	30/set
Outubro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/out
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/out
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/out
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/out
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/out
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/out
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/out
Novembro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/nov
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/nov
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/nov
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/nov
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/nov
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/nov
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/nov
Dezembro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/dez
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/nov
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/dez
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/dez
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/dez
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/dez
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/dez

Em 2024, o Setor de Orçamento **elaborou 99 (noventa e nove)** demonstrativos para atender às normas fiscais e à prestação de contas (accountability) dos agentes públicos do Tribunal de Justiça Militar (TJM). Entre os relatórios produzidos, destacam-se os mais complexos, relacionados à coordenação da proposta orçamentária e ao plano de aplicação do orçamento no âmbito da JME.

Em julho, foi iniciado o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2025, coordenado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), com a apresentação do cronograma inicial de atividades para a inserção de dados no Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO). A execução do orçamento incluiu a elaboração de estimativas financeiras para contratos continuados, despesas indenizatórias eventuais e adiantamento de numerário. Após o encerramento do prazo para envio das solicitações orçamentárias, houve a separação das despesas em obrigatórias, como folha de pagamento e contratos essenciais, e discricionárias, que são passíveis de cortes e ajustes.



O Setor de Orçamento é responsável por fornecer informações mensais ao Conselho de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), por meio de um questionário com 8 perguntas relacionadas a atos que gerem aumento na despesa obrigatória de caráter continuado. O prazo para envio dessas informações é até o dia 15 do mês subsequente. Esse processo assegura a transparência e a conformidade com os princípios fiscais.

Além disso, o setor realiza o cadastro inicial da portaria dos ordenadores e dos atestadores de despesas, com atualizações durante o exercício. Elabora também planilhas e documentos para subsidiar outros setores na tomada de decisão e na divulgação dos gastos públicos. O trabalho contínuo permite que os demonstrativos sejam entregues de acordo com a legislação e dentro dos prazos estabelecidos, com relatórios detalhados para diferentes órgãos, como TCE/RS, STN, CNJ e PMPOA, garantindo o acompanhamento adequado das finanças públicas e da execução orçamentária.

O cronograma para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária seguiu etapas rigorosas: em julho, iniciou-se a preparação interna; em agosto, os dados foram inseridos no Sistema de Planejamento Orçamentário (SPO); e, em setembro, houve a consolidação final das informações para envio ao Executivo. Esse esforço resultou em uma estrutura robusta de planejamento orçamentário, permitindo o cumprimento das normas legais e a otimização dos recursos públicos.

Gestão de Processos Eletrônicos

Abaixo segue dados de desempenho da gestão processual do setor de orçamento:

Tabela 2: Quantitativo de Processo, Índice de Resolutividade e Tempo Médio de Cada Tipo de Processos Eletrônicos

Tipo	Tramitação	Encerrado	Índice de Resolutividade	Tempo Médio
Acesso a Sistemas	2	2	100,00%	2d 9h
Administrativo: Encerramento do Exercício	2	2	100,00%	13d 16h
Aquisição	2	2	100,00%	5d 6h
Atas	2	2	100,00%	23h
Auditoria Interna	1	1	100,00%	3h
CAGE: Avaliação e Registro de Passivos Contingentes	1	1	100,00%	3d 18h
Capacitação de Servidores/Magistrados	12	12	100,00%	13d 18h
Consultas/Orientações/Providências	2	2	100,00%	3d 22h
Contratação de Serviços	2	2	100,00%	14d 22h
Contratação/Pagamento de Serviços	2	1	50,00%	183d 17h
Contratação: Material e/ou Serviços	48	43	89,58%	15d
Convênios	18	15	83,33%	28d 12h
Cursos	2	2	100,00%	27d 2h
Encaminhamento/providências	4	4	100,00%	6d 4h

Financeiro: Adiantamento de Numerário	22	21	95,45%	9d 23h
Financeiro: Pagamento a Fornecedores	476	461	96,85%	16d 9h
Financeiro: Pagamento de Perícia	3	3	100,00%	20d 15h
Financeiro: Pedidos de Diárias e Passagens	55	55	100,00%	8d 12h
Financeiro: Prestação de Contas	11	11	100,00%	6d 16h
Geral: Apresentação de Atividades de Cursos/Comissões	3	3	100,00%	9d 8h
Gestão de Contratos: Alteração Contratual	30	28	93,33%	23d 17h
Gestão de Contratos: Formalização Contratual	25	25	100,00%	29d 17h
Gestão de Contratos: Registros da Fiscalização	3	3	100,00%	7h
Gestão Estratégica: Acompanhamento do Prêmio Qualidade	4	4	100,00%	4d 11h
Inventário	1	1	100,00%	19h
Movimentação de Material	5	5	100,00%	12h
Outros (Sigilo)	4	3	75,00%	94d 23h
Pagamento de Diárias	1	1	100,00%	
Proposta de Resolução	2	2	100,00%	28d 15h
Proposta Orçamentária	1	1	100,00%	5d 22h
Protocolo Administrativo	22	22	100,00%	9d 5h
Publicações	5	5	100,00%	9d 20h
Recursos Humanos: Auxílio pré-escolar	2	2	100,00%	3d 3h
Recursos Humanos: Concessão de vantagens	3	3	100,00%	15d 16h
Recursos Humanos: Plano de Férias	1	1	100,00%	14d 23h
Recursos Humanos: Portaria	4	4	100,00%	9d 7h
Relatório Anual de Atividades	3	3	100,00%	7d 10h
Relatório Estatístico	2	2	100,00%	21h
Requerimento Administrativo	2	2	100,00%	10d 11h
Requisição	1	1	100,00%	1d 20h
Viagem de Desembargador Militar	1	1	100,00%	1d 19h
Viagem de Representação: Magistrados/Servidores	7	7	100,00%	5d 4h
TOTAL:	799	771	96,50%	15d 22h

*Fórmula do Índice de Resolutividade: (Processos Concluídos) / (Processos Tramitados) x 100
Fonte: Sistema de Estatísticas Sei*

O quadro acima permite analisar quais são os tipos de processos que chegam ao setor, traçando um perfil de atividades desempenhadas. Em **2024** tramitaram no Serviço de Orçamentos **799 processos administrativos**, sendo a maioria deles o processo de **"Financeiro: Pagamento a Fornecedores"**, correspondente a **60% dos processos**.

Ainda evidencia um grau de incerteza usuários do SEI na criação dos processos. Se antes era gerado pela criação de processos com tipo genérico, "Encaminhamento/ Providências", em 2024 se evidencia ainda uma necessidade eliminar "Protocolo Administrativo" em razão de ser um tipo de processo genérico e com denominação redundante. Alguns destes já foram eliminados no decorrer do ano de 2024, o que nos resta é verificar se a medida será eficaz através do acompanhamento de 2025.

O índice de resolutividade tenta ainda, como ferramenta rudimentar, mensurar a eficácia do setor na resolução das demandas que são encaminhadas formalmente via processo. A **meta interna** do setor estipula que, a **cada dez (10) processos, nove (9) tenham resolução** no período apurado, o que foi superado pelo setor que chegou ao índice de resolutividade de **96,5% em 2024**, representando uma consistência quando analisado com os anos anteriores: **97% em 2022 e 2023; 98% em 2021; 97% em 2020 e 98% em 2019**.

Se o índice de resolutividade é ferramenta rudimentar para analisar a eficácia do setor na tramitação de seus processos, a estimativa de tempo médio, se obtida com a devida padronização na tipificação processual e mensurada com determinada frequência, pode ser adaptada como ferramenta de mensuração da eficiência. Assim, em **2024** se identificou que um processo fica em média **15 dias** na unidade, o que foi um aumento de tempo se comparado com anos anteriores (**19 dias em 2022 e 13 dias em 2023**), já no caso do tipo de processo que mais tramita unidade: **"Pagamento a Fornecedores"**. O processo fica **16 dias em média** no setor até sua conclusão, em referência **anteriores (8 dias em 2022**

e 14 dias em 2023).

Conclusão

Em 2024, o Serviço de Orçamento (SEAORÇ) consolidou suas atividades como um pilar estratégico na gestão orçamentária e financeira da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados apresentados evidenciam o cumprimento eficiente das obrigações legais, a transparência na prestação de contas e o monitoramento contínuo dos processos administrativos.

O setor superou sua meta interna de resolutividade, atingindo 96,5%, reflexo do comprometimento da equipe na tramitação de demandas críticas, como os pagamentos a fornecedores e a formalização contratual. Entretanto, foi identificado um aumento no tempo médio de tramitação de processos em comparação a anos anteriores, o que direciona o planejamento para a adoção de medidas corretivas. Uma das sugestões oferecidas à administração foi a criação da estrutura de fiscal administrativo dedicada aos contratos terceirizados. Essa medida, se implantada, poderá trazer ganhos significativos na agilidade dos processos de liquidação e pagamento, ao garantir um acompanhamento mais eficiente e contínuo.

No campo dos sistemas de finanças públicas, o SEAORÇ desempenhou um papel fundamental ao auxiliar a área de contratos na implantação do módulo de contratos no sistema, promovendo maior integração e eficiência processual. Para 2025, o setor planeja evoluir ainda mais na automatização dos processos financeiros, com o avanço da utilização do módulo integrador financeiro no Sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE), o que deve reduzir retrabalhos e otimizar fluxos internos.

Os esforços realizados ao longo do ano para padronizar procedimentos, eliminar redundâncias e integrar tecnologias refletem o compromisso contínuo com a melhoria da eficiência interna. As lições aprendidas servirão como base para a implementação de novos mecanismos de controle e otimização, garantindo a sustentabilidade financeira e operacional da instituição.

Dessa forma, o SEAORÇ reafirma seu papel estratégico e se posiciona para um 2025 de evolução e inovação, com foco na melhoria contínua e na excelência na gestão orçamentária e financeira.

[1] Neste ano de divulgação os dados foram ajustados para que não fossem contados os estornos e as liquidações automáticas, representando assim de forma mais fidedigna o volume de trabalho feito pelo Setor de Orçamento.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Rodrigues Velho, Analista do Poder Judiciário - JME**, em 04/02/2025, às 19:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gladimir Lemos Urrutia, Servidor**, em 05/02/2025, às 15:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Machado Ferreira, Servidor**, em 05/02/2025, às 15:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjms.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0162303** e o código CRC **9CE16542**.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

Setor de Material

Direção-Geral / Coordenadoria Administrativa / Serviço de Material

Servidores que compõem o Serviço de Material e Patrimônio:

1. Carlos Cesar Avila
2. Cássio Garcia Lacerda
3. Irton Queledi de Oliveira
4. Marcelo Vilela Stam
5. Laigner Maderson da Cunha
6. Luciano Bitencourt Alves
7. Ulisses da Silva Umpierre dos Santos – Estagiário

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE MATERIAL:

1. Atender o Tribunal de Justiça Militar, 1ª e a 2ª Auditorias da Capital e as Auditorias de Santa Maria e de Passo Fundo, nos serviços de manutenção predial, conservação predial e limpeza, distribuição de material de consumo e patrimonial.
2. O setor de Material é responsável em orçar, adquirir, armazenar, controlar, conservar e distribuir os bens permanentes e de consumo, visando a suprir as necessidades do TJM-RS.
3. É responsável pelo controle da saída dos materiais de consumo (expediente, higiene e limpeza e suprimentos de informática) do almoxarifado para todos os setores do TJM-RS, bem como a confecção de mapas mensais de controle de materiais de consumo enviando aos setores responsáveis para este controle.
4. É responsável pelo controle patrimonial da carga, descarga, movimentação e doação de materiais permanentes novos e usados do TJM-RS e suas Auditorias.
5. Executa o controle de renovação e fiscalização e execução dos contratos das empresas prestadoras de serviços terceirizados (manutenção de ar condicionado, manutenção elevador, limpeza do prédio TJM-RS e Auditorias e dedetização e higienização caixa d'água TJM-RS).
6. Instalação do novo Sistema Polis Thema para acompanhamento e controle da carga patrimonial do TJM-RS.
7. O Setor é responsável pela elaboração e encaminhamento dos processos para pagamento mensal das contas de energia elétrica (CEEE Equatorial), água(DMAE), Serviço terceirizado de limpeza (Empresa NS Serviços), Empresa Ambiental Max na Dedetização dos prédios Sede TJM e Segunda Auditoria Militar, bem como na fiscalização dos contratos de cada empresa acima citada.
8. Realiza outras tarefas como:

- a. Solicitação de orçamentos.
 - b. Elaboração de Documento de Formalização de Demandas (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), Mapa de Risco, documentos estes exigidos pela nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, para todos os processos de compras atinentes ao Setor de Material do TJM-RS para Licitação ou Dispensa de Licitação.
 - c. Elaboração de orçamentos prévios para as aquisições conforme a necessidade do TJM-RS ao longo do ano, com suas especificações técnicas.
 - d. Apoio em eventos que ocorrem durante o ano em plenário e também apoiando a Segurança do TJM-RS quando necessário.
 - e. Executa as manutenções com a compra de material ou serviço de pequeno valor, através da verba de pronto pagamento, utilizado conforme necessário no TJM-RS.
 - f. Participações em Cursos na área de licitações com a elaboração de documentos a serem juntados nos processos de aquisição de materiais e serviços necessários ao TJM-RS.
- Segue em anexo, acompanhamento especial gerado no SEI (0162245, 0162243 e 0162242) respectivamente.

9. O fato marcante durante o ano de 2024, e que entrou para a história do TJM-RS, foi a enchente ocorrida no mês de maio, que assolou todo o Estado, inundando grande parte da Capital, atingindo o prédio do TJM e Segunda Auditoria Militar, sendo ambos afetados pelas águas com mais de um metro, e permanecendo assim por cerca de 16 (dezesseis) dias, causando muitos transtornos administrativos e perdas de materiais, mais especificamente no Almoxarifado, pois fica localizado no térreo do prédio.

9.1. Devido a este fato, o TJM ficou sem energia elétrica, pois atingiu também a central de energia no térreo, sendo necessário o engajamento de todos servidores, na limpeza reorganização do Setor, para realizar a limpeza juntamente com a empresa terceirizada NS Serviços, e a retirada dos materiais (higiene e limpeza, computadores, móveis em geral) para serem levados para descarte, tanto na Segunda Auditoria como na Sede TJM no Almoxarifado.

Porto Alegre, 31 de Janeiro de 2024.

Luciano Bitencourt Alves
Setor de Material



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO BITENCOURT ALVES**, Servidor, em 31/01/2025, às 13:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjmrs.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0162241** e o código CRC **7F329943**.

	Processo	Usuário	Data	Grupo	Observação
	9.2024.0700.000784-1	luciano-alves	07/06/2024 12:59:43	Compras e contratações 2024	Pagamento Ambiental Max desinsetização 20-04-24
	9.2024.0700.000783-3	laigner-maderson	08/06/2024 12:14:35	Pagamento DMAE	Pagamento DMAE abril 2024
	9.2024.0700.000758-2	laigner-maderson	04/06/2024 20:49:17	NS SERVIÇOS_2024	Pagamento NS Serviços mês mai_jun 2024
	9.2024.0700.000757-4	luciano-alves	03/06/2024 18:25:39	PAGAMENTO CEEE	Pagamento CEEE Abril 2024
	9.2024.0700.000729-9	laigner-maderson	27/05/2024 20:11:54	pagamento NS serviços	Pagamento NS Serviços_mês Abr_Mai
	9.2024.0700.000698-5	laigner-maderson	09/07/2024 17:58:22	NO BICO	Contratação de Estagiário
	9.2024.0700.000692-6	laigner-maderson	25/04/2024 17:18:55	Pronto Pagamento 2024	Pronto Pagamento Maderson - Abr_Mai
	9.2024.0700.000664-0	laigner-maderson	22/04/2024 18:36:33	Pagamento Alcer	Pagamento Abril 2024
	9.2024.0700.000655-1	laigner-maderson	19/04/2024 15:58:02	Pagamento DMAE	Pagamento DMAE março 2024
	9.2024.0700.000651-9	luciano-alves	05/09/2024 14:38:01	Solicitação Des.Brum 01 Smart Tv e 03 Quadros bracos	Solicitação compra 01 Smart TV 43 e 03 Quadros 1,20X0,90cm
	9.2024.0700.000627-6	luciano-alves	16/04/2024 13:25:00	PAGAMENTO CEEE	Pagamento CEEE Março 2024.
	9.2024.0700.000584-9	luciano-alves	05/04/2024 14:29:22	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Sirmatech Março 2024.
	9.2024.0700.000517-2	laigner-maderson	01/04/2024 17:28:09	NO BICO	Consulta renovação NS Serviço
	9.2024.0700.000502-4	laigner-maderson	27/03/2024 16:15:23	pagamento NS serviços	Pagamento NS Serviços - mês fev_mar 2024
	9.2024.0700.000498-2	luciano-alves	26/03/2024 15:18:15	Pronto Pagamento 2024	Pronto Pagamento Alves Abril 2024.
	9.2024.0700.000492-3	laigner-maderson	25/03/2024 16:42:31	Pagamento Alcer	Pagamento Alcer, mês março 2024
	9.2024.0700.000476-1	laigner-maderson	05/08/2024 17:02:45	NO BICO	Porta entrada TJM
	9.2024.0700.000475-3	carlos-avila	20/03/2024 16:38:13	Informativo Água Mineral	
	9.2024.0700.000453-2	laigner-maderson	28/03/2024 18:32:09	NO BICO	Informação rfr Vazamento Telhado
	9.2024.0700.000422-2	luciano-alves	13/03/2024 18:18:10	Patrimonio	Orçamentos conserto bebedouro IBBL
	9.2024.0700.000414-1	cassio-lacerda	16/04/2024 16:54:22	APURAÇÃO DE BENS 2024	
	9.2024.0700.000378-1	laigner-maderson	07/03/2024 16:41:32	Pagamento DMAE	DMAE pagamento Fev 2024
	9.2024.0700.000367-6	luciano-alves	06/03/2024 17:38:29	Compras e contratações 2024	Contratação Seguro Corolla XEI 2023-2024.
	9.2024.0700.000353-6	luciano-alves	05/03/2024 16:52:23	PAGAMENTO CEEE	Pagamento CEEE Fevereiro 2024.
	9.2024.0700.000351-0	luciano-alves	05/03/2024 15:03:02	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Sirmatech Fevereiro 2024.

<u>9.2024.0700.000332-3</u>	laigner-maderson	05/03/2024 17:11:34	pagamento NS serviços	Pagamento NS Serviços, mês Jan_Fev_2024
<u>9.2024.0700.000296-3</u>	luciano-alves	23/02/2024 09:33:41	Pagamento CEEE 2024	Pagamento CEEE Janeiro 2024
<u>9.2024.0700.000291-2</u>	laigner-maderson	22/02/2024 16:34:38	Pagamento Alcer	Pagamento mês Fevereiro 2024
<u>9.2024.0700.000270-0</u>	luciano-alves	24/04/2024 18:00:21	Compras e contratações 2024	
<u>9.2024.0700.000248-3</u>	luciano-alves	16/02/2024 10:25:37	Compras e contratações 2024	Pagamento Veículo Toyota Corolla XEI 2024.
<u>9.2024.0700.000243-2</u>	laigner-maderson	15/02/2024 14:51:21	Pagamento DMAE	Pagamento rfr mês Janeiro 2024
<u>9.2024.0700.000238-6</u>	luciano-alves	14/02/2024 18:13:25	Pagamento Dedetização	Pagamento Ambiental Max
<u>9.2024.0700.000195-9</u>	luciano-alves	07/02/2024 16:58:04	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Sirmatech Janeiro 2024.
<u>9.2024.0700.000179-7</u>	laigner-maderson	06/02/2024 14:49:29	Pronto Pagamento 2024	Fevereiro 2024- Maderson
<u>9.2024.0700.000138-0</u>	laigner-maderson	29/01/2024 17:29:54	pagamento NS serviços	Pagamento NS Serviços mês Dez 2023_Jan 2024
<u>9.2024.0700.000120-7</u>	laigner-maderson	23/01/2024 17:01:00	Pagamento Alcer	Pagamento referente mês Janeiro 2024
<u>9.2024.0700.000089-8</u>	luciano-alves	22/02/2024 20:48:24	Pagamento DMAE	Pagamento DMAE Dezembro 2023
<u>9.2024.0700.000081-2</u>	luciano-alves	16/01/2024 17:39:13	Compras e contratações 2024	Pagamento IPTU-TCL TJM 2024
<u>9.2024.0700.000043-0</u>	luciano-alves	10/01/2024 14:24:13	PAGAMENTO CEEE	Pagamento CEEE Dezembro de 2023.
<u>9.2024.0700.000022-7</u>	luciano-alves	08/01/2024 17:28:19	Pronto Pagamento 2024	Pronto Pagamento Alves Janeiro 2024.
<u>9.2024.0700.000021-9</u>	luciano-alves	08/01/2024 16:16:06	Pagamento Alcer	Pagamento Alcer Dezembro 2023.
<u>9.2024.0700.000009-0</u>	luciano-alves	08/01/2024 16:46:20	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Sirmatech Dezembro 2023.

	Processo	Usuário	Data	Grupo	Observação
	9.2024.0700.001380-9	cassio-lacerda	10/10/2024 14:42:01	INVENTÁRIO 2024	ALMOX
	9.2024.0700.001352-3	luciano-alves	07/10/2024 13:59:54	Pagamento CEEE 2024	Pagamento CEEE Setembro 2024.
	9.2024.0700.001343-4	laigner-maderson	04/10/2024 15:13:38	Pagamento DMAE	Pagamento DMAE mês Setembro 2024
	9.2024.0700.001339-6	luciano-alves	04/10/2024 13:48:05	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Sirmatech Setembro 2024.
⚠	9.2024.0700.001334-5	laigner-maderson	03/10/2024 18:10:47	NS SERVIÇOS_2024	Pagamento rfr mês de Setembro 2024
⚠	9.2024.0700.001314-0	luciano-alves	03/10/2024 12:18:37	Todos	Não renovação Sirmatech
⚠	9.2024.0700.001312-4	luciano-alves	03/10/2024 12:16:35	Todos	Renovação Contrato Ambiental Max
	9.2024.0700.001297-7	laigner-maderson	30/09/2024 18:35:14	NO BICO	Ar condicionado Assessoria de Comunicação
⚠	9.2024.0700.001285-3	laigner-maderson	27/09/2024 14:00:34	Licitação para Contratação de Serviço	Licitação Contratação Elevador
	9.2024.0700.001283-7	laigner-maderson	26/09/2024 17:32:15	Pagamento Alcer	Pagamento ALCER mês Setembro 2024
	9.2024.0700.001265-9	laigner-maderson	10/10/2024 14:38:09	NO BICO	Aquisição garrafas squeezess
	9.2024.0700.001213-6	luciano-alves	09/09/2024 18:24:56	PAGAMENTO CEEE	Pagamento CEEE Agosto 2024.
	9.2024.0700.001167-9	luciano-alves	02/09/2024 15:06:11	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Sirmatech Agosto 2024.
	9.2024.0700.001153-9	luciano-alves	29/08/2024 16:52:59	Compras e contratações 2024	Troca Piso 3º Andar TJM-RS
	9.2024.0700.001149-0	laigner-maderson	27/08/2024 18:36:38	NS SERVIÇOS_2024	Pagamento NS Serviços -rfr mês Jul_Ago 2024
	9.2024.0700.001135-0	laigner-maderson	23/08/2024 15:15:17	Pagamento Alcer	Pagamento ALCER Agosto
	9.2024.0700.001126-1	luciano-alves	21/08/2024 17:46:33	Pagamento DMAE	Pagamento DMAE Agosto 2024.
	9.2024.0700.001093-1	luciano-alves	15/08/2024 17:00:09	Pronto Pagamento 2024	Pronto Pagamento Alves Agosto 2024.
	9.2024.0700.001088-5	laigner-maderson	12/08/2024 16:01:35	Pagamento Alcer	Pagamento conserto do Elevador
	9.2024.0700.001080-0	laigner-maderson	10/09/2024 16:33:43	Licitação para Contratação de Serviço	Licitação contratação Sv Elevador
	9.2024.0700.001074-5	laigner-maderson	07/08/2024 16:22:11	Pagamento Alcer	Referente mês maio 2024
	9.2024.0700.001063-0	luciano-alves	06/08/2024 18:02:20	PAGAMENTO CEEE	Pagamento CEEE Julho 2024.
	9.2024.0700.001042-7	luciano-alves	02/08/2024 14:11:30	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Sirmatech Julho 2024.
↑	9.2024.0700.001021-4	laigner-maderson	26/07/2024 17:14:17	Pagamento Alcer	Pagamento ALCER mês Julho 2024
	9.2024.0700.001015-0	luciano-alves	26/07/2024 15:26:54	Pagamento Dedetização	Pagamento AmbientalMax
	9.2024.0700.001009-5	laigner-maderson	24/07/2024 18:30:06	pagamento NS serviços	Pagamento mês Jun_Jul 2024

	9.2024.0700.001003-6	cassio-lacerda	23/07/2024 15:52:39	apuração bens não encontrados	corr
	9.2024.0700.000996-8	cassio-lacerda	22/07/2024 14:16:33	apuração bens não encontrados	principal atualizado
	9.2024.0700.000991-7	cassio-lacerda	19/07/2024 19:25:17	apuração bens não encontrados	gab 302
	9.2024.0700.000990-9	cassio-lacerda	19/07/2024 19:19:02	apuração bens não encontrados	gab 305
	9.2024.0700.000989-5	cassio-lacerda	19/07/2024 19:03:07	apuração bens não encontrados	gab 303
	9.2024.0700.000988-7	cassio-lacerda	19/07/2024 19:02:45	apuração bens não encontrados	almox
	9.2024.0700.000986-0	cassio-lacerda	19/07/2024 19:00:16	apuração bens não encontrados	com social
	9.2024.0700.000985-2	cassio-lacerda	19/07/2024 19:00:30	apuração bens não encontrados	ass jud
	9.2024.0700.000984-4	cassio-lacerda	19/07/2024 19:00:49	apuração bens não encontrados	2 aud
	9.2024.0700.000983-6	cassio-lacerda	19/07/2024 19:03:32	apuração bens não encontrados	1 aud
	9.2024.0700.000965-8	luciano-alves	17/07/2024 19:33:47	PAGAMENTO CEEE	Pagamento CEEE Junho 2024
	9.2024.0700.000952-6	laigner-maderson	15/07/2024 16:29:27	Pronto Pagamento 2024	Pronto Pagamento Maderson Jul_Ago 2024
	9.2024.0700.000895-3	luciano-alves	04/07/2024 12:58:21	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Sirmatech Junho 2024
	9.2024.0700.000864-3	laigner-maderson	02/07/2024 15:58:34	NS SERVIÇOS_2024	Pagamento mês junho 2024
	9.2024.0700.000862-7	laigner-maderson	28/06/2024 13:54:48	NS SERVIÇOS_2024	Serviço extra - enchente
	9.2024.0700.000854-6	luciano-alves	25/06/2024 18:46:34	Pagamento CEEE 2024	Pagamento CEEE Maio 2024
	9.2024.0700.000847-3	laigner-maderson	03/07/2024 18:15:16	Pronto Pagamento 2024	Abertura cofre
	9.2024.0700.000846-5	luciano-alves	23/06/2024 11:00:47	Compras e contratações 2024	Conserto Elevador TJM-RS
	9.2024.0700.000845-7	laigner-maderson	21/06/2024 20:18:14	Pagamento Alcer	Pagamento ALCER referente mês junho 2024
	9.2024.0700.000817-1	cassio-lacerda	14/10/2024 14:54:37	bens da enchente maio 2024	
	9.2024.0700.000815-5	luciano-alves	13/06/2024 18:56:37	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Sirmatech Maio 2024.
↑	9.2024.0700.000812-0	carlos-avila	02/08/2024 14:07:20	Pronto Pagamento 2024	Pronto pagamento Severo Julho 2024
	9.2024.0700.000798-1	luciano-alves	11/06/2024 15:58:36	Pronto Pagamento 2024	Pronto Pagamento Alves Junho
	9.2024.0700.000785-0	luciano-alves	07/06/2024 15:59:33	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Abril Sirmatech

	Processo	Usuário	Data	Grupo	Observação
	9.2025.0700.000009-6	luciano-alves	07/01/2025 13:42:37	Pagamento CEEE 2024	Pagamento CEEE Dezembro 2024.
	9.2024.0700.001721-9	cassio- lacerda	19/12/2024 13:42:37	Doações recebidas 2025	doação TJ 2024/25
	9.2024.0700.001718-9	cassio- lacerda	18/12/2024 18:54:34	BAIXAS 2025	Bens de TI aguardam baixa
	9.2024.0700.001713-8	laigner- maderson	16/12/2024 17:55:33	NS SERVIÇOS_2024	Pagamento NS Serviços mês de Dezembro
	9.2024.0700.001710-3	laigner- maderson	16/12/2024 17:56:16	NS SERVIÇOS_2024	Pagamento NS Serviços mês Novembro 2024
	9.2024.0700.001668-9	cassio- lacerda	06/12/2024 15:58:17	INVENTÁRIO 2024	Copa-Bar
	9.2024.0700.001650-6	luciano-alves	05/12/2024 13:12:28	Pagamento CEEE 2024	Pagamento CEEE Novembro 2024.
	9.2024.0700.001632-8	luciano-alves	03/12/2024 13:19:51	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Sirmatech Novembro 2024.
	9.2024.0700.001623-9	laigner- maderson	02/12/2024 16:38:15	Pagamento Alcer	Pagamento ALCER mês de Outubro 2024
	9.2024.0700.001615-8	laigner- maderson	28/11/2024 18:34:05	Pagamento Alcer	Pagamento ALCER mês de novembro
	9.2024.0700.001614-0	cassio- lacerda	28/11/2024 16:21:14	INVENTÁRIO 2024	Segurança
	9.2024.0700.001612-3	cassio- lacerda	28/11/2024 15:12:07	INVENTÁRIO 2024	Portaria TJM
	9.2024.0700.001609-3	cassio- lacerda	27/11/2024 16:59:24	INVENTÁRIO 2024	Principal
	9.2024.0700.001566-6	luciano-alves	21/11/2024 20:31:37	Renovação Contratual CEEE	Renovação Contratual CEEE
	9.2024.0700.001565-8	luciano-alves	27/11/2024 18:17:50	Férias	Plano de Férias Setor Material 2025.
	9.2024.0700.001562-3	luciano-alves	14/11/2024 17:31:39	Pagamento Dedetização	Pagamento AmbientalMax 05-10-24
	9.2024.0700.001524-0	luciano-alves	06/11/2024 18:44:03	Pagamento CEEE 2024	Pagamento CEEE Outubro 2024.
	9.2024.0700.001515-1	luciano-alves	06/11/2024 15:55:58	Renovação de Contrato	Renovação DMAE
	9.2024.0700.001508-9	laigner- maderson	06/11/2024 17:07:20	NS SERVIÇOS_2024	Pagamento NS Serviços mês Out_Nov_2025
	9.2024.0700.001501-1	luciano-alves	05/11/2024 18:09:10	Pronto Pagamento 2024	Pronto Pagamento Novembro Alves
	9.2024.0700.001489-9	luciano-alves	01/11/2024 17:42:54	PAGAMENTO SIRMATECH	Pagamento Sirmatech Outubro 2024.
	9.2024.0700.001460-0	cassio- lacerda	06/11/2024 14:58:21	INVENTÁRIO 2024	coord. informática
	9.2024.0700.001458-9	cassio- lacerda	06/12/2024 16:34:00	INVENTÁRIO 2024	Coordenadoria Adm
	9.2024.0700.001449-0	cassio- lacerda	24/10/2024 18:04:17	INVENTÁRIO 2024	Ass. Jurídica
	9.2024.0700.001443-0	cassio- lacerda	23/10/2024 17:54:04	INVENTÁRIO 2024	Ass. Militar
	9.2024.0700.001442-2	cassio- lacerda	23/10/2024 17:26:11	INVENTÁRIO 2024	Biblioteca
	9.2024.0700.001439-2	cassio- lacerda	23/10/2024 17:05:17	INVENTÁRIO 2024	4 AUD

	<u>9.2024.0700.001438-4</u>	cassio-lacerda	24/10/2024 14:00:49	INVENTÁRIO 2024	GAB. Presidencial
	<u>9.2024.0700.001437-6</u>	cassio-lacerda	24/10/2024 14:01:01	INVENTÁRIO 2024	GAB. 307
	<u>9.2024.0700.001435-0</u>	cassio-lacerda	24/10/2024 14:01:23	INVENTÁRIO 2024	GAB. 303
	<u>9.2024.0700.001434-1</u>	cassio-lacerda	24/10/2024 14:01:29	INVENTÁRIO 2024	GAB. 302
	<u>9.2024.0700.001431-7</u>	cassio-lacerda	24/10/2024 14:02:14	INVENTÁRIO 2024	GAB. 306. CORREGEDORIA
	<u>9.2024.0700.001430-9</u>	cassio-lacerda	22/10/2024 18:15:11	INVENTÁRIO 2024	NGE
	<u>9.2024.0700.001429-5</u>	laigner-maderson	22/10/2024 17:17:21	Pagamento DMAE	Pagamento mês Outubro 2024
	<u>9.2024.0700.001425-2</u>	cassio-lacerda	22/10/2024 15:01:19	INVENTÁRIO 2024	NCI
	<u>9.2024.0700.001424-4</u>	cassio-lacerda	21/10/2024 18:11:02	INVENTÁRIO 2024	Sec. do Plenário
	<u>9.2024.0700.001412-0</u>	cassio-lacerda	16/10/2024 15:56:42	INVENTÁRIO 2024	Ass. de Comunicação Social.
	<u>9.2024.0700.001410-4</u>	cassio-lacerda	16/10/2024 15:36:31	INVENTÁRIO 2024	DIREÇÃO - GERAL
	<u>9.2024.0700.001406-6</u>	cassio-lacerda	28/11/2024 14:06:05	INVENTÁRIO 2024	GAB. 305 NOVA DES. GABRIELA
	<u>9.2024.0700.001405-8</u>	cassio-lacerda	24/10/2024 14:01:16	INVENTÁRIO 2024	GAB. 304 AMILCAR
	<u>9.2024.0700.001386-8</u>	cassio-lacerda	10/10/2024 18:04:29	INVENTÁRIO 2024	3 AUD
	<u>9.2024.0700.001385-0</u>	cassio-lacerda	10/10/2024 16:37:10	INVENTÁRIO 2024	2 Aud
	<u>9.2024.0700.001384-1</u>	laigner-maderson	10/10/2024 18:23:31	NS SERVIÇOS_2024	Informação descumprimento contrato
	<u>9.2024.0700.001383-3</u>	cassio-lacerda	10/10/2024 15:42:16	INVENTÁRIO 2024	1 Aud
	<u>9.2024.0700.001381-7</u>	cassio-lacerda	10/10/2024 15:06:37	INVENTÁRIO 2024	Protocolo

**NÚCLEO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA
RELATÓRIO ANUAL 2024**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

RELATÓRIO DO NÚCLEO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA

O Núcleo de Biblioteca e Memória do Tribunal foi criado, em 12 de fevereiro de 2015, com a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, n. 5.496, do novo Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado. Entretanto, o órgão administrativo se origina oficialmente, em 1972, com o antigo Regulamento da Corte de Apelação que criou a Biblioteca Fernando da Silva Bastos. Porém, acredita-se que a Biblioteca exista desde 1940, quando houve a promulgação do Decreto-Lei n. 47 que reorganizou a Justiça Militar do Estado e transformou o Conselho de Apelação em Corte de Apelação. Atualmente, o Núcleo está subordinado a Escola Judicial Militar conforme determina a Resolução nº 273/2022 do TJMRS.

O Núcleo de Biblioteca e Memória é o órgão incumbido de organizar, manter, conservar e atualizar o acervo de memória institucional, doutrina, legislação e jurisprudência do Tribunal, bem como elaborar e executar pesquisas de informações subsidiárias aos trabalhos jurisdicionais e administrativos da Justiça Militar do Estado. Desde suas origens até a presente data, a Unidade visa oferecer eficiência e qualidade nos produtos e serviços prestados aos integrantes da JMERS e aos cidadãos.

O Núcleo de Biblioteca e Memória, em 2024, manteve seu funcionamento com a seguinte equipe: Francine Feldens, Analista do Poder Judiciário JMERS – Apoio Especializado Biblioteconomia, como Coordenadora; Rejane Maria Di Leone, Técnica Judiciária e Mariana Machado Santos, Estagiária de Biblioteconomia.

1. SERVIÇO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO DE DOUTRINA, DE LEGISLAÇÃO E DE JURISPRUDÊNCIA

As atribuições do Serviço de Processamento Técnico compreendem: a) selecionar livros e publicações periódicas, nacionais e estrangeiras e propor à Direção-Geral sua aquisição; b) revisar,

registrar, classificar, catalogar e indexar livros e publicações periódicas e prepará-los, devidamente, para a circulação; c) fazer a leitura dos diários assinados e examinar as publicações oficiais do interesse da Justiça Militar do Estado; d) orientar o serviço de limpeza e conservação do acervo; e) preparar para a encadernação ou restauração os volumes que se encontrem em mau estado de conservação; f) propor à Direção-Geral a descarga do material inutilizado ou obsoleto, lavrando-se termos desta; g) organizar e manter as coleções e os catálogos de obras que se tornarem necessários; e h) revisar o acervo para verificação de eventual extravio de obras.

A seguir, estão registradas as atribuições regulamentares do NBIBM desenvolvidas em 2024. As atividades referentes ao processamento técnicos das obras bibliográficas e virtuais são realizadas pela Bibliotecária Francine Feldens e pela estagiária de Biblioteconomia Mariana Machado Santos.

1. Seleção de Livros e Periódicos para Aquisição

As obras para composição do acervo do Núcleo de Biblioteca e Memória são adquiridas através de compra, de doação ou de permuta. Em 2024, foi proposta a aquisição de 60 exemplares, 04 títulos, com o intuito de atualizar o acervo do Núcleo e dos gabinetes de magistrados. A aquisição se encontra em andamento e sua consulta pode ser realizada no SEI nº 9.2024.0700.001134.2.

Item	Descrição Sumária do Produto/ Serviço	Quantidade Física		EDITORA WMF MARTINS FONTES LTDA.		A PAGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA		CASA DO ADVOGADO		Éxito Distribuidora e Comércio de Livros LTDA		Média Preço	
		Qtde.	Unid. Medida	08.463.170/0904-67		01.795.419/0001-10		00905649/0901-51		08.065.700/0901-76		R\$/unid.	R\$/Total
				R\$/unid.	R\$/Total	R\$/unid.	R\$/Total	R\$/unid.	R\$/Total	R\$/unid.	R\$/Total		
1	ROSSETTO, Eno Luiz. Código Penal Militar Comentado . 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.	15	unidade	R\$ 273,00	R\$ 4.095,00	R\$ 255,50	R\$ 3.832,50	NÃO TEM	NÃO TEM	R\$ 280,00	R\$ 4.200,00	R\$ 269,50	R\$ 4.042,50
2	NÉVES, Cícero Robson Coimbra; STREFFINGER, Marcelo. Manual de direito penal militar : volume único. Salvador: Juspedivm, 2024.	15	unidade	NÃO TEM	NÃO TEM	R\$ 233,53	R\$ 3.502,95	R\$ 303,90	R\$ 4.558,50	R\$ 255,92	R\$ 3.838,80	R\$ 264,45	R\$ 3.966,75
3	NERY JUNIOR, Jéssica NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado . 22. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.	15	unidade	R\$ 464,00	R\$ 6.960,00	R\$ 423,40	R\$ 6.351,00	R\$ 493,00	R\$ 7.395,00	R\$ 464,00	R\$ 6.960,00	R\$ 461,10	R\$ 6.916,50
4	MITDIERO, Daniel. Processo Civil . 3. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024.	15	unidade	R\$ 235,20	R\$ 3.528,00	214,62	R\$ 3.219,30	R\$ 249,90	R\$ 3.748,50	R\$ 235,20	R\$ 3.528,00	R\$ 233,73	R\$ 3.505,95
TOTAL:													18.431,70

Figura 1: mapa comparativo dos livros.

1.1.1 Investimentos em Acervo Eletrônico

Em 2024, a Biblioteca buscou investir no seu acervo eletrônico, pelas facilidades que seu uso apresenta, ou seja, pelo custo-benefício que apresentam. Neste sentido, foi encaminhada a aquisição dos leitores de livros digitais através do SEI nº 9.2024.0700.001370-1. O processo de

aquisição ainda se encontra em tramitação devendo ser concluído em 2025. Além disso, o Setor tem procurado catalogar no Sistema *Pergamum* materiais de informação disponíveis na Internet gratuitamente, tendo conseguido obter acréscimos no acervo de Publicações On-line.

Item	Descrição Sumária do Produto/ Serviço	Quantidade Físico		AMAZON SERVIÇOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA		KABUM S.A		Fast Shop S. A	
		Qtde.	Uni. Medida	R\$/unit.	R\$/Total	R\$/unit.	R\$/Total	R\$/unit.	R\$/Total
1	Kindle 11ª Geração	15	Unidade	R\$ 419,00	R\$ 6.285,00	R\$ 496,48	R\$ 7.447,20	R\$ 706,46	R\$ 10.296,90
Menor valor:								R\$ 419,00	

Figura 2: mapa comparativo dos *e-readers*.

1.1.2 Adesão ao BDJur

Ao final do ano de 2023 o NBIBM aderiu ao BDJur que consiste em um repositório mantido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele possibilita acesso a diversos conteúdos da área jurídica, disponíveis nas coleções: Atos Administrativos, Banco de Saberes, Doutrina e Repositório Institucional. O repositório de encontra em fase de implantação, embora as enchentes de 2024 tenham atrasado este projeto em função da inundação do *datacenter* do TJRS, mas ainda em 2025 sua implantação deve ser concluída.

1.2 Revisão, Registro, Classificação, Catalogação, Indexação de Livros e Publicações Periódicas e Preparação para Circulação

Através das atividades do processamento técnico biblioteconômico, são realizadas a análise temática e a representação descritiva dos materiais de informação que serão incluídos no acervo do NBIBM. O processamento técnico compreende as atividades de catalogação, de classificação e de indexação de documentos e visam facilitar o seu armazenamento e a sua localização. Essas atividades são realizadas com base em padrões documentais, como por exemplo: vocabulários controlados, códigos de catalogação e tabelas de classificação.

Durante esse ano, foram catalogados, classificados e indexados diversos materiais documentais. Foram incorporados ao acervo 593 novos títulos e 76 novos exemplares.

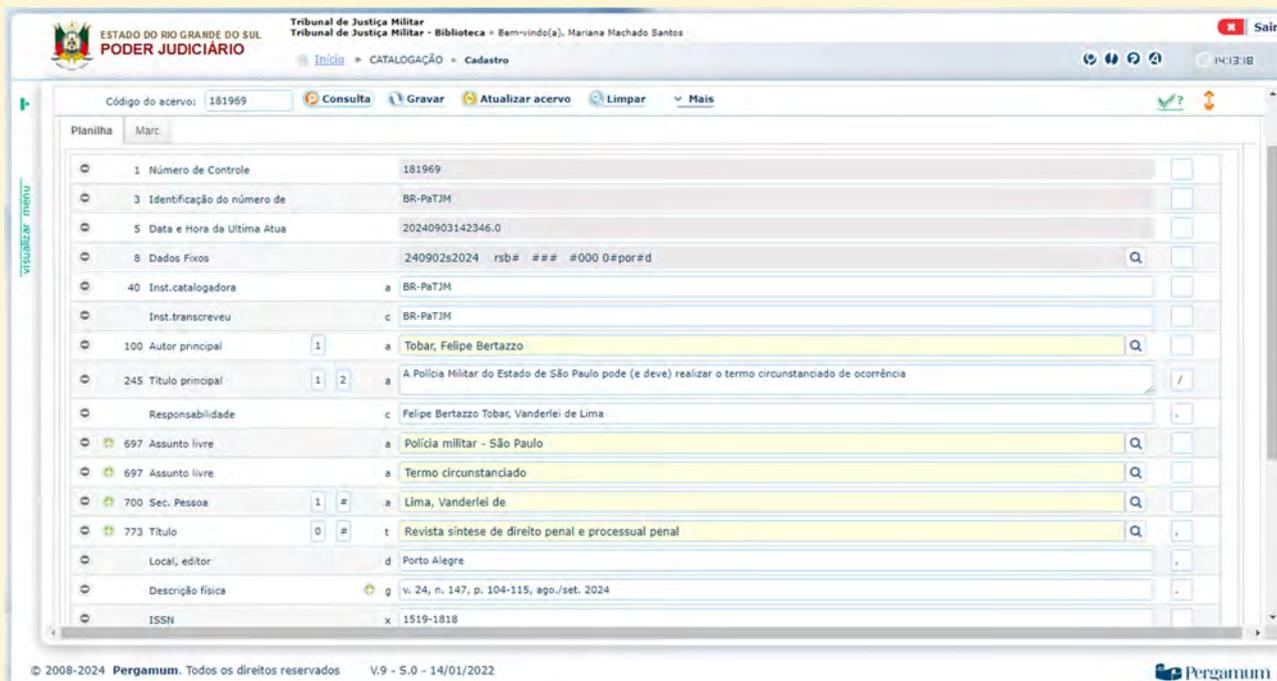


Figura 3: tela de catalogação do Sistema Pergamum.

1.2.1 Livros, Folhetos, Monografias e Artigos em Livros

A Biblioteca Fernando da Silva Bastos, durante o ano de 2024, adquiriu 07 títulos diferentes de livros que perfazem o total de 07 exemplares.

1.2.2 Periódicos e Artigos em Periódicos

A coleção de periódicos da Biblioteca é formada por 167 títulos nacionais e internacionais. O crescimento da coleção, em 2024, foi de 69 exemplares. A coleção de periódicos obteve expansão em função das aquisições e das doações recebidas de nossos usuários além da política de incorporação no acervo documental de revistas em formato eletrônico.

Aos artigos de periódicos foram acrescentados 593 novos títulos. O Núcleo ainda está realizando o processamento técnico retroativo, ou seja, ainda está catalogando e indexando os exemplares das coleções de revistas que já existiam no acervo. Junto ao processamento retroativo também está sendo feito o processamento dos exemplares de periódicos recém-adquiridos.

1.1.3. Disseminação Seletiva de Informações

A disseminação seletiva de informações (DSI) é um dos serviços personalizados oferecidos pela Biblioteca Fernando da Silva Bastos. A DSI consiste na leitura, na seleção e na disponibilização

de informações focadas nas atividades jurisdicionais desenvolvidas pelos membros da Justiça Militar do Estado do RS e nas atividades administrativas da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar do RS. As informações são captadas em diários oficiais, em sites institucionais e nos materiais de informações adquiridos pela unidade, como livros e revistas.

A DSI compreende a disseminação dos atos do Diário Eletrônico do TCE/RS, dos atos do Diário Oficial do Estado, dos Informativos do Supremo Tribunal Federal e dos Informativos do Superior Tribunal de Justiça. Os arquivos dos informativos são disponibilizados na Intranet da Instituição ou enviados pelo Sistema SEI.

2. SERVIÇO DE MEMÓRIA

Ao Serviço de Memória, incumbe resgatar e conservar a história da Justiça Militar do Estado, o pensamento e a atuação de seus integrantes desde sua criação e investigar as influências recíprocas entre a sua ação e o ambiente social de cada época. Para tanto lhe compete: a) recuperar e catalogar documentos, imagens iconográficas e outros objetos pertinentes; b) recuperar, através da memória oral, as histórias de vida dos magistrados e servidores da Justiça Militar, editando livros e folhetos; c) mobilizar e sensibilizar os magistrados, servidores e público em geral à efetiva concretização dos objetivos do Projeto Memória; d) celebrar convênios com universidades, escolas e outras instituições culturais aptas a contribuir para os fins do projeto; e) realizar intercâmbios com instituições e programas similares, particularmente àqueles ligados à atividade judiciária; f) captar apoio e patrocínio, quando necessário, de entidades voltadas para o estímulo financeiro das atividades culturais; g) localizar e arrecadar, quando possível, material de interesse do projeto junto às Auditorias e ao Tribunal; h) designar um local próprio para guarda adequada tecnicamente à catalogação do acervo documental e fotográfico, bem como armários para a guarda de documentos, livros, revistas, jornais, coletâneas, entrevistas, pesquisas, publicações e produções; i) propor a criação de projetos de responsabilidade social conforme as metas do Conselho Nacional de Justiça; e j) propor pesquisas de datas comemorativas e históricas alusivas à instituição para divulgação no site oficial, com fim de preservação histórica da memória institucional, por ser instrumento de identidade, de legitimidade e de poder.

O Serviço de Memória é uma das atividades da JMERS que pontuaram para o Prêmio Qualidade 2024. O Prêmio é oferecido pelo Conselho Nacional de Justiça e o TJMRS obteve, em 2024, a pontuação que lhe atribuiu à qualificação Prata.

Durante o ano de 2024 deu-se continuidade a atividade de análise e resumo de processos judiciais e administrativos que formam a coleção do Arquivo Histórico da memória institucional. A planilha de processos inseridos nesse acervo totaliza 950 feitos. Também a servidora cuidou da seleção e da separação dos processos históricos para as caixas vermelhas (62 processos) e as caixas azuis (212 processos), totalizando 274 processos. O acervo de processos históricos está sendo acondicionado em caixas adequadas para sua melhor preservação.



3. SERVIÇOS DE REFERÊNCIA E PESQUISA

Ao Serviço de Referência e de Pesquisa compete: a) atender e auxiliar as consultas de leitores dos usuários (integrantes da Justiça Militar do Estado ou do público em geral), orientando-os na escolha e na pesquisa em livros, periódicos e demais materiais de informação; b) efetuar pesquisas legislativas, doutrinárias e/ou jurisprudenciais para os servidores vinculados à Justiça Militar do Estado; c) gerenciar e controlar o empréstimo do material; d) efetuar ou cancelar empréstimos; e) renovar as obras emprestadas; d) solicitar a devolução do material em atraso ou com reserva; e f) organizar e facilitar os meios necessários à consulta e ao empréstimo de livros e outras publicações.

No Núcleo de Biblioteca e Memória, os processos biblioteconômicos foram informatizados através do Sistema de Bibliotecas *Pergamum*. Desde sua disponibilização na Internet institucional, houve um considerável aumento de atendimentos e pesquisas. O atendimento aos usuários é efetuado por todas as integrantes do NBIBM.

1. Atendimentos

Os atendimentos realizados pelo Núcleo se dividem em consulta local, empréstimos e pesquisas. A consulta local é a utilização, dentro do recinto setorial, de qualquer material de informação existente no acervo. A consulta local está disponível para o público em geral.

O empréstimo de obras é restrito aos usuários vinculados à Justiça Militar do Estado do RS e não são todas as obras do acervo que podem ser retiradas. As obras raras e as de consulta local não podem ser emprestadas devido a sua fragilidade. Em 2024, foram efetuados 796 empréstimos e 858 devoluções. Foram emprestados e devolvidos livros, exemplares de periódicos, folhetos e monografias.

Outra modalidade de empréstimo é o permanente no qual o Núcleo, durante o ano de 2024, emprestou diversos livros para os acervos dos Gabinetes dos Juízes de Direito da Justiça Militar do Estado e para os acervos dos Gabinetes de Juízes e dos órgãos setoriais do Tribunal de Justiça Militar. O empréstimo permanente visa agilizar e facilitar o desenvolvimento das atividades setoriais, na medida em que essas obras são de consulta rápida e diária desses setores.

2. Pesquisas

Durante esse ano, foram realizadas **65.162** pesquisas no Sistema *Pergamum*. É importante salientar que o *site* de pesquisa está disponível aos cidadãos na Internet Institucional. As áreas mais pesquisadas, no ano de 2024, são Direito Penal Militar e Processual Penal Militar, Direito Constitucional, Direito Público, Direito Processual, Direito Administrativo, e Justiça Militar, respectivamente.

O acervo do Serviço de Memória foi consultado por diversos usuários externos, principalmente para subsidiar pesquisas que envolveram os casos emblemáticos do “Homem Errado” e dos militares envolvidos com “Os 11 da Brigada Militar”. Além disso, em 2024, a servidora Rejane e a estagiária Mariana efetuaram uma extensa pesquisa sobre dados de pessoas na ditadura militar, a pedido de um escritor. A pesquisa envolveu a busca e a organização de informações relacionadas a esse período histórico, com o objetivo de fornecer subsídios para a obra do autor.

Nome	Data de modificaç...	Tipo	Tamanho
BRUNO MENDONÇA COSTA	08/11/2024 17:45	Pasta de arquivos	
HERMETO ARAÚJO	08/11/2024 17:45	Pasta de arquivos	
RUY MARTINI	08/11/2024 17:46	Pasta de arquivos	

Figura 4: organização e pesquisa: arquivos digitais sobre a ditadura militar.

4 ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS EXECUTADAS PELO NBIBM EM 2024

Durante o ano de 2024, o Núcleo de Biblioteca e Memória auxiliou a Instituição Justiça Militar em diversas atividades. Dentre as quais, cita-se a atuação das servidoras do Núcleo como gestoras no contrato de renovação do **Sistema Pergamum** – sistema de gestão de bibliotecas – utilizado desde 2006 no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul – SEI nº 9.2021.0700.000247-6.

Informou-se, também, os valores do **Inventário do Material Bibliográfico** no Sistema *Pergamum* da Justiça Militar do Estado SEI nº 9.2024.0700.001609-3 – Portaria nº 156/2024 Comissão de Inventário.

4.1 Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD)

A servidora Francine Feldens, durante o ano de 2024, integrou a **Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD)**. Essa Comissão cuida da guarda histórica e da eliminação dos processos judiciais do Arquivo Judicial, vinculado a Corregedoria-Geral da JMERS. Diversas reuniões foram realizadas para análise dos editais dos processos judiciais a serem eliminados. Uma Comissão especial foi criada também para cuidar da eliminação dos processos judiciais afetados pelas enchentes de 2024. A Comissão encerrou com êxito seus trabalhos para o ano de 2024 e terá continuidade em 2025.

4.2 Comissão de Gestão da Memória (CGM)

As equipes do Núcleo e da Escola Judicial Militar participaram de todas as reuniões da **Comissão de Gestão da Memória** que, dentre suas atividades, deliberou sobre a criação dos atos administrativos que promoveram a criação do Centro de Memória da JMERS. A Comissão também deliberou a atualização do Portal da Memória, cujo objetivo foi promover maior cultura e cidadania, oferecendo novos conteúdos educativos e informativos sobre a Justiça Militar e sua relação com a história do Rio Grande do Sul.

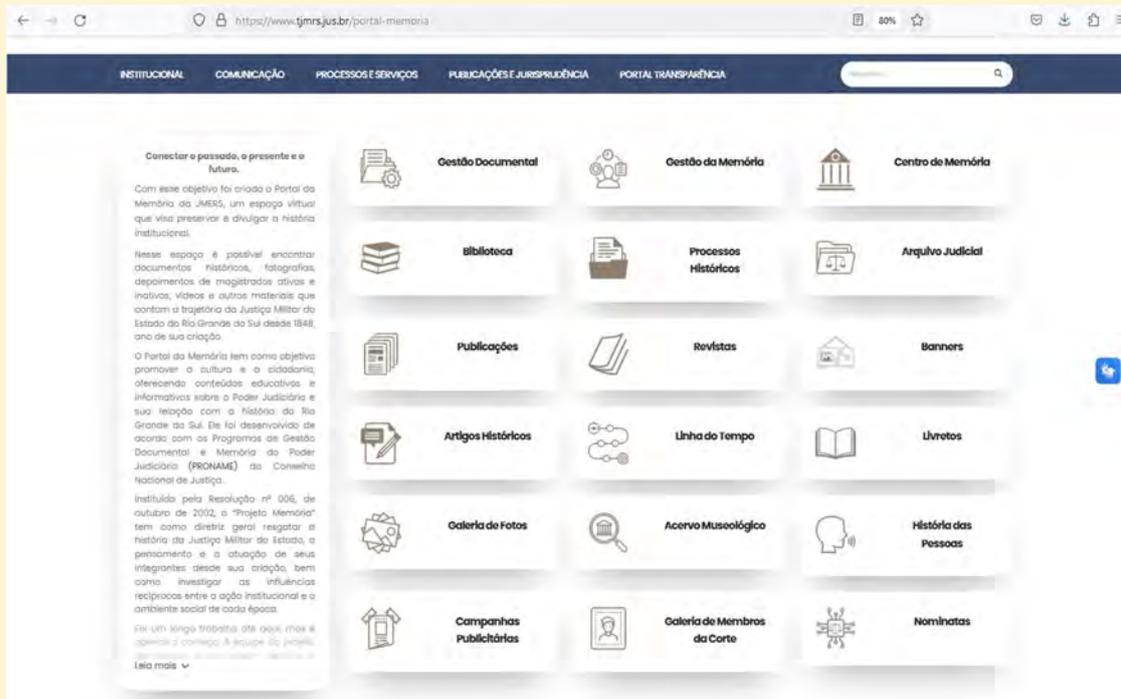


Figura 5 – Portal da Memória: preservando a história e promovendo a cidadania

A criação do espaço físico de preservação da memória institucional ocorreu em 2024. A servidora Rejane e as estagiárias do NBIBM e da EJM dedicaram-se a montagem do espaço. Ocorreu à seleção, a listagem, o cadastramento dos objetos para os expositores do Memorial; a criação e a montagem dos expositores e dos objetos à luz da memória institucional;



Figura 6 – Ambiente Físico de Memória

4.3 II ENABIJUD: II Encontro Nacional de Bibliotecas do Poder Judiciário

A servidora Francine Feldens participou, em 2024, do II Encontro Nacional de Bibliotecas do Poder Judiciário, nos dias 20 e 22 de março, na cidade do Rio de Janeiro. A participação da profissional foi importante, pois o evento fomentou ações vindouras dos Grupos de Trabalho da rede BIBLIOMEMOJUS, contribuindo para aprimorar a realidade das Bibliotecas, capacitar bibliotecários(as) e servidores(as) para o futuro, a inovação, a boa gestão, a preservação da Memória institucional e a melhor qualidade de atendimento aos usuários.



Figura 7 – Parte dos Profissionais do II Encontro Nacional de Bibliotecas do Poder Judiciário

Fonte: <https://www.tjms.jus.br/noticia/tjms-no-encontro-nacional-de-bibliotecas-do-poder-judiciario-01-04-2024>

4.4 ENAM: IV Encontro de Memória (ENAM)

O Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário ocorreu em São Paulo, de 07 a 10 de maio de 2024, com o objetivo de incentivar os debates sobre Gestão de Memória nos Tribunais, além de promover a troca de experiências de profissionais das áreas de História, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, disseminando o conhecimento técnico e científico relativo a essa relevantíssima política judiciária, que abrange as presentes e futuras gerações. A participação dos magistrados e servidores da Comissão de Gestão de Memória se deu de forma virtual em função das enchentes de 2024, que inviabilizaram o transporte aéreo a São Paulo, com o alagamento do Aeroporto Salgado Filho.

4.5 Capacitações funcionais

A servidora Francine Feldens, Analista Judiciária, continuou a integrar o Projeto Piloto de Justiça Restaurativa da JMERS. Atuando, em 2024, como facilitadora de diversos círculos de construção de paz, principalmente sobre a temática do assédio. A servidora contou um pouco dessa experiência no artigo abaixo, disponível no link: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/edicao/ed-244/>.

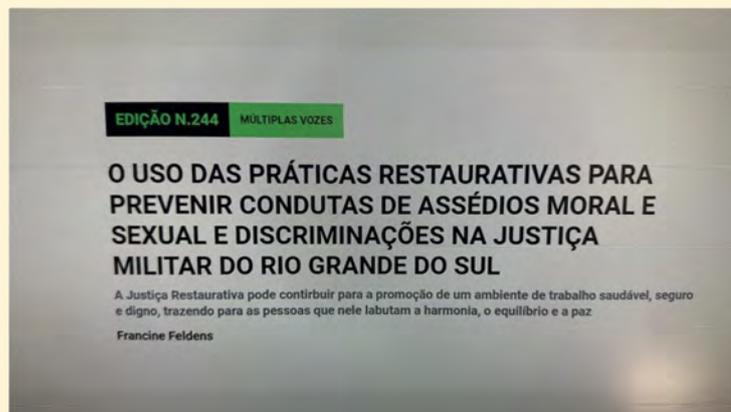


Figura 8 – Artigo sobre a JR na JMERS

O TJMRS sediou uma das reuniões da Comissão Executiva do Protocolo Interpoderes sobre Justiça Restaurativa. Momento em que foram apresentadas várias ações do Projeto.



Figura 9 – Profissionais da Comissão Executiva

O TJMRS participou como uma das entidades promotoras da XI Jornada de Soluções Autocompositivas: unindo forças. Durante esse evento apresentamos as ações do Projeto de JR na JMERS.



Figura 10 – Abertura do Evento

Fonte: <https://www.tjms.jus.br/noticia/tribunais-gauchos-realizam-jornada-para-estimular-a-justica-restaurativa-08-11-2024>



Figura 11 – Círculo da Oficina Temática da JMERS

A servidora também participou de diversos cursos de capacitações com as temáticas: mediação, conciliação, justiça restaurativa, direito penal militar e processo penal militar.

A servidora Rejane Maria Di Leone efetuou o controle do patrimônio setorial através da verificação dos bens móveis, ajustes e controles necessários. Também participou de diversos eventos e palestras promovidos pelo Tribunal como a apresentação do Plano Anual de

Capacitação pela Escola Judicial Militar. Quanto às capacitações individuais, qualificou-se em cursos de comunicação não violenta, museus e patrimônio; e participou das atividades do Seminário Memória e Poder Judiciário: 5 anos da Rede Memojus Brasil.



Figura 12 – Seminário Memória e Poder Judiciário: 5 anos da Rede Memojus Brasil

A estagiária Mariana participou de cursos promovidos pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), os quais contribuíram significativamente para o aprimoramento das suas competências profissionais. Os cursos realizados incluem: Agenda para o desenvolvimento sustentável: conceitos, mobilização e articulação; Formação de Mediadores de Leitura, e Uso responsável das TICs.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2025.

Francine Feldens

Analista do Poder Judiciário JMERS – Apoio Especializado Bibliotecária, CRB-10/1684

Coordenadora NBIBM/EJM/TJMRS

ESCOLA JUDICIAL MILITAR (EJM)
RELATÓRIO ANUAL 2024



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

RELATÓRIO DA ESCOLA JUDICIAL MILITAR (EJM) 2024

1. COMPOSIÇÃO:

- Fábio Duarte Fernandes – Diretor da EJM
- Francine Feldens – Coordenadora Administrativa da EJM
- José Carlos Albino – Gabinete do Desembargador Fábio Duarte Fernandes e Apoio EJMRS
- Rejane Pretto Reolom – Estagiária EJMRS

2. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar todas as atividades desenvolvidas pela Escola Judicial Militar do Rio Grande do Sul (EJMRS) no ano de 2024. A Escola Judicial Militar foi criada pela Resolução TJMRS nº 216/2018 e possui seu regimento interno previsto na Resolução TJMRS nº 217/2018.

3. ATRIBUIÇÕES DA EJM

A) Resolução TJMRS nº 216/2018:

Art. 2º A Escola Judicial Militar destina-se a promover pesquisa, formação jurídica, técnica e humanística, bem como treinamento, capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada ou eventual de magistrados e servidores dos quadros de pessoal dos serviços auxiliares da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul e de integrantes de instituições militares.

B) Resolução TJMRS nº 217/2018:

Art. 4º São atribuições da Escola Judicial Militar:

I - promover cursos de formação jurídica, técnica e humanística, bem como aperfeiçoamento profissional e treinamento para magistrados e servidores da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul e para integrantes de instituições militares;

II - realizar conferências, seminários, congressos, encontros, palestras e outros eventos assemelhados;

III - desenvolver atividades de pesquisa e estudos, como também cursos profissionais e de extensão;

IV - promover, por meios próprios ou mediante convênio com instituições de ensino superior, cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*;

V - prestar auxílio à Comissão responsável pela realização de concursos públicos de provas ou de provas e títulos para ingresso nos quadros de pessoal da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, oferecendo-lhe apoio técnico específico e logístico.

4. CONSTRUÇÃO DO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÕES (PAC 2024)

O Plano Anual de Capacitação foi desenvolvido a partir de uma exigência do CEAJUD/CNJ constante no artigo 17 da Resolução CNJ nº 192/2014. O PAC 2024 foi desenvolvido pela administração da Escola Judicial e enviado no dia 23/02/2024 ao CEAJUD/CNJ. O Plano Anual de Capacitação (PAC) congrega as ações de capacitação e desenvolvimento dos magistrados, magistradas, servidores e servidoras da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul para 2024.

A construção do PAC de 2024, assim como será o de 2025, foi realizada de forma coletiva, plural e democrática de acordo com a visão da gestão participativa da atual administração da Escola Judicial Militar. O Plano foi apresentado ao Pleno do TJMRS para aprovação, a qual se deu de forma unânime, aos juízes e juízas de Primeiro Grau, aos servidores e servidoras e aos estagiários e estagiárias.



Figura 1 – Reunião de apresentação do PAC aos magistrados de Primeiro Grau

A reunião de apresentação do PAC 2024 aos servidores e servidoras, estagiários e estagiárias da JMERS se deu no formato remoto e presencial com ampla participação e com inúmeras sugestões.



Figura 2 – Reunião de apresentação do PAC aos servidores e servidoras da JMERS

O PAC 2024 foi publicado no hot site da Escola para acesso de todos, link: <https://www.tjms.jus.br/escola/plano-capacitacao> e enviado a todos e todas do corpo funcional pelos e-mails institucionais.

5. ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO 2024

Em 01/03/2024, o CEAJUD/CNJ solicitou que a Escola enviasse os índices de capacitação dos magistrados, magistradas, servidores e servidoras dos anos de 2022 e de 2023. Em 2022, o índice de capacitação da JMERS foi de 16% enquanto em 2023 foi de 23%. Imbuídos de uma necessária melhoria nos índices de capacitação e focados no desenvolvimento humano o Plano Anual de Capacitação de 2024 foi amplamente divulgado junto aos desembargadores e desembargadora militar, juízes e juízas de direito, servidores e servidoras, estagiários e estagiárias.

O esforço coletivo para implementação efetiva do PAC 2024 demonstrou bons resultados que estão refletidos nos índices de capacitação de 2024 constantes na tabela abaixo:

Categoria Funcional	Índice
Magistrados	64%
Servidores e Estagiários	74%
Geral	72%

O índice de qualificação de 2024 alcançou 72%. Esse aumento do número de pessoas capacitadas apresenta uma evolução de 49% no índice de capacitação do corpo funcional da JMERS. Isso, quando o índice de 2024 é comparado ao ano de 2023, porque quando comparado ao ano de 2022 o aumento é mais significativo ainda 56%.

5. CONVÊNIOS 2024

Em 2024, a Escola Judicial Militar firmou diversas parcerias e convênios a fim de capacitar e qualificar o corpo funcional da JMERS. A seguir as instituições parceiras ou conveniadas:

- a) Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). EV.G-Escola Virtual.Gov.
- b) Escola da Ajuris: mantivemos o convênio para os cursos regulares e obtivemos uma parceria, com o apoio da Presidência do Tribunal, para oferecimento dos Cursos de Atualização de Magistrados (CAMs).
- c) Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM): manutenção do convênio.
- d) Escola Judicial do TJMMG: manutenção do convênio.
- e) Escola Judicial do TJMSP: manutenção do convênio;
- f) Hope Educação. Novo convênio realizado com o objetivo de obter melhorias nas possibilidades de oferecimento de cursos nas áreas de direito penal militar, processo penal militar e direito administrativo militar.



Figura 3 – Reunião com a Hope Educação

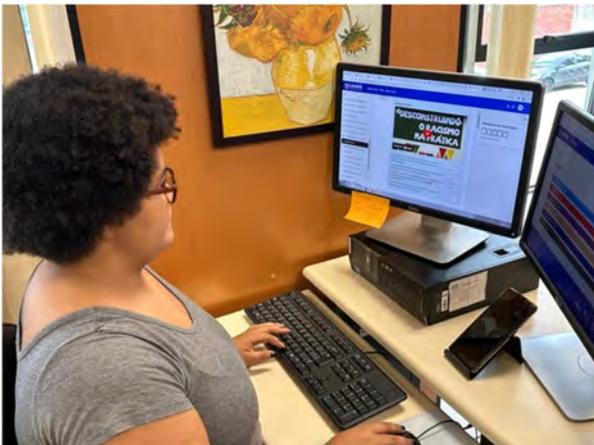
5. DIVULGAÇÕES DE CURSOS, PALESTRAS E AÇÕES DE CAPACITAÇÃO 2024

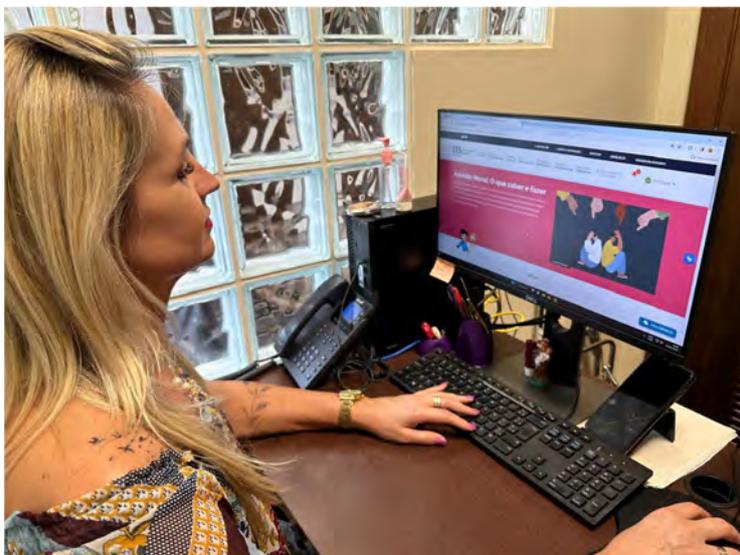
Os eventos e ações de capacitação são todos divulgados aos magistrados, magistradas, servidores, servidoras, estagiários e estagiárias por meio dos e-mails individuais, whatsapp e quando possível por notícia na Intranet Institucional. As inscrições são sempre voluntárias e individuais. Os cursos são presenciais, híbridos ou virtuais dependendo da modalidade de ensino mais adequada ao aprendizado dos alunos. Os cursos divulgados podem ou não serem certificados.



Figura 4 – Divulgação do Programa Saber Direito da TV Justiça

A adesão dos integrantes do corpo funcional da JMERS as divulgações realizadas e aos cursos do PAC foram demonstrados na obtenção do índice de capacitação de 72% em 2024.





Figuras 5, 6 e 7 – Engajamento dos servidores, servidoras, estagiários e estagiárias no cursos

6. REPRESENTAÇÕES PROTOCOLARES E PALESTRAS DO DIRETOR DA ESCOLA 2024

Dentre as atribuições do Diretor da EJMRS encontra-se a de representar a mesma em eventos e em assinaturas de contratos, convênios e outros termos da espécie com entidades públicas ou privadas, de ensino e pesquisa, do país ou do exterior (artigo 2º da Resolução nº 216/2018 do TJMRS). Ademais, em 2024 o Diretor da Escola Judicial proferiu palestras, além das representações protocolares, a seguir destaca-se:

- A) 1º Congresso Estadual de Direito Militar. Palestra intitulada "Tribunais Militares e suas organizações pelos Estados." O evento ocorreu entre os dias 11 e 12 de julho.



Figura 8 – Palestra no Mato Grosso do Sul

B) I Congresso Baiano de Segurança e Prevenção contou com participação do TJMRS. Entre os dias 11 e 13 em Salvador (BA), foi realizado o I Congresso Baiano de Segurança Pública e Prevenção. Promovido pela Associação de Oficiais Militares Estaduais da Bahia, o evento reuniu Policiais e Bombeiros Militares da Bahia e do Brasil, especialistas, profissionais e entusiastas da área de segurança e prevenção para compartilhar conhecimento, experiências e estratégias inovadoras.



Figura 9 – Congresso em Salvador

7. PALESTRAS PROMOVIDAS PELA ESCOLA 2024

Dentre as atribuições da EJMRS encontra-se promoção de palestras e capacitações. A seguir os eventos de 2024:

- a) 19/04: palestra "As Novas Modificações no Código Penal Militar". O evento teve como objetivo discutir as recentes alterações no código penal militar e suas implicações. A palestra foi conduzida pelo desembargador militar Enio Luiz Rossetto, presidente do TJM de São Paulo. Durante aproximadamente uma hora, o palestrante abordou as mudanças significativas no código penal militar e suas repercussões práticas na dinâmica dos processos judiciais. O evento se realizou em formato híbrido e contou com a mediação do presidente da Escola Judicial Militar do TJMRS, desembargador militar Fábio Duarte Fernandes. A transmissão ao vivo pelo canal oficial do TJMRS no *YouTube* permitiu a

participação tanto do público interno, composto por magistrados e servidores, quanto do público externo interessado nas discussões sobre direito penal militar.



Figura 10 – Card de Divulgação da Palestra



Figura 11 – Palestra Desembargador Militar Enio Rossetto

- b) 03/12. Palestra Saúde e Aposentadoria, com a Juíza Aposentada Dra. Leila Torelly Fraga. Foi o lançamento do Programa de Preparação à Aposentadoria e de Valorização do(a) Magistrado(a) e do(a) Servidor(a) Aposentado(a) - (PPA) do Tribunal de Justiça Militar Estadual (Resolução TJMRS nº 308/2024). O evento se realizou em formato híbrido e contou com a transmissão ao vivo pelo canal oficial do TJMRS no *YouTube* que permitiu a participação tanto do público interno, composto por magistrados e servidores, quanto do público externo.



Figura 12 – Card de Divulgação da Palestra

8. CURSOS PROMOVIDOS PELA ESCOLA 2024

Dentre as atribuições da EJMS encontra-se promoção de cursos. A seguir os eventos de 2024:

- a) Parceria com a Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Curso: Igualdade de Gênero: julgar com perspectiva de gênero.** Obtenção de 04 (quatro) vagas destinadas a outros tribunais. Ocorreu no formato EAD.
- b) Parceria com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação do TJMS (TIC). **Treinamento em Microsoft Office 365 – Básico.** Foram certificados 45 pessoas do corpo funcional da JMERS.
- c) **Curso de Formação em Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.** Capacitação desenvolvida integralmente pela EJM em parceria com o Núcleo de Gestão Estratégica, a Ouvidoria da Mulher e a Comissão de Participação Feminina. Promoveu-se 05 palestras com renomadas juristas, professoras, promotoras e juízas. A capacitação foi desenvolvida de acordo com os requisitos exigidos no Art. 9º, XVII, da Portaria do CNJ nº 411/2024, portanto se tratou de um curso de formação continuada na modalidade híbrida, contendo os quatro conteúdos em um bloco único (direitos humanos, gênero, raça e etnia). A seguir alguns *cards* de divulgação das aulas e algumas fotos.



Figura 13 – Card de Divulgação da Aula Inaugural do Curso

A aula ministrada pela Promotora de Justiça Ivana Machado Battaglin tratou dos direitos humanos e das relações de gênero com ênfase nas relações entre as estruturas de poder e violência de gênero nas suas mais variadas formas.



Figura 14 – Aula Inaugural do Curso

Notícias institucionais:

<https://www.tjms.jus.br/noticia/tjms-realiza-aula-inaugural-do-curso-de-formacao-em-igualdade-de-genero-raca-e-etnia-26-09-2024>

<https://www.tjms.jus.br/noticia/direitos-humanos-e-relacoes-de-genero-em-debate-na-justica-militar-19-09-2024>

A aula ministrada pela Juíza da JMU Mariana Queiroz Aquino cuidou do conceito de estereótipo de gênero (em sentido amplo), e sua influência na produção do direito (produção das leis e aplicação do direito), bem como ela colaborou muito com a aplicação prática do protocolo do CNJ ao descrever seus métodos de julgamento com a perspectiva de gênero.



Figura 15 – Card de Divulgação de Aula do Curso

Notícia institucional:

<https://www.tjms.jus.br/noticia/aplicacao-do-protocolo-para-julgamento-em-perspectiva-de-genero-na-justica-militar-18-10-2024>

A aula ministrada pela Juíza de Direito Karen Luise Vilanova Batista de Souza trouxe dinamismo e aprendizados quanto aos direitos humanos e as Interseccionalidades de gênero, raça e etnia. O foco da aula deu-se no conceito de interseccionalidade, e na discriminação interseccional e discriminação múltipla ou agravada conforme a Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.



Figura 16 – Card de Divulgação de Aula do Curso

Notícia institucional:

<https://www.tjms.jus.br/noticia/interseccionalidades-raça-e-etnia-sao-temas-de-palestra-do-tjms-12-11-2024>



Figura 17 – Registro da Aula da Juíza Auxiliar do CNJ Dra. Karen

A aula ministrada pela Professora Doutora Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith se concentrou nas discussões que envolvem os direitos humanos, a violência de gênero e as relações entre as estruturas de poder e a violência de gênero nas suas mais variadas formas como a violência sexual, o feminicídio, a transfobia e a homofobia.



Figura 18 – Card de Divulgação de Aula do Curso

Notícia institucional:

<https://www.tjms.ius.br/noticia/direitos-humanos-genero-e-a-justica-militar-estadual-15-11-2024>

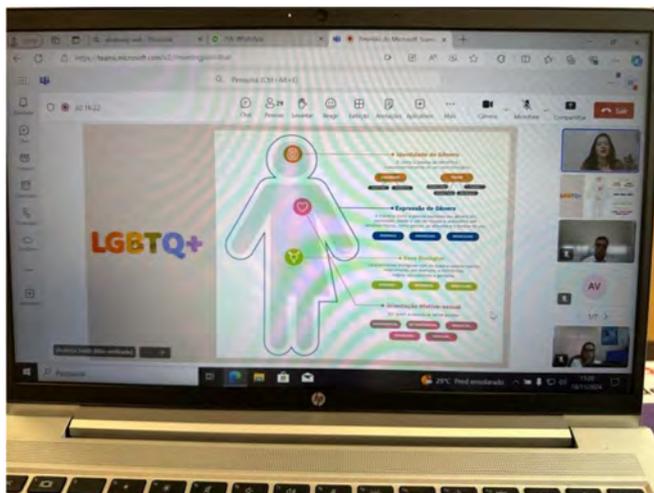


Figura 19 – Registro da Aula da Professora Dra. Andreza

A última aula do Curso de Formação em Igualdade de Gênero, Raça e Etnia foi ministrada pela Promotora de Justiça Militar Caroline de Paula Oliveira Piloni e tratou do conceito de estereótipo de gênero (em sentido amplo), e sua influência na produção do direito, em especial, na atuação da polícia judiciária militar.



Figura 20 – Card de Divulgação de Aula do Curso

Notícia institucional:

<https://www.tjms.ius.br/noticia/tjms-promove-palestra-sobre-atuacao-da-policia-judiciaria-militar-com-perspectiva-de-genero-25-11-2024>

9. A EJM E SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL

A Escola Judicial Militar desenvolve algumas atividades que se relacionam com a sociedade civil como a população em geral, e os acadêmicos de faculdades e universidades, além de alunos oficiais e praças da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul.

A) Projeto Sessões Didáticas

As sessões didáticas têm por objetivo integrar as atividades jurisdicionais ao aprendizado de alunos civis dos cursos de direito de faculdades e universidades e visam demonstrar na prática aos alunos soldados e oficiais o dia-a-dia das sessões colegiadas do órgão Pleno do TJMRS.

Data	Instituição	Alunos/Quantidade
03/04/2024	Faculdade São Judas Tadeu, PUCRS, Uniritter, Fundação do Ministério Público e Hope Educação Jurídica	53 alunos do Curso de Direito
03/07/2024	Escola de Formação de Soldados da Brigada Militar em Osório/RS	22 alunos soldados
23/10/2024	Curso Básico de Formação Policial	60 alunos soldados
30/10/2024	Curso Básico de Formação Policial	60 alunos soldados
	Total	195 alunos

B) Palestras e Cursos:

As palestras e cursos promovidos pela EJMRS são abertos ao público externo e têm por objetivo auxiliar no aprendizado de alunos civis dos cursos de direito de faculdades e universidades e dos alunos militares soldados ou oficiais. Essa é uma forma encontrada pela Escola de ofertar a sociedade em geral aprendizados especializados na área de direito penal militar e processo penal militar, além das áreas afins.

Data	Ação de Capacitação	Alunos/Quantidade
03/04/2024	Palestra: As Novas Modificações no Código Penal Militar do Desembargador Militar do TJMSP Enio Rossetto.	13 alunos do Curso de Direito da Cesuca
23/10/2024	Palestra: Aplicação do Protocolo para Julgamento em Perspectiva de Gênero na Justiça Militar do Curso de Formação em Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, promovida pela Escola Judicial Militar, tendo como Palestrante a Juíza da Justiça Militar da União Doutora Mariana Aquino.	11 alunos do Curso de Direito da Antônio Meneghetti Faculdade
18/11/2024	Palestra: Direitos Humanos, Gênero e a Justiça Militar Estadual do Curso de Formação em Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, promovida pela Escola Judicial Militar, tendo como Palestrante Professora Doutora Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith.	01 aluno da Universidade Federal do Pará (UFPA)
	Total	25 alunos

C) Central da Cidadania:

Em 17 de junho, foi inaugurada a Central da Cidadania, iniciativa que reuniu um conjunto de serviços gratuitos prestados por mais de 40 órgãos e instituições do Estado voltados à população atingida pelas enchentes. O evento ocorreu entre os dias 17 e 23 de junho, das 13h às 18h, no Shopping Total.



Figura 21 – Uma das equipes de atendimento do TJMRS

O TJMRS integrou essa iniciativa com um balcão de atendimento no local. O espaço foi destinado ao acolhimento de denúncias, bem como a prestação de esclarecimentos e informações relacionadas à Justiça Militar e matérias de sua competência. A participação do TJMRS foi uma iniciativa de sua Administração, com apoio da Ouvidoria, Ouvidoria da Mulher e da Escola Judicial.

D) Palestras na Academia de Polícia Militar (APM):

A fim de auxiliar no cumprimento das Metas Específicas, em especial a Meta 2 – Divulgação da Justiça Militar: *JME - Realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2024, sendo, no mínimo, 6 ações em cada Justiça Militar Estadual*, os Desembargadores Militares proferiram diversas palestras junto a Academia de Polícia Militar (APM) da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Os dados dessa atividade educacional se encontram na tabela a seguir:

Data	Ação de Capacitação	Alunos/Curso
03/09/2024	Palestra: Relações Institucionais. Palestrante: Rodrigo Mohr Picon	Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública (CEPGESP).
05/09/2024	Palestra: A Mudança de Perspectiva do Comando de Coronel. Palestrante: Fábio Duarte Fernandes.	Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública (CEPGESP).

19/11/2024	Palestra: A Brigada Militar e a Justiça Militar: um caminhar juntos na história. Palestrante: Sergio Antonio Berni de Brum.	Curso Superior de Polícia Militar (BMRS).
------------	--	---

10. PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO À ADMINISTRAÇÃO DO TJMRS

A Escola Judicial possui como atribuição prestar auxílio à Comissão responsável pela realização de concursos públicos de provas ou de provas e títulos para ingresso nos quadros de pessoal da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, oferecendo-lhe apoio técnico específico e logístico. Em 2024, a equipe da EJM buscou informações junto ao TJMMG sobre seu último concurso para magistrados e servidores e as alcançou a Administração do TJMRS a fim de auxiliar na assunção de novas pessoas ao corpo funcional da JMERS.

11. CERTIFICAÇÕES EXPEDIDAS 2024

A Escola Judicial expediu diversos certificados em 2024. A seguir a descrição da ação de capacitação certificada e o número de pessoas alcançadas com a certificação.

Data	Ação de Capacitação	Quantidade
03/04/2024	Palestra: As Novas Modificações no Código Penal Militar do Desembargador Militar do TJMSP Enio Rossetto.	13 alunos
23/10/2024	Palestra: Aplicação do Protocolo para Julgamento em Perspectiva de Gênero na Justiça Militar do Curso de Formação em Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, promovida pela Escola Judicial Militar, tendo como Palestrante a Juíza da Justiça Militar da União Doutora Mariana Aquino.	11 alunos
18/11/2024	Palestra: Direitos Humanos, Gênero e a Justiça Militar Estadual do Curso de	

	Formação em Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, promovida pela Escola Judicial Militar, tendo como Palestrante Professora Doutora Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith.	01 aluno
18 a 22/11/2024	Curso de Microsoft Office 365 – Básico. Parceria TIC e EJMRS.	45 magistrados e servidores
24/09 a 26/11/2024	Curso de Formação em Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Curso Próprio EJMRS.	36 magistrados e servidores
Durante o ano de 2024	Professores Palestrantes.	08 docentes
	Total	114 certificações

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2025.

FÁBIO DUARTE FERNANDES – DESEMBARGADOR MILITAR
DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL MILITAR